ERIKA VANESSA MOREIRA SANTOS

AS ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DE LEITE NO NOROESTE FLUMINENSE NO SÉCULO XXI

Relatório de Pós-doutorado realizado na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Câmpus de Presidente Prudente relativo ao período de 04 de agosto de 2024 a 03 de agosto de 2025.

Supervisor: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol

Presidente Prudente

2025

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal Fluminense (UFF), em especial ao Departamento de Geografia de Campos (GRC);

Ao Professor Doutor Antonio Nivaldo Hespanhol pela supervisão de pós-doutorado;

À Universidade Estadual Paulista, em especial ao Programa de Pós graduação em Geografia de Presidente Prudente, nas pessoas dos coordenadores Prof Dr Arthur Magon Whitacker e Profa Dra Rosangela Aparecida Medeiros Hespanhol;

À turma de orientandas e orientandos (graduação e mestrado) pela colaboração nas atividades de pesquisa, ensino e extensão;

Ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente;

Aos alunos Marco Túlio Velasques e Ruan Carlos Alves Silva pela elaboração de toda parte cartográfica;

À Mariana Cruz pela revisão textual;

À minha família, Helena e Leandro, por tudo.

Sumário

Sumário

APRESENTAÇÃO 4

RESUMO DO PLANO INICIAL 5

ABSTRACT 6

1. INTRODUÇÃO 7

1.1. OBJETIVOS 10

PRINCIPAL 10

ESPECÍFICOS 10

1.2. MÉTODO, FONTES E TÉCNICAS 10

2. **Recorte espacial: Região Noroeste Fluminense** 13

3. Revisão teórica sobre Agroindústrias e Cooperativas Agropecuárias de Leite 25

3.1. **As mudanças técnicas, organizacionais e territoriais das cooperativas agropecuárias no século XXI.** 32

4. Políticas Públicas e o setor de leite - escala nacional e estadual 40

5. Agroindústrias de lácteos no Noroeste Fluminense 47

6. Contexto Histórico das Cooperativas no Noroeste Fluminense no século XXI 55

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 80

8. REFERÊNCIAS 81

9.RELATÓRIO DE ATIVIDADES 89

APRESENTAÇÃO

O relatório que se apresenta é resultado do estágio de Pós Doutorado realizado entre 04 de agosto de 2024 a 03 de agosto de 2025 sob supervisão do Professor Doutor Antonio Nivaldo Hespanhol, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente.

A pesquisa intitulada "As estratégias territoriais das cooperativas agropecuárias de leite no noroeste fluminense no século XXI", se vinculou à Linha de Pesquisa "Dinâmicas Agrárias, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional" do GEDRA (Grupo de Estudo Dinâmica Regional e Agropecuária) cadastrado no Diretório do CNPq e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT – Unesp.

Neste relatório constam as atividades de extensão, de inovação social, de docência, trabalhos técnicos, bancas, palestras, eventos e produção científica realizadas no período de afastamento. Os resultados das pesquisas foram, parcialmente, apresentados em eventos científicos e, após a revisão final, serão publicados artigos científicos.

Com a finalidade de organizar o material, o relatório está dividido em três partes. O relatório científico com o aporte teórico e os resultados alcançados compõem a primeira parte. A descrição pormenorizada das atividades está na segunda parte e, por fim, mas não menos importante, são apresentados os apêndices e os anexos– roteiro de entrevista e comprovantes -.

RESUMO DO PLANO INICIAL

A produção leiteira no estado do Rio de Janeiro, em 2023, atingiu 422 milhões de litros, segundo a Pesquisa Trimestral de Leite do IBGE, com destaque para as regiões Sul e Noroeste Fluminense que são as principais bacias leiteiras do estado e com o maior quantitativo de vacas ordenhadas. Todavia, há um déficit entre o consumo e a produção no estado e diante desse cenário, as formas de organização coletiva – associações e cooperativas – foram criadas ao longo dos últimos 50 anos para viabilizar a captação e o processamento de leite no território fluminense. Com este projeto, nosso objetivo é analisar as cooperativas de leite na região noroeste fluminense com o fito de entender as estratégias territoriais frente a um contexto de reorganização produtiva do leite ao longo do século XXI. O fulcro desse projeto é problematizar como essas cooperativas (CAPIL, CAVIL, COPAFI e MACUCO) se inserem em uma região onde, de um lado, há programas e projetos políticos para a inserção em um modelo predatório de agropecuária e, de outro, há discursos sempre relegando-a como uma 'região-problema' pelos seus indicadores sociais e econômicos. Os procedimentos metodológicos abrangem pesquisa bibliográfica; levantamento de dados secundários em bancos de dados disponibilizados por instituições públicas e privadas; realização de entrevistas com representantes de instituições públicas e cooperativas; sistematização e análise dos dados à luz das reflexões teóricas que envolvem as contradições do cooperativismo rural. Nesse sentido, essa pesquisa se mostra relevante por se propor a analisar os novos elementos empíricos que emergem dessa temática, sobretudo pela diversidade e amplitude da região Noroeste Fluminense no século XXI. Portanto, aliam-se na proposta a perspectiva da divisão territorial do trabalho - que é a produção - e o prisma do processamento, ou seja, de uma divisão técnica do trabalho; essa dialética pode ser muito profícua para a análise do campo da produção. Os resultados que serão alcançados se somarão aos de outras pesquisas já realizadas, gerando, assim, um quadro de referência teórica e empírica com escopo central nas cooperativas de leite como resposta ao processo de reestruturação produtiva da região nos últimos anos e sua importância na elaboração de políticas públicas.

Palavras-chave: cooperativas, noroeste fluminense, políticas públicas e produção familiar.

ABSTRACT

Milk production in the state of Rio de Janeiro, in 2023, reached 422 million liters, according to the IBGE Quarterly Milk Survey, with emphasis on the South Fluminense and Northwest Fluminense regions that are the main milk basins of the state and with the largest number of milked cows. However, there is a deficit between consumption and production in the state and given this scenario, the forms of collective organization - associations and cooperatives - have been created over the last 50 years to enable the capture and processing of milk in the Fluminense territory. With this project, our objective is to analyze the milk cooperatives in the northwestern region Fluminense in order to understand the territorial strategies against a context of milk production reorganization throughout the 21st century. The focus of this project is to problematize how these cooperatives (CAPIL, CAVIL, COPAFI and MACUCO) are inserted in a region where, on the one hand, there are programs and political projects for insertion in a predatory model of agriculture and, on the other, there are discourses always relegatingas a 'problem region' by its social and economic indicators. The methodological procedures cover bibliographic research; secondary data collection in databases made available by public and private institutions; conducting interviews with representatives of public and cooperative institutions; systematization and data analysis in the light of theoretical reflections involving the contradictions of rural cooperativism. In this sense, this research is relevant for proposing to analyze the new empirical elements that emerge from this theme, especially the diversity and breadth of the Northwest Fluminense region in the 21st century. Therefore, the proposal combines the perspective of the territorial division of labor - which is production - and the prism of processing, that is, a technical division of labor; this dialectic can be very fruitful for the analysis of the field of production. The results that will be achieved will be added to those of other researches already theoretical and empirical framework with central scope in milk cooperatives as a response to the process of productive restructuring of the region in recent years and its importance in the elaboration of public policies.

Keyword: Cooperatives, Fluminense northwest, public policies and family production.

1. INTRODUÇÃO

Com a abertura econômica nos anos de 1990, tanto o leite quanto os produtos lácteos sofreram mudanças significativas na dimensão do mercado e da logística. Houve a reestruturação da atividade com aquisições, fusões e atuação de corporações na produção de leite e seus derivados no Brasil. Além disso, a expansão do leite *UHT* em detrimento ao leite pasteurizado também é outro evento que alterou a dinâmica espaço-tempo que antes era local, com a disseminação do leite UHT, o alcance passa a ser nacional. As portarias e os decretos institucionalizados pelo governo federal, sobretudo nos anos 2000, também repercutem as mudanças consubstanciadas tanto na produção quanto no consumo de leite e derivados.

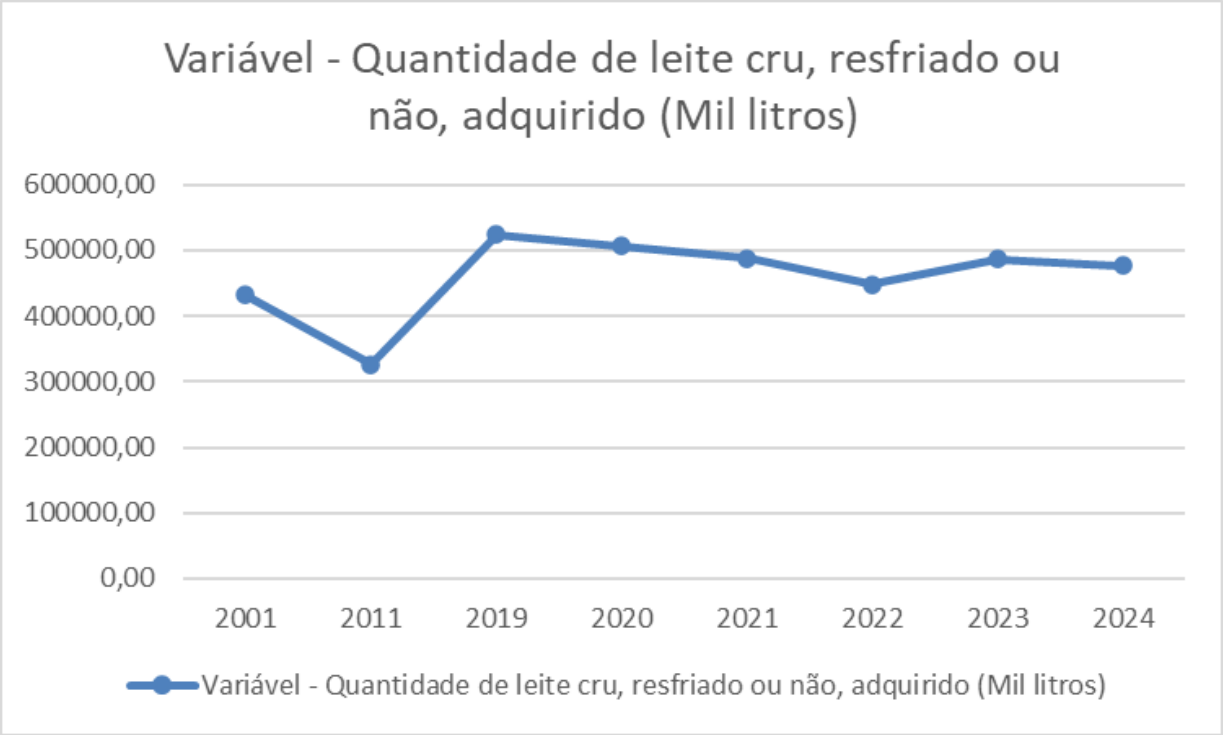
O desenvolvimento da pesquisa permitiu aprimorar três frentes – recorte analítico sobre agroindústrias de lácteos, cooperativas de leite e políticas públicas, panorama da estrutura produtiva e fundiária da região noroeste fluminense e a produção cartográfica dos resultados obtidos -.

Os resultados alcançados refletem tanto a preocupação teórica quanto empírica sobre o noroeste fluminense no século XXI e como as cooperativas agropecuárias, em especial, de leite e derivados lácteos, se (re)organizam diante da baixa capitalização dos produtores de leite, da concorrência de grupos nacionais (Nova Mix - marca Quatá, Bela Vista - marca Piracanjuba, Porto Alegre e Godan) que atuam no território fluminense. A baixa produção de leite, os custos com transporte e o baixo retorno financeiro foram mencionados como obstáculos para a consolidação da atividade leiteira e a agroindustrialização na região estudada.

No estado do Rio de Janeiro, a produção leiteira está presente especialmente nas regiões Norte, Médio Vale e Noroeste Fluminense, ou seja, dos 92 municípios fluminenses, 88 têm atividade leiteira presente.

Ao observar a produção fluminense de leite, entre 2001 a 2024, no **Gráfico 01** gerado a partir dos dados da Pesquisa Trimestral do Leite do IBGE, em relação ao total de cada ano, não há um movimento único de crescimento ou declínio da produção, mas uma instabilidade, sazonal e em alguns períodos de maneira contínua.

Gráfico 01: Variação da produção de leite cru, resfriado ou não, inspecionado, total por ano, de 2001 a 2024, no estado do Rio de Janeiro.



Fonte: Pesquisa Trimestral do Leite (IBGE, vários anos).

Org: Autora (2025).

Para fins comparativos, selecionamos o intervalo de 2001 (ano da implementação do Programa Estadual de Incentivo à Produção Leiteira no estado do Rio de Janeiro), 2011 (dez anos depois), 2019 (ano que antecede a pandemia COVID-19), 2020 (início da pandemia da COVID -19) e os anos subsequentes (2021, 2022, 2023 e 2024) para averiguar se as políticas de apoio repercutiram na produção leiteira.

Notamos que no intervalo de 2001 a 2011, a produção de leite no território fluminense reduziu significativamente, fato associado, principalmente a falência da Parmalat e seus reflexos no noroeste fluminense e alguns eventos climáticos extremos (estiagem longa e chuvas torrenciais). Não obstante, não podemos fazer uma correlação superficial dos desastres climáticos extremos no território fluminense com a queda da produção leiteira, apenas apontamos como um dos fatores que interferiram nas atividades agropecuárias (Young; Aguiar; Possas, 2014).

Em 2020, ano que marcou a pandemia da COVID-19, a quantidade de leite cru produzido no estado do Rio de Janeiro (ERJ) foi a mais expressiva nesse lapso de tempo selecionado. Houve, portanto, aumento na demanda e elevação na produção de leite e derivados. Todavia, o consumo de leite e derivados lácteos é superior a produção interna no território fluminense o que vem acarretando

a implementação de programas e políticas estaduais de incentivo à atividade leiteira visando sobretudo à agroindustrialização.

No estado do Rio de Janeiro há um movimento dialético, contraditório e articulado das agroindústrias processadoras de leite e derivados lácteos, envolvendo instituições estatais, privadas, cooperativas e produtores de leite. No decorrer do relatório, será possível apreender como esses agentes atuam não só na reorganização da atividade em termos regionais como também refletem os objetivos das políticas públicas, em especial, na dimensão fiscal.

Nos anos 1990 a Parmalat era uma das empresas que mais se destacava na atividade de processamento de leite longa vida e alimentos no Brasil, obtendo a segunda colocação das maiores empresas do setor de alimentos em 2003. De origem italiana, criada em 1961, a empresa Parmalat criou, em 1966, o sistema UHT (*Ultra High Temperature*), para a produção do leite *longa vida* (Deus, 2006) ou popularmente denominado de *leite em caixinhas* (*Tetra Pak*)[1]. A instalação no Brasil ocorreu em 1974 e a expansão se deu, majoritariamente, na década de 1990, com a aquisição de vários laticínios, a criação de novos produtos e com investimento voltados na área de *marketing* e patrocínios (Deus, 2006).

É dentro desse movimento de expansão que a Parmalat adquiriu a Cooperativa Central do Paraná proprietária da marca Batavo, teve aquisição da empresa Neugebauer de chocolate e, em 2001, segundo Deus (2006), a Neugeubauer foi vendida e a Parmalat adquiriu as empresas de leite Glória e a Avaré. Nos anos de 2000, mais precisamente em 2003, houve a divulgação pela mídia da crise[2] na empresa, conhecido como *escândalo da Parmalat.*

A falência da Parmalat em 2003 reverberou na produção leiteira da região Noroeste Fluminense, haja vista que o leite captado por essa empresa era oriundo de mais de 2 mil produtores organizados em cooperativas, em especial, da CAPIL - Cooperativa Agropecuária - nas unidades de Itaocara e Itaperuna.

Desde 2012, a empresa Quatá do grupo Nova Mix Alimentos, assumiu a planta industrial onde era produzido o leite da marca Glória@ no município de Itaperuna. A produção leiteira no Noroeste Fluminense, por meio das cooperativas e dos laticínios, circula no território fluminense, seja no processamento industrial de produtos lácteos, seja pelas políticas públicas de compras institucionais.

[1] Empresa sueca responsável pelas máquinas e embalagens cartonadas e de multicamadas de papel, alumínio em forma de tetraedro para armazenar alimentos (Tetra Pak, 2025).

[2] Deus (2006) realizou uma pesquisa sobre a gestão da Parmalat e os motivos da crise que levou a decadência do grupo.

1.1.OBJETIVOS

PRINCIPAL

Analisar as estratégias territoriais das cooperativas de leite no Noroeste Fluminense frente a um contexto de reorganização produtiva da atividade leiteira ao longo do século XXI.

ESPECÍFICOS

1. Caracterizar as cooperativas de leite na região Noroeste fluminense, em termos de tamanho, origem dos cooperados, principais mercados, tipos de produtos, área de atuação, logística e inovação;
2. Compreender as estratégias adotadas pelas cooperativas de leite, considerando o tipo de assistência técnica e as articulações com as agroindústrias e cooperativas localizadas fora da região noroeste;
3. Analisar o papel das instituições públicas no setor leiteiro fluminense.

1.2.MÉTODO, FONTES E TÉCNICAS

1. Levantamento sistemático de obras clássicas e contemporâneas sobre agroindústrias processadoras, cooperativas e políticas públicas em periódicos nacionais em formato digital, em e-book, em livros clássicos e contemporâneos;
2. Levantamento sistemático de decretos e leis sobre Programa de Incentivo do Governo do Estado à Produção de Leite de 2001, Programa Mais Leite e as políticas fiscais estaduais, nos sites institucionais da Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento SEAPPA, Secretaria Estadual da Fazenda SEFAZ, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater-Rio, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e Portal da Transparência do Governo Federal e Estadual (RJ);
3. Sistematização e produção de representação gráfica e cartográfica de dados secundários levantados nos seguintes bancos de dados: SIDRA/IBGE (Pesquisa Pecuária Municipal - PPM, Produção Agrícola Municipal - PAM, Censos Agropecuários de 2006 e 2017 e Pesquisa Trimestral do Leite - PTL), Emater/Rio (Relatórios anuais), Instituto Federal Fluminense - IFF, SEFAZ/Rio (Recursos das políticas fiscais), Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB/Rio (Relatórios anuais 2021 e 2022), Cooperativas (Relatórios anuais) entre outros;
4. Pesquisa de Campo e aplicação de roteiros de entrevistas nas cooperativas e instituições públicas, quais sejam: (CAPIL Unidade Itaocara, Copafi Italva, Cooperativa Agropecuária de Macuco na unidade Quissamã, na sede em Macuco e Cavil em Bom Jesus do Itabapoana), na Associação de Produtores Rurais de Santa Maria de Campos (Aprumasc), nas instituições públicas (Emater Itaocara e Italva) e com a Coordenação do Balde Cheio do Norte e Noroeste Fluminense;
5. Sistematização de dados e informações da pesquisa de campo em formato de tabelas, gráficos, organogramas e mapas temáticos. Fora utilizado o princípio da cartografia geográfica crítica – CGC – pelo caráter discursivo, retórico e subjetivo do mapa, considerado não apenas como um objeto

puramente técnico, mas, como portador da intencionalidade e dos objetivos do autor sobre a realidade mapeada (Paulon, 2011). A partir da perspectiva da CGC foi elaborado o modelo gráfico de representação de dados sociais e econômicos do Noroeste Fluminense, considerando a representação aliada à semiologia gráfica, como cores, círculos concêntricos e informações referentes ao objetivo de cada mapa. A caracterização das cooperativas foi possível a partir dos dados coletados *in loco* e com relatórios anuais disponibilizados por algumas unidades. A parte cartográfica está organizada no Quadro 01.

Quadro 01: Síntese dos produtos gráficos e cartográficos gerados sobre as agroindústrias de lácteos no noroeste fluminense.

Tipo	Fonte dos dados	Mapas produzidos
Agroindústria de pequeno porte	Site e pesquisa de campo	01
Cooperativas	Site e pesquisa de campo	04
Associação	Pesquisa de campo	01
Laticínios	Site e pesquisa de campo	02
Dados gerais ERJ	Site Econodata	01
Dados gerais ERJ	Relatórios da OCB RJ	01
SIDRA /IBGE	SIDRA /IBGE	01
Estrutura Produtiva	SIDRA /IBGE	02
Estrutura Produtiva café	SIDRA /IBGE	01
Estrutura Produtiva leite	SIDRA /IBGE	01
Pessoal Ocupado	SIDRA /IBGE	02
Uso e Ocupação do solo	SIDRA /IBGE	01
Caracterização do Noroeste	IBGE/DER/ERJ	02
Instituições de Ensino Superior	IFF/UFF	01
Serviços de Inspeção Animal	MAPA	01

6. Análise do material levantado à luz do referencial levantado no decorrer da pesquisa;
7. Produção de resumos e trabalhos completos em evento científico nacional e internacional;
8. Construção de relatório final;
9. Revisão textual e de formatação baseada na Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

10. Construção de artigos científicos. Temos como perspectiva, após a finalização, revisão textual e normativa, aprovação do relatório, a submissão de artigos científicos com os resultados alcançados junto periódicos classificados com *qualis* A1 ou A2.

1.3.Estrutura do relatório

O relatório científico está organizado em cinco seções. Na parte introdutória, além da apresentação e justificativa, estão inseridos os objetivos e a metodologia. A caracterização do recorte espacial - Região Noroeste Fluminense - compõem a segunda seção, com foco no contexto histórico, nos dados populacionais, na estrutura produtiva, na questão fundiária e nas atividades econômicas. A discussão teórica acerca das agroindústrias processadoras e o papel do Estado está presente na terceira parte. Nesta seção aproveitamos o ensejo para discorrer sobre as contradições do sistema cooperativista no país, em especial um panorama das cooperativas agropecuárias.

Com a necessidade de debater as políticas públicas voltadas ao leite e ao setor lácteo, a quarta seção abarca o espaço-tempo da principal política de fomento de incentivo à produção leiteira no Rio de Janeiro (2001) e demais políticas fiscal e assistência técnica tanto do governo federal quanto na escala estadual. A caracterização das cooperativas pesquisadas é apresentada na quinta seção. Por fim, mas não menos importante, as considerações finais encerram esta parte, seguida das referências bibliográficas utilizadas na construção do relatório.

É importante justificar algumas mudanças no percurso desta pesquisa, a principal foi a dificuldade de agendar entrevistas com gestores de agroindústrias em Italva, Itaperuna e Bom Jesus do Itabapoana, mesmo com telefonemas e *e-mails* constantes, o retorno foi nulo. A visita técnica foi realizada nas cooperativas e os contatos virtuais foram efetivados junto às instituições públicas. A mesma dificuldade com as agroindústrias se deu junto aos freteiros ou empresas de transporte de leite *in natura,* o que acarretou a ausência de entrevistas com estes informantes. Outrossim, não há uma sistematização e tampouco a divulgação de dados no ERJ sobre a agropecuária, setor leiteiro ou mesmo de políticas públicas, sendo necessária a exploração de dados de várias plataformas pulverizadas e sem a periodicidade contínua.

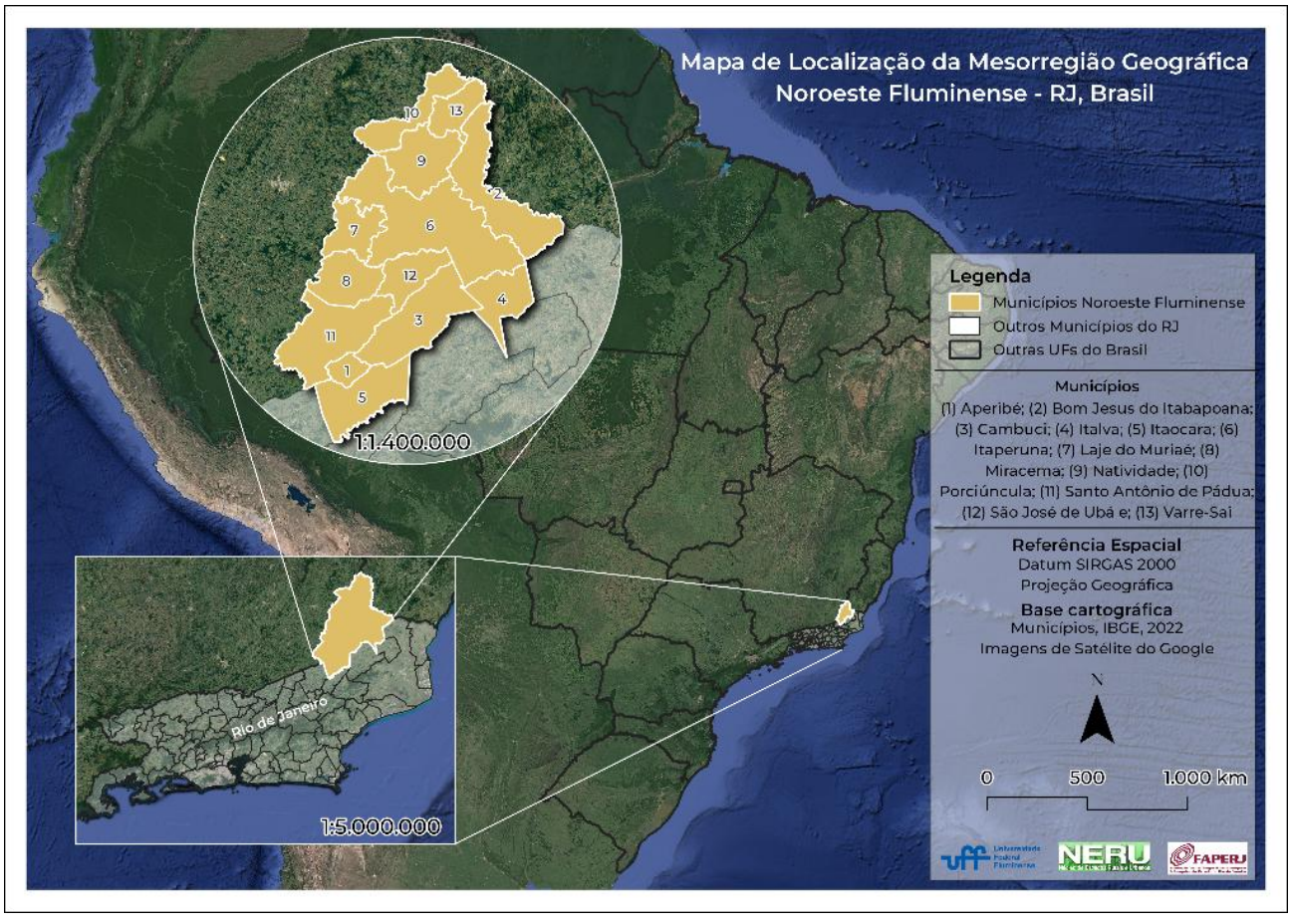
2. Recorte espacial: Região Noroeste Fluminense

A região Noroeste Fluminense - visualizada no **Mapa 01** -, criada em 1987 e implementada oficialmente em 1988, é constituída por 13 municípios (Aperibé, Cambuci, Italva, Itaperuna, Bom Jesus de Itabapoana, Itaocara, Santo Antônio de Pádua, Varre Sai, Porciúncula, Natividade, São José de Ubá, Miracema e Laje do Muriaé).

Para fins de planejamento, foi institucionalizada, em 1987, pelo governo do Rio de Janeiro a regionalização fluminense em oito regiões de governo, quais sejam: Metropolitana, Centro-Fluminense, Norte, Noroeste, Lagos, Serra, Sul e o Médio Vale. Tal ação se deve alguns eventos que ocorriam no estado do Rio de Janeiro - ERJ - à época, primeiro deles era a crise econômica que o estado atravessava, segundo, o início da exploração do petróleo e gás na Bacia de Campos e terceiro envolve a decadência do setor sucroalcooleiro na região norte.

Diante dos interesses vigentes em angariar recursos públicos e autonomia política, houve o desmembramento da região norte e a criação da região noroeste nos anos 1980.

Mapa 01: Localização dos municípios da Região Noroeste Fluminense.



Org: Silva (2023)

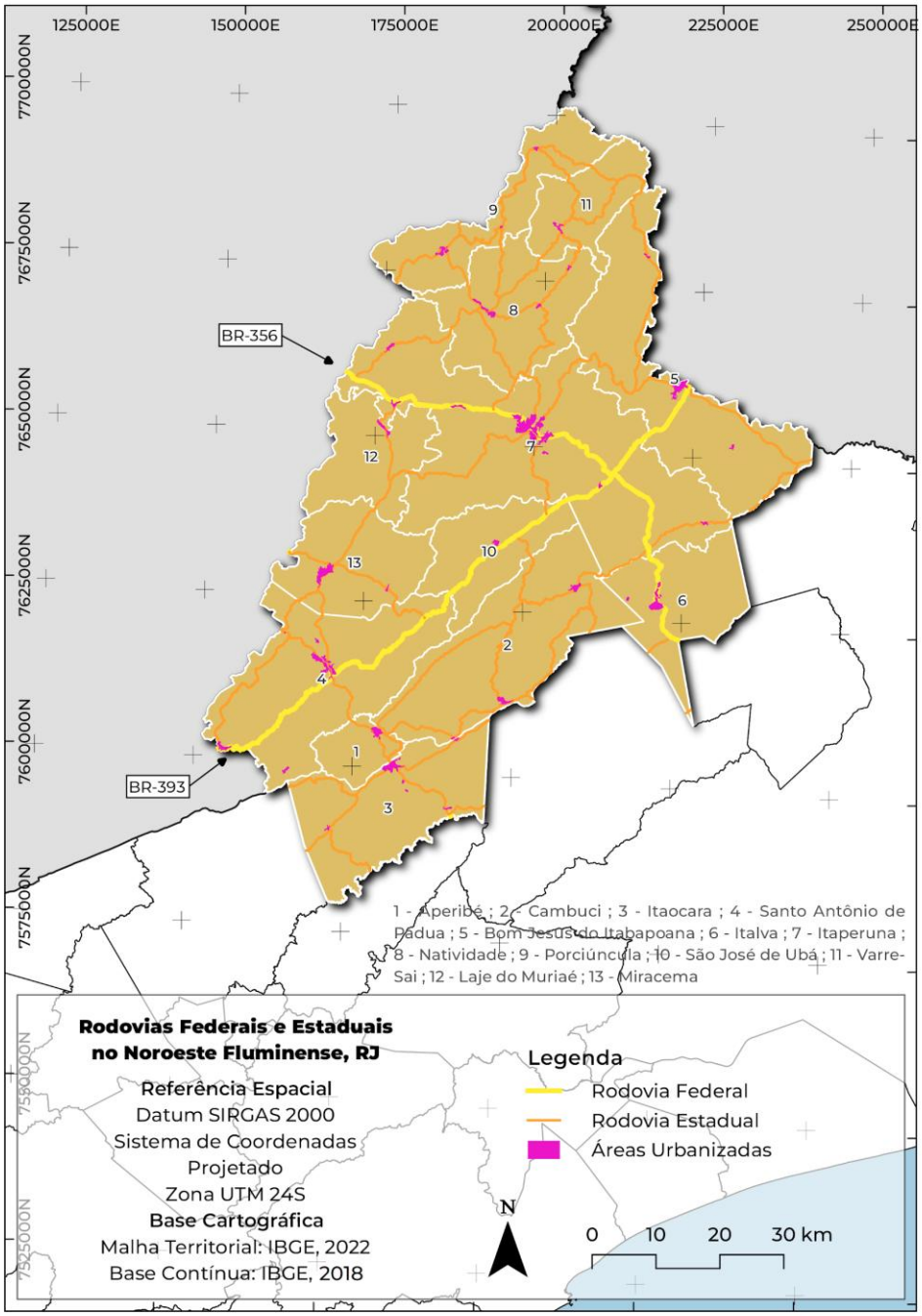
Ao debater o estado do Rio de Janeiro em termos de reestruturação produtiva, Oliveira (2008) enfatiza *a grosso modo* que a regionalização das regiões fluminenses no final dos anos se deve aos interesses políticos tanto das elites regionais, as entidades de classe e o Estado para promover o deslocamento espacial das atividades econômicas – indústria, extração, agropecuária – com o discurso de promover o crescimento econômico no território fluminense. A institucionalização do Noroeste Fluminense se deve a fatores endógenos, pela pressão da elite para o desmembramento da Região Norte, alegando a falta de autonomia em relação à Campos dos Goytacazes e, por conseguinte, o acesso reduzido de recursos públicos da escala estadual. Oliveira (2008) enfatiza que nos anos 1980 ocorreu pela primeira vez a preocupação em pensar o interior fluminense nas políticas de gestão do território para fomentar o crescimento econômico de atividades produtivas vinculadas ao setor industrial, embora fosse uma estratégia política pensada a partir da região metropolitana.

Nos anos 1990, diante de um período de crises econômicas no país, o discurso disseminado pelo poder público pautava na adoção da '"agricultura familiar" como diferenciador regional, associando à marginalização dos produtores' tanto com o desmonte do complexo agroindustrial do leite quanto da queda da produção de olerícolas como fatores intrínsecos à Região Noroeste Fluminense (Marinho, 2017, p. 11).

As regiões de governo são categorizadas com as chamadas 'vocações regionais', ou seja, o interior fluminense é pensado a partir das suas principais atividades econômicas. Para a região Noroeste é atribuída a vocação agropecuária, cujas estratégias do Estado e das organizações empresariais se voltam à formulação de políticas setoriais. As instituições privadas como a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), o Sistema Brasileiro de Pequenas e Micro Empresas (SEBRAE) e, àquelas públicas, como a Emater, Secretarias estaduais se convergem em promover ações com foco nas regiões fluminenses que têm o potencial de atender ao setor agroindustrial. É nesse arranjo que o leite é colocado como centro das ações e das políticas públicas do Noroeste, criando, a região produtora ou com "vocação agropecuária".

Os municípios de Itaperuna e Santo Antônio de Pádua se destacam na escala regional pela centralidade nos serviços de educação, saúde e comércio. Ambos estão localizados na confluência das duas rodovias federais que interligam o interior fluminense com o sul capixaba e o sudoeste mineiro (Mapa 02).

Mapa 02: Principais rodovias presentes na Região Noroeste Fluminense



Org: Silva (2023)

Os fluxos de pessoas e mercadorias no Noroeste Fluminense ocorrem, predominantemente, por vias rodoviárias - a BR-356, que conecta Belo Horizonte ao município fluminense de São João da Barra, sendo um dos canais de escoamento para o Porto do Açu, e a BR-393 (no ERJ passa a ser denominada RJ-186 ou rodovia do aço que liga o município sul capixaba de Cachoeiro de Itapemirim até o município de Barra Mansa (na região sul fluminense). O transporte dos produtos lácteos

produzidos na região ocorre principalmente nas rodovias federais tanto na direção do sul e médio vale (BR-393) quanto para a região Norte Fluminense (BR -356).

Nos últimos anos, a Federação de Indústria do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), ambas instituições do Sistema *S*[3], publicaram relatórios com o diagnóstico de esvaziamento populacional de alguns municípios do Noroeste Fluminense, em destaque, Lajes do Muriaé e São José de Ubá. Na Tabela 01 há uma sistematização da dinâmica populacional dos municípios que compõem a referida região, a partir dos censos demográficos (1991 a 2022), cujo total da população residente corresponde a 2% do total do estado do Rio de Janeiro, ou seja, é a região com a menor população e com a mais baixa densidade populacional estadual.

Tabela 01: Dinâmica populacional dos municípios da região Noroeste Fluminense, entre 1991 a 2022, por situação de domicílio.

Municípios	1991		2000		2010		2022	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Aperibé			1.176	6.842	1.335	8.878	908	10.126
Bom Jesus do Itabapoana	8.693	21.180	6.230	27.425	5.484	29.927	3.805	31.368
Cambuci	11.649	9.362	4.724	9.946	3.535	11.292	2.614	12.002
Italva	6.412	6.352	4.010	8.611	3.821	10.242	3.132	10.941
Itaocara	9.439	13.494	7.075	15.928	5.573	17.326	4.246	18.673
Itaperuna	16.258	61.742	9.856	76.864	7.743	88.368	5.806	95.235
Laje do Muriaé	3.660	3.804	2.285	5.624	1.850	5.637	1.696	5.640
Miracema	4.137	20.954	3.307	23.757	2.102	24.741	1.617	25.264
Natividade	9.629	12.136	3.384	11.741	3.036	12.046	1.752	13.322
Porciúncula	5.026	9.535	4.075	12.018	3.870	13.890	3.426	13.862
Santo Antônio de Pádua	28.025	11.575	9.277	29.415	9.489	31.100	3.527	37.798
São José de Ubá			4.087	2.326	3.905	3.098	3.635	3.435
Varre-Sai			3.722	4.132	3.685	5.790	3.626	6.581
Total	102.928	170.134	63.208	234.629	55.428	262.335	39.790	284.247

Fonte: IBGE, Censos agropecuários de 2006 e 2017.

Org: Autora

[3] Organização que reúne empresas privadas e entidades de classe.

A população rural apresentou redução de 46,2% entre 1991 e 2022, ao passo que a população urbana foi incrementada em 54,2% no mesmo período, conforme se verifica na Tabela 01. Contudo, nos municípios de Porciúncula e Laje do Muriaé houve redução da população total no mesmo período. Os dados do Censo Demográfico de 2022 mostram que o crescimento populacional da região foi 1,97%, entre 2010 e 2022, e em alguns municípios houve queda na população total como os casos de Cambuci e Laje do Muriaé, com redução de 1,4% e 2,0%, respectivamente.

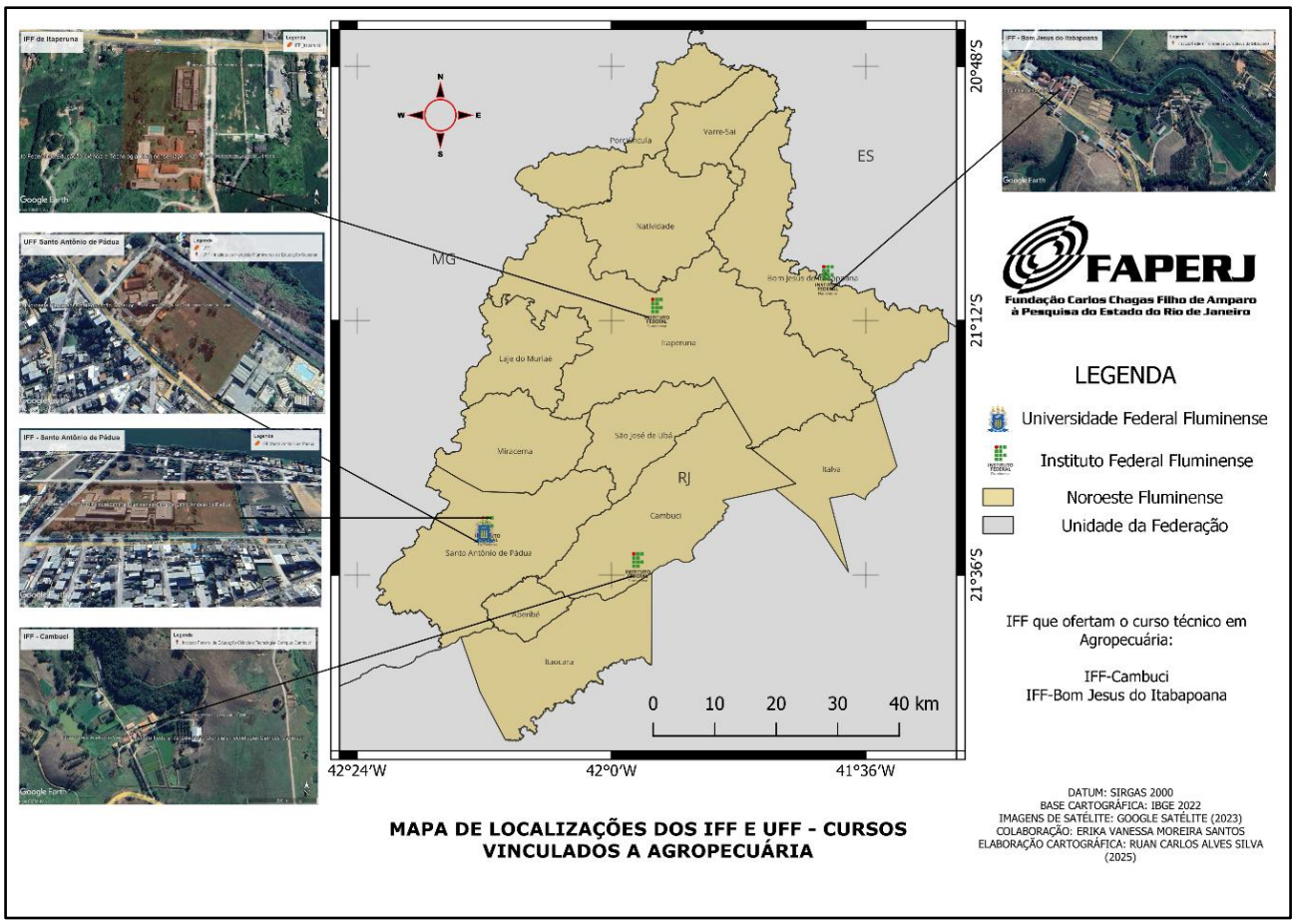
Todos os municípios apresentaram redução da população rural, com destaque, para Bom Jesus do Itabapoana e Natividade cuja redução ocorreu em mais de 50% entre 2010 a 2022. Estes são municípios cuja base econômica é oriunda da atividade agropecuária, Bom Jesus do Itabapoana, com a produção de leite e Natividade com o café. Cabe mencionar que a região Noroeste Fluminense é a que concentra o maior número de domicílios caracterizados como rurais do ERJ (Rio de Janeiro, 2017). Em geral, a agropecuária é uma das principais atividades econômicas, especialmente a pecuária leiteira, a produção de tomate, café e frutas, como laranja e uva de mesa.

A economia da região noroeste se baseia, considerando a composição do Produto Interno Bruto (PIB), em ordem decrescente, no comércio e serviços, na administração pública, na indústria e na agropecuária (leite, cana e café). Segundo o diagnóstico da Secretaria da Casa Civil do ERJ, o PIB da região abarca 0,9% do total do estado e três municípios concentram 60% do PIB regional, quais sejam, em ordem decrescente, Itaperuna, Santo Antônio de Pádua e Bom Jesus do Itabapoana (Rio de Janeiro, 2017).

Em relação ao ensino superior e técnico, o **Mapa 03** apresenta as unidades do Instituto Federal Fluminense (IFF) e da Universidade Federal Fluminense (UFF). Cabe reiterar que há faculdades privadas em Itaperuna, Santo Antônio de Pádua e Bom Jesus do Itabapoana, mas que não foram mapeadas.

Segundo o diagnóstico publicado pela Secretaria Estadual Casa Civil do ERJ, 2017, o Instituto Federal Fluminense (IFF) criou o campus no município de Itaperuna por meio dos recursos do governo federal em parceria com a prefeitura municipal, iniciando suas atividades em 2009 com cursos técnicos no âmbito do Proeja, escolhidos pela comunidade por meio de audiências públicas (Rio de Janeiro, 2017).

Mapa 03: Unidades do Instituto Federal Fluminense e da Universidade Federal Fluminense que tem cursos com interfaces com a agropecuária



Fonte: sites do IFF e da UFF.
Org: Silva (2025)

Os cursos de ensino técnico e superior estão presentes nos municípios de Cambuci, Santo Antônio de Pádua, Itaperuna e Bom Jesus do Itabapoana, com destaque a espacialização do IFF em Cambuci e Bom Jesus do Itabapoana com cursos técnicos voltados à Agroecologia, Agropecuária, Produção de Alimentos e bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos. No caso da UFF, há o curso de Educação do Campo na Unidade de Santo Antônio de Pádua.

Em relação à estrutura fundiária, os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 foram sistematizados e organizados na **Tabela 02.** A agropecuária é uma das principais atividades econômicas, especialmente a pecuária leiteira, a produção de tomate, de café e de frutas, como laranja e uva de mesa.

Tabela 02: Número total e área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários nos municípios da região Noroeste Fluminense, 2006 e 2017.

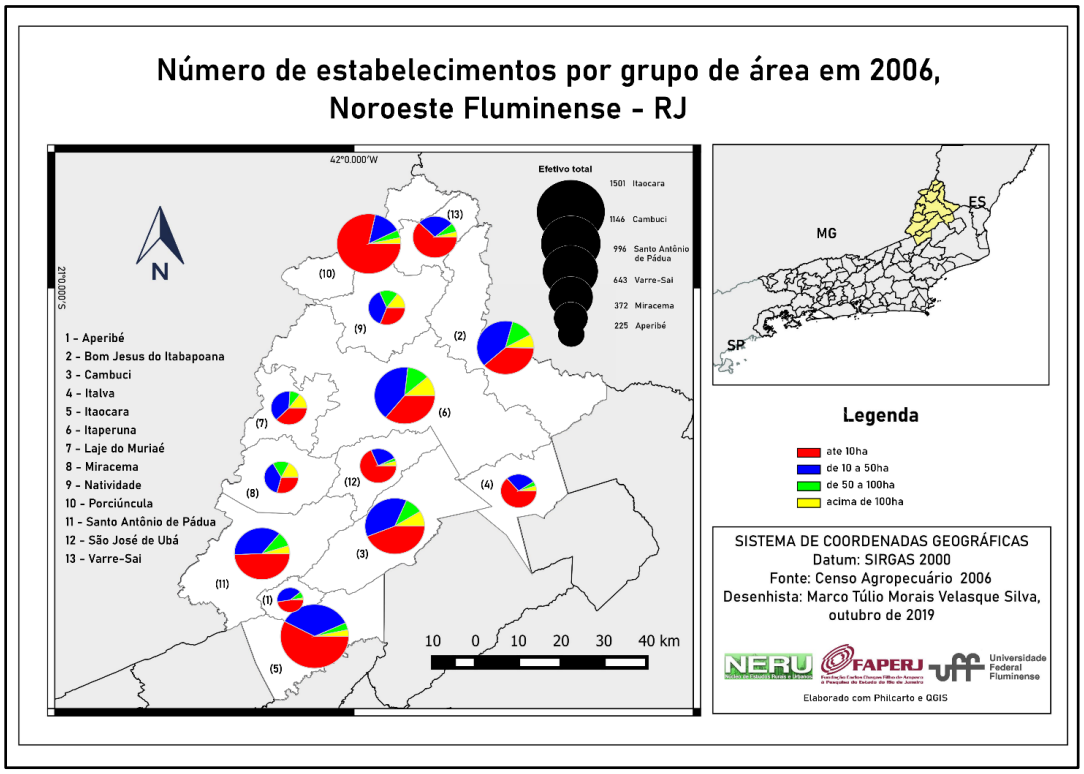
Municípios	2006		2017	
	n. de estab.	Área (ha.)	n. de estab.	Área (ha.)
Aperibé	226	5.072	288	5.707
Bom Jesus do Itabapoana	1.046	40.012	1.111	48.851
Cambuci	1.146	45.124	1.151	46.746
Italva	424	10.866	406	17.843
Itaperuna	1.185	66.829	1.596	88.883
Itaocara	1.612	36.234	1.497	38.083
Laje do Muriaé	413	21.541	349	14.765
Miracema	374	23.297	387	26.724
Natividade	447	37.317	703	29.638
São José do Ubá	429	8.924	533	18.370
Santo Antônio de Pádua	1.003	31.501	1.082	41.828
Porciúncula	1.320	20.635	1.091	25.134
Varre-Sai	643	13.723	676	13.566
Total	10.268	361.075	10.870	416.138

Fonte: IBGE, Censos agropecuários de 2006 e 2017. **Org:** Erika Moreira

Os dados da Tabela 02 evidenciam dois processos na região Noroeste Fluminense em relação à estrutura fundiária, entre 2006 e 2017: 1) O aumento de aproximadamente 6% no número total de estabelecimentos agropecuários, sobretudo nos municípios de Aperibé, Itaperuna, Natividade e São José de Ubá; 2) Redução do número de estabelecimentos em Laje do Muriaé, Italva e Porciúncula. Apenas em Natividade houve aumento do número de estabelecimentos e uma redução significativa da área ocupada.

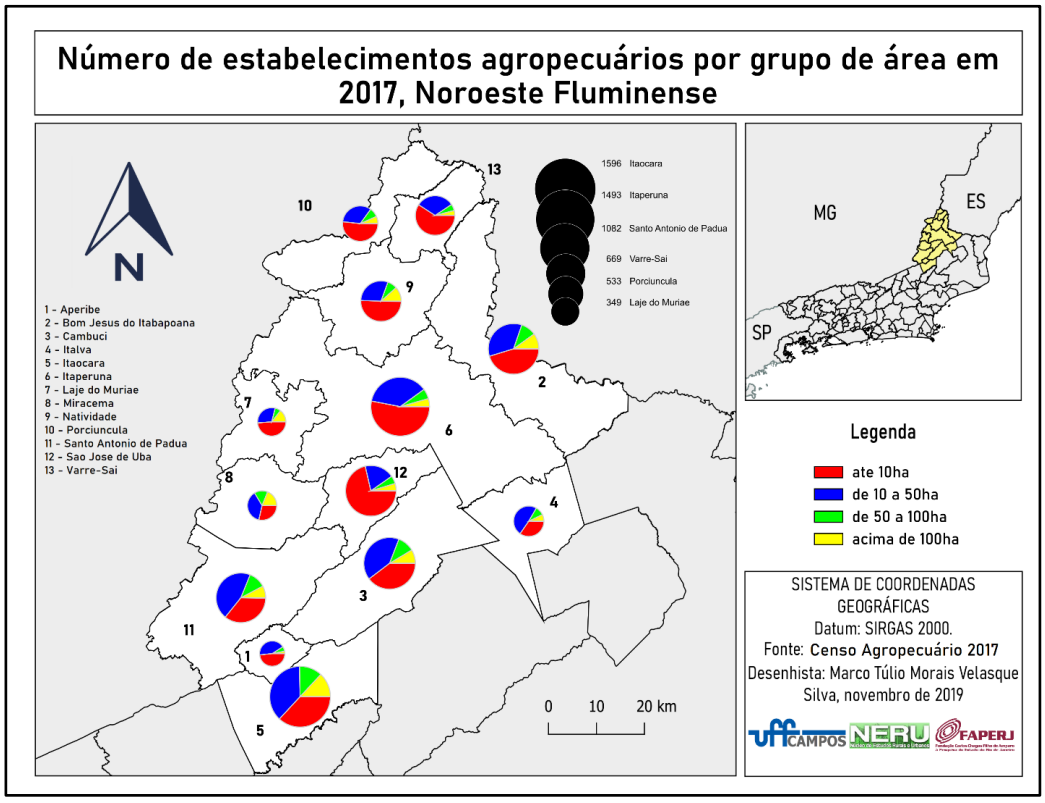
A Lei nº 11.326 de 2006 estabelece como categoria familiar os estabelecimentos com até quatro módulos fiscais definidos, em cada município, pelo Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O número de classes foi reduzido para quatro para facilitar a visualização nos **Mapas 04** e **05.**

Mapa 04 : Número de estabelecimentos por grupos de área (2006) no Noroeste Fluminense.



Org: Silva (2023)

Mapa 05: Número de estabelecimentos por grupos de área (2017) no Noroeste Fluminense.

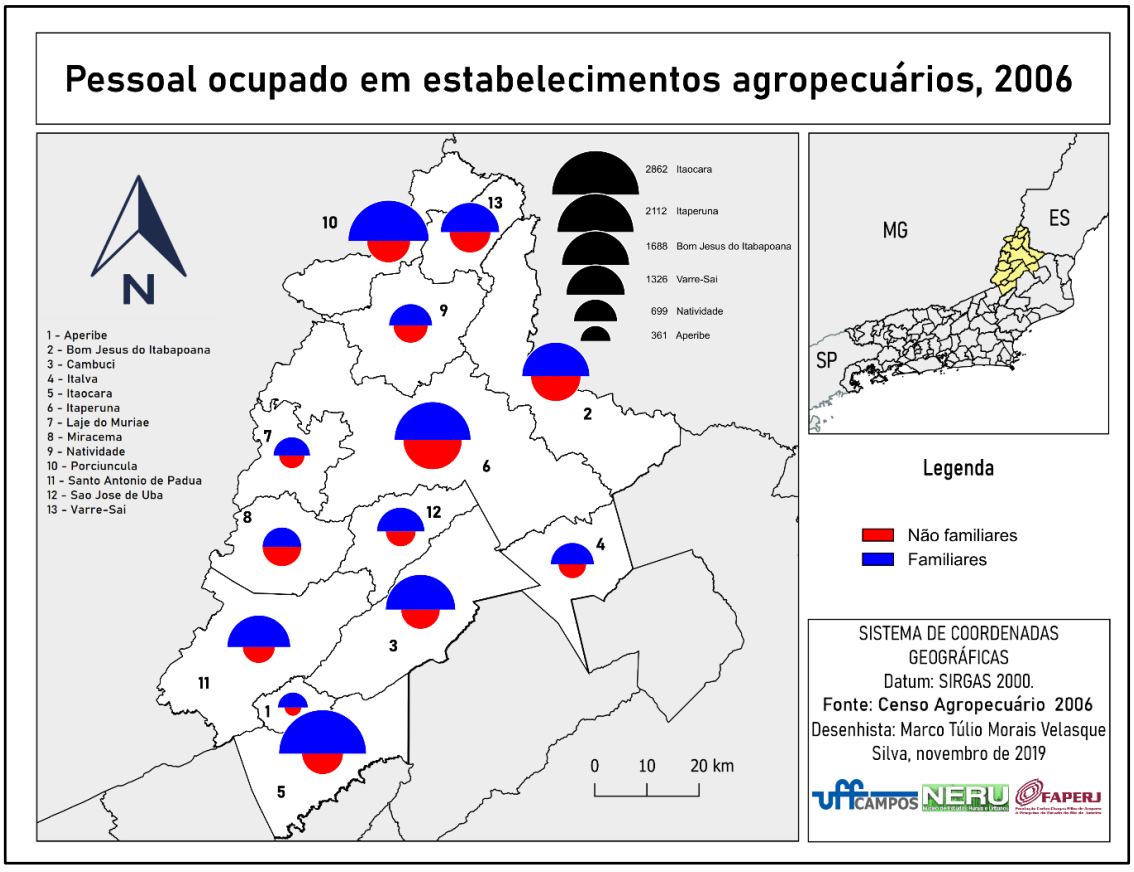


Org: Silva (2023)

Podemos observar nos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, com a exceção dos municípios de Italva, Itaocara, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Porciúncula, que os demais tiveram um crescimento significativo no número de estabelecimentos do grupo de área de até 10 ha, o que pode estar relacionado com mudanças geracionais. A distribuição de terras na região é bastante desigual. As propriedades maiores de 100 hectares ocupam mais da metade de toda a área de estabelecimentos agropecuários e abrangem, em sua maioria, áreas de pastagens e o cultivo de cana forrageira.

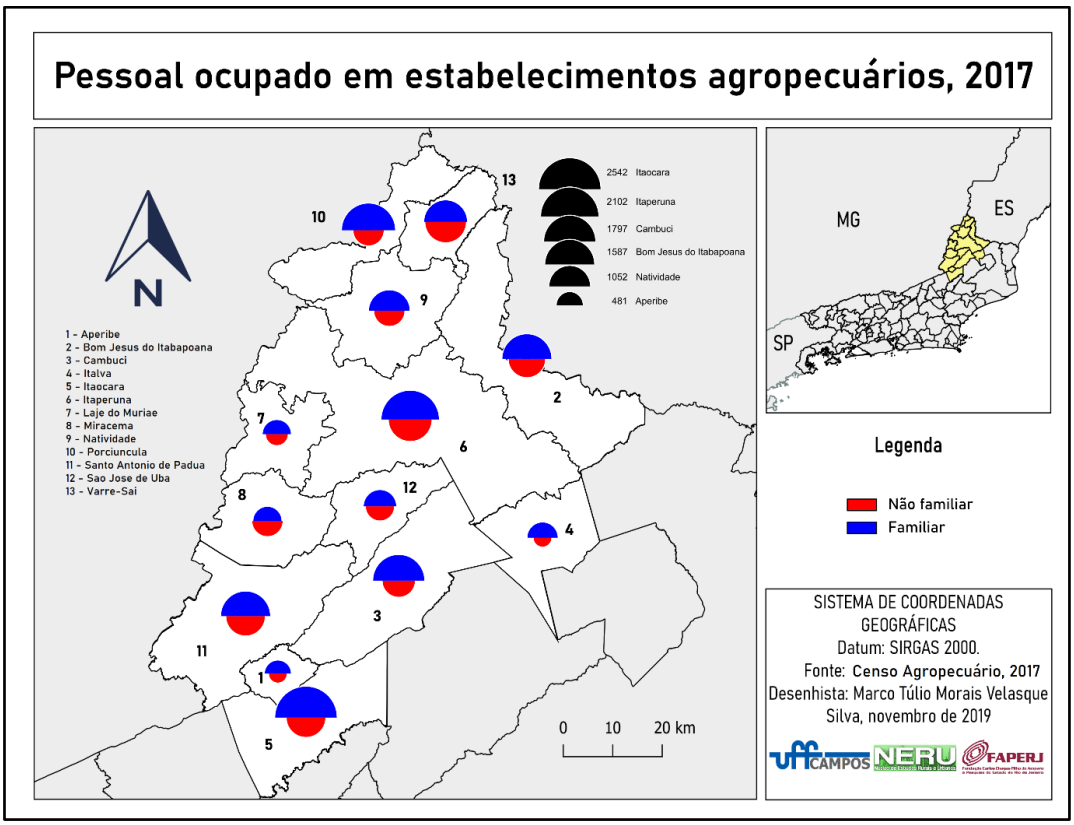
Em relação ao pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários familiares ou não, em 2006 e 2017, os dados estão sistematizados e organizados nos Mapas 06 e 07.

Mapa 06: Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários em 2006 no Noroeste Fluminense.



Org: Silva (2023)

Mapa 07: Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários em 2017 no Noroeste Fluminense.

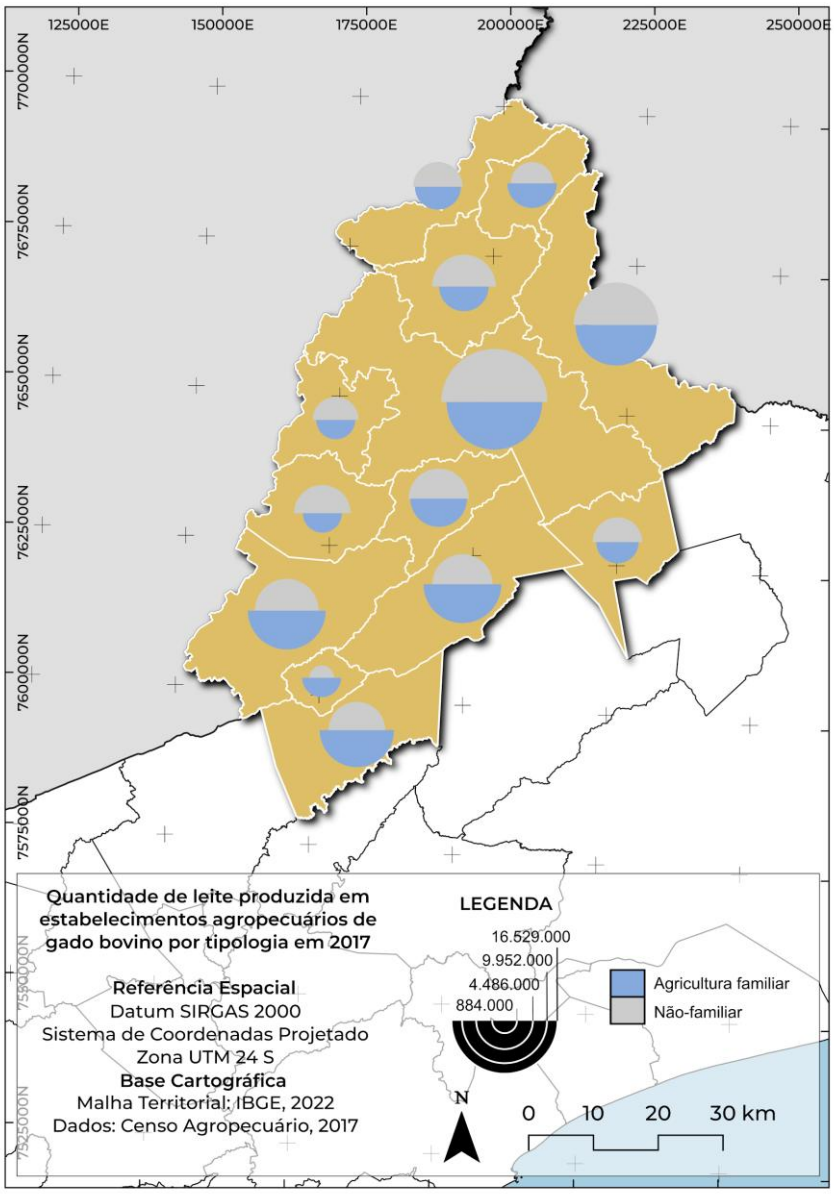


Org: Silva (2023)

Em termos de pessoal ocupado, os **Mapas 06** e **07** retratam a predominância de estabelecimentos caracterizados como familiar em todos os municípios da região noroeste nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, fato relacionado à produção de café e de pecuária leiteira em pequena propriedade cuja mão de obra predominantemente é da própria família.

Em relação à produção de leite nos municípios do noroeste fluminense, se compararmos o interregno de 2001 a 2023, é possível constatar tanto o aumento em Cambuci e Varre Sai, por exemplo, a redução em municípios que eram destaque na atividade leiteira, como Bom Jesus do Itabapoana e Itaperuna. A pecuária leiteira é praticada majoritariamente por pequenos produtores e a realidade do Noroeste não é diferente, como mostra o panorama da atividade no ano de 2017 no Mapa 08.

Mapa 08: Panorama da pecuária leiteira no noroeste fluminense, por categoria familiar e não familiar, 2017, por município.



Org: Silva (2023)

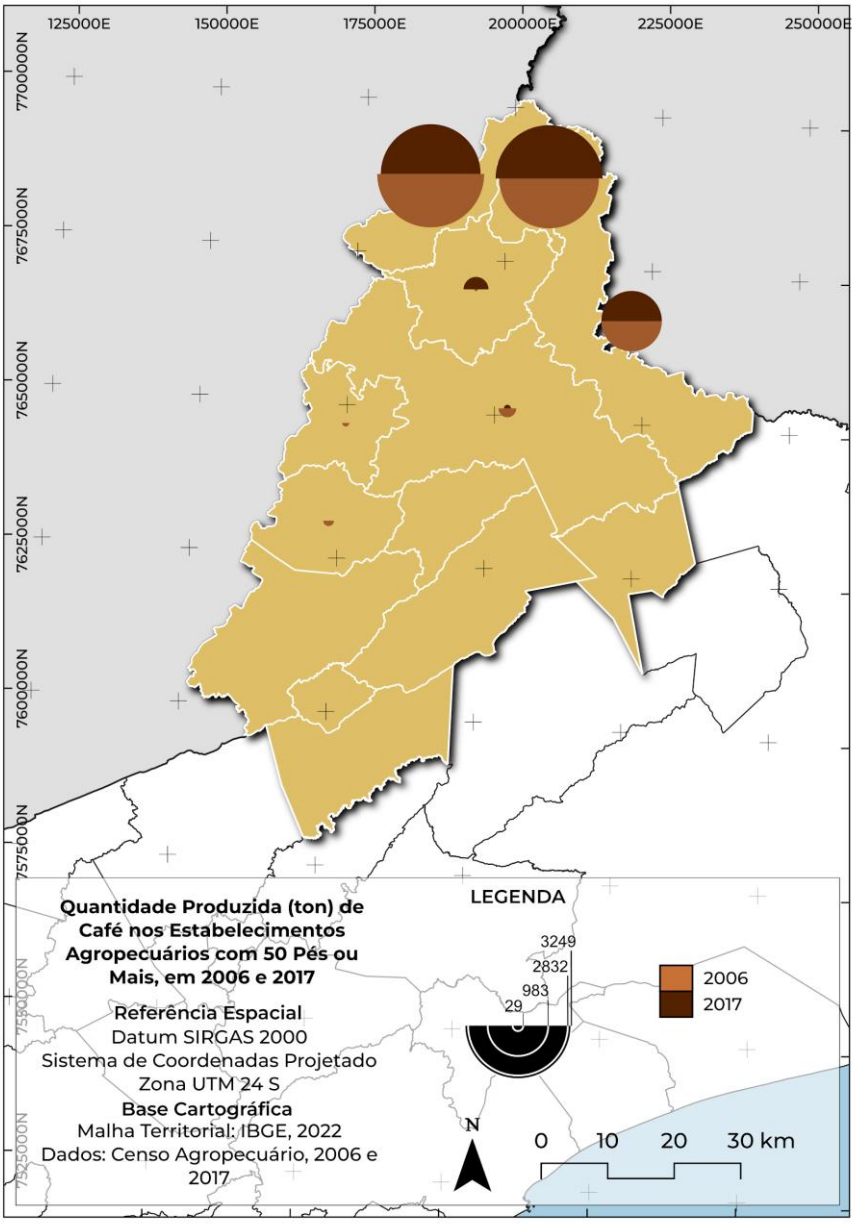
A quantidade de leite produzida nos estabelecimentos agropecuários, de maneira geral, com mão de obra familiar, é menor ou próxima à quantidade de leite presente nos estabelecimentos com mão de obra não familiar. Embora a renda auferida com a pecuária leiteira seja baixa.

Em trabalho anterior (Moreira Santos, Chagas, Silva, 2021), identificamos os 20 principais municípios que se destacam na produção de leite no ERJ, entre 2001 a 2020, destes seis estão na região Noroeste, em ordem decrescente em termos de produção, Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Santo Antônio de Pádua, Itaocara, Cambuci e Natividade.

Atualmente, a maior relevância, em termos de atividades agropecuárias, do Noroeste é a cafeicultura e a bovinocultura de corte e leite. Além de ser o maior produtor de café do estado, com

70% da produção total do ERJ, também abarca a segunda maior bacia leiteira do estado. Em relação à produção cafeeira, no **Mapa 09** temos a espacialização dos dados de produção do café a partir dos Censos 2006 e 2017.

Mapa 09: Quantidade de café produzida (tonelada) no Noroeste Fluminense, em 2006 e 2017, por município.



Org: Silva (2023)

A região Noroeste Fluminense concentra 70% da produção de café do estado do Rio de Janeiro, com destaque para os produtores de Varre-Sai, Porciúncula e Bom Jesus de Itabapoana. Na década de 1940, a cafeicultura era a atividade predominante no Noroeste Fluminense e com o declínio da atividade, ela foi sendo substituída gradativamente pela atividade leiteira nos anos 1960.

A Cooperativa de Café do Norte Fluminense Ltda (Coopercanol) reúne os cafeicultores, em sua maioria, familiares, com o objetivo de produzir cafés especiais como o *Grão 17*[4], classificado pelo tamanho e pelo padrão de exportação. É importante mencionar que as instituições públicas (EMATER Rio, CIDENNF, IFF, SEAPPA) e privadas (SEBRAE, Associação de Produtores de café Especiais do Alto Noroeste - ACEAN e Associação dos Cafeicultores do Estado do Rio de Janeiro - ASCAR) atuam na disseminação da ideia de polo de cafés especiais do Alto Noroeste Fluminense, com cursos, concursos e eventos. A presença da cafeicultura nessa porção se deve a altitude (700 metros). Segundo o Portal Fluminense (2025), "no Alto Noroeste Fluminense há mais de 3 mil famílias produzindo 80% de todo o café arábica consumido no Estado do Rio de Janeiro [...] e mais de 40 famílias produzem atualmente trinta marcas de cafés de alta qualidade, entre gourmet, especial e fermentado".

3. Revisão teórica sobre Agroindústrias e Cooperativas Agropecuárias de Leite

Os estudos sobre o Complexo Agroindustrial (CAI) e Agroindústria são focados em apreender a relação entre a indústria e a agropecuária tanto na geografia (Marafon, 1998; Serra, 2008) quanto na economia (Sorj, 1980; Muller, 1989, Graziano da Silva, 1998 e Mazalli, 2000). Os trabalhos, em linhas gerais, enfocam a realidade das agroindústrias das regiões sul e sudeste, onde o impacto das políticas agrícolas beneficiaram a expansão das monoculturas e dos complexos agroindustriais. Enquanto o CAI abrange um caráter intersetorial entre a indústria, agricultura, comércio e finanças ou na perspectiva de Graziano da Silva (1998) a articulação entre a indústria para a agricultura (à montante) e a indústria processadora da agricultura (à jusante), a agroindústria, por sua vez, situa-se no papel do processamento dos derivados agropecuários.

Graziano da Silva (1998), ao abordar as dinâmicas da agricultura brasileira entre o final dos anos 1980 e meados de 1990, situa as diferenças de três processos ocorridos na relação entre agricultura e indústria. A primeira dinâmica é marcada pela constituição dos complexos rurais, em que as atividades eram internalizadas e o mercado consumidor era voltado para o exterior. Com a modernização conservadora da agricultura nos anos de 1950, há um estreitamento entre a agricultura e a indústria, com o uso de insumos químicos importados e expansão de monoculturas para novas fronteiras agrícolas. A agricultura passa a depender da indústria externa, pois os pacotes químicos e os maquinários eram importados, haja vista que a industrialização brasileira estava ancorada na produção de bens de consumo não duráveis e de base (siderurgia, química etc.). A terceira dinâmica

[4] A classificação do grão por tamanho é feita a partir da peneira, ou seja, a denominação *Grão 17* indica que a peneira usada é de 17/64 de polegadas (Instrução Normativa n. 08 de 11 de junho de 2003).

é marcada pela internalização do D1 (maquinários, tratores, insumos, sementes, agrotóxicos etc.) com a produção de bens de capital no país, intervenção estatal com políticas de créditos rurais, integração vertical, ou seja, a agricultura situa-se entre a indústria à montante (insumos, sementes, maquinários) e à jusante (processamento dos produtos *in natura*). Além do capital industrial, o comercial e o financeiro estão imbricados nesta lógica de acumulação. O caráter intersetorial e de integração de capitais marca essa dinâmica iniciada nos anos 1970.

A contribuição de Graziano da Silva (1998) está no cuidado metodológico e conceitual da industrialização da agricultura e da constituição dos complexos agroindustriais. No caso do estado do Rio de Janeiro, contrariando os trabalhos de Marafon (1998) e Madanelo (2008), não se pode trabalhar a existência de Complexos Agroindustriais no sentido *ips litteris,* pois houve, no decorrer dos anos, a constituição de agroindústrias processadoras (açucareira, leite, café) e não uma correlação intersetorial como àquela existente no sul do país.

Belik (1992) enfatiza que a noção de agroindústria deve ser utilizada no plano estatístico e para fins didáticos, pois a agroindústria não se encerra na produção ou processamento de um produto *in natura,* mas abrange outros setores atinentes, como comércio e transporte, importantes para as capilaridades das agroindústrias nas estratégias de comercialização.

Para Graziano da Silva (1998, p. 33-34), há três resultados gerais da constituição dos CAIS, a saber: o estreitamento das relações intersetoriais com a subordinação da agricultura à dinâmica da indústria; a mudança das relações de trabalho, pois há uma dependência cada vez maior de maquinários e do pacote químico; e, a formação de um elo cada vez mais estreito entre a agricultura e o capital financeiro. Tais resultados não se reverberam no ERJ, pois os complexos industriais existentes são votados ao setor químico e petroquímico, houve maior exploração do trabalho agrícola nas áreas da monocultura canavieira e a permanência de uma pecuária leiteira com baixa adoção de inovação e a atuação de grupos regionais na agropecuária fluminense, seja na cana-de-açúcar no Norte Fluminense seja na atividade cafeeira e leiteira no Noroeste. É pertinente apontar que o próprio uso da palavra *agroindústria* não tem um consenso entre economistas e geógrafos, ora se afirma como a interrelação entre dois setores – agricultura e indústria – ora envolve um recorte para a implementação de políticas públicas setoriais.

Concordamos com Graziano da Silva (1998) ao afirmar que " a agroindústria moderna tem uma dinâmica determinada em grande medida pelos movimentos da produção agrícola, inclusive sujeita a decisões e pressões dos produtores" (p. 38). O mercado das agroindústrias, para o referido autor, envolve escala regional e tem um dinamismo tecnológico menor que outros tipos de indústrias. Wilkinson (2023) retrata que as indústrias de alimentos - agroindústrias - têm baixa intensidade tecnológica e de inovação, sendo os novos produtos de caráter incremental. Boa parte da indústria alimentícia, segundo Wilkinson (2023), se originou da transformação de tecnologias artesanais para

uma escala mais ampla. A criação do leite em pó e do leite condensado pela Nestlé e a margarina pela Unilever são exemplos ilustrativos do autor para mostrar o poder da inovação.

No caso da agroindústria de lácteos, baseamo-nos em Belik (1992), Galan (2000), Camilo (2018), Alfredo (2008) e Wilkinson (2007), embora tenhamos o cuidado de utilizar com parcimônia pelas diferenças teóricas e políticas.

Para subsidiar a discussão, nosso constructo teórico envolverá duas vertentes para o embate. De um lado, a perspectiva de Belik (1992) e Galan (2000) a partir de uma visão neocorporativa e, de outro, na dimensão da economia política (Alfredo, 2008; Camilo, 2018). O único consenso entre ambas as vertentes é que a expansão das agroindústrias no Brasil foi fortemente estimulada pelo Estado, por meio de políticas fiscais, da regulamentação e da disponibilização de linhas de crédito.

Ao tratar da ação do Estado em políticas agroindustriais no Brasil, Belik (1992) enfatiza dois pormenores: 1. A determinação e os interesses do Estado em promover a atuação em alguns setores da agroindústria e 2. A organização do setor agroindustrial para promover estratégias junto às agências governamentais. Definir a agroindústria unicamente no sentido apenas do processamento leva a uma análise incompleta, pois anulam-se as dinâmicas de comércio e de transporte, mencionadas anteriormente, pois as mudanças 'incrementais' internas das agroindústrias reverberam em diferentes estratégias de mercados (atacadistas, varejistas, plataformas etc.) e de transporte (próprios, terceirizados etc.).

Alfredo (2008) aborda as contradições da agroindústria de leite na reprodução da forma valor e como as estruturas impostas por uma lógica de acumulação levam à subordinação cada vez mais intensa dos produtores de leite (especialmente os pequenos) aos ditames da agroindústria, aprofundando a contradição capital-trabalho. Segundo o referido autor, a partir dos anos 2000, vem ocorrendo uma "seletividade dos produtores determinada na esfera da produção da matéria-prima láctea", com exigências voltadas a uma maior produtividade. Para produzir mais leite, os produtores se veem obrigados a buscarem créditos para elevar a produção seja em instituições bancárias seja pelas vias da própria agroindústria. Para Alfredo (2008) o pequeno produtor de leite ao buscar a intensificação da produção, transforma sua propriedade em 'uma unidade produtiva', ou seja, a sua autonomia na produção para o autoconsumo é cada vez menor para atender a demanda das agroindústrias.

Muller (1989), ao debater o complexo agroindustrial e a modernização da agricultura, argumenta a complexidade em adotar o CAI como unidade de análise, justamente pela intersetorialidade entre agricultura e indústria e a questão da terra, que é uma mercadoria 'especial' ao destacar que a industrialização da agricultura pode ocorrer com ou sem a agroindustrialização. Essa relação indústria-agricultura-agroindústria, Muller (1989) denomina de "modernização (tecno econômica) agrária", ou seja, há uma alteração orgânica do capital em função da terra.

Em suma, “a modernização é o resultado da interação entre a industrialização do campo, a agroindustrialização das atividades agrárias e mudanças sociais e políticas entre os grupos sociais" (Muller, 1989, p. 63). Sobre a agroindustrialização, o autor destaca que pode ser utilizada para fins de análise tanto no sentido *estrito* ou *lato*, envolve processar e beneficiar, mas para uma análise em conjunto, não há necessidade de separar transformar e beneficiar, pois “uma vez que tão relevante quanto a mudança radical na forma de valor de uso é seu beneficiamento e conservação” (Muller, 1989, p. 64). O foco, na visão do autor, seria na análise do porte da agroindústria, na concentração técnico econômica de capitais e na separação entre formas artesanais, manufatureiras e industriais.

Segundo Sorj (1980) a atuação do Estado nos anos 1970 se dava com o controle de preços dos produtos agropecuários, na distribuição, apoio para expansão das cooperativas agropecuárias. A realidade das cooperativas de lácteos no contexto atual difere daquela apreendida por Sorj (1980), pois se outrora eram consideradas simples intermediárias entre a agroindústria e os produtores de leite, agora incorporam a agroindustrialização, com plantas industriais, estratégias locacionais e organizacionais. Se antes as cooperativas eram responsáveis pelo transporte do produto e a distribuição do pagamento pelo leite aos produtores (Sorj, 1980), a lógica mudou, pois o leite a granel envolve não somente a cooperativa, mas também empresas de transporte contratadas para o transporte da matéria prima .

Discordamos parcialmente de Sorj (1980) ao afirmar que a agroindústria leva à eliminação ou castração das cooperativas e à medida que a cooperativa se expande, ela se transforma em uma empresa capitalista industrial. Todavia, a lógica de funcionamento das grandes cooperativas é no sistema híbrido (Serra, 2008), ou seja, há contradições internas, com a manutenção de sobras e rateios e não o lucro, mas predominando uma visão de competitividade, gestão empresarial e forte atuação no mercado corporativo.

A relação estabelecida entre os laticínios e os produtores de leite nos anos de 1970 era marcada pela baixa capitalização dos produtores e o controle das indústrias processadoras, ou seja, para ”assegurar a oferta de leite por parte das grandes indústrias” havia incentivos para aumentar o preço do produto quando com o estabelecimento de novas plantas”, gerando, ao mesmo tempo, o aumento da produção e a eliminação dos concorrentes (Sorj, 1980, p. 61). A estratégia adotada pelas agroindústrias de lácteos não se concentra apenas no aumento do valor pago pela matéria prima, mas na assistência técnica, financiamentos e fornecimentos de insumos e rações. Todavia, segundo Sorj (1980), à medida que a agroindústria estabelece essas estratégias, aumenta a relação de dependência do produtor de leite à empresa.

Se antes o leite *pasteurizado* era um produto muito perecível, cujo consumo se dava em âmbito local, com a inserção do leite UHT (*longa vida*) o alcance se tornou nacional e com maior durabilidade. O leite pasteurizado e o longa vida são leites fluidos processados pela indústria a partir

do produto *in natura,* e a classificação de cada um é estabelecido por um conjunto de critérios como percentual de proteínas, gordura, presença de microrganismos, embalagens etc. (Azevedo, Politi, 2008).

O leite longa vida tem sua distribuição independente da cadeia a frio e, portanto, a comercialização alcança escala estadual e nacional. Já o leite pasteurizado necessita de caminhões adaptados e acarreta custo de transporte, reduz o raio do mercado consumidor e menor durabilidade.

Segundo os referidos autores, essas diferenças *a grosso modo* acarretam menor liquidez ao mercado de leite pasteurizado (Azevedo, Politi, 2008, p. 773).

> Por conta das diferenças técnicas que resultam em menor prazo de validade e necessidade de distribuição a frio do leite pasteurizado, há dois importantes efeitos sobre os dois mercados de leite fluido. De um lado, o perfil dos canais de distribuição é bastante distinto, havendo predominância de supermercados, no caso do longa vida, e de padarias, no caso do pasteurizado. De outro, o leite longa vida permitiu a expansão da área de atuação de cada laticínio, o que fez aumentar o número de concorrentes em cada mercado (Azevedo; Politi, 2008, p. 774).

Além dessas diferenças técnicas apresentadas pelos autores, houve fatores econômicos e políticos nesse cenário de mudanças, com a aquisição de empresas por grupos e corporações internacionais, fechamento de laticínios locais e regionais e a fusão de grupos do ramo alimentício. Tais mudanças ocorreram não apenas no Brasil, mas em cenários internacionais, ocasionando, de um lado, novas estratégias competitivas entre laticínios e grupos econômicos do setor alimentício, e, de outro, a falência de pequenos laticínios que não conseguiram seguir a lógica imposta pela indústria, sobretudo pela entrada da T*etra Pak* com o fornecimento de embalagens para a produção do leite *UHT.*

Sorj (1980) retrata a integração dos pequenos produtores ao complexo agroindustrial a partir de dois grupos de agentes: a) as agroindústrias e as estratégias de assegurar o lucro e garantir a mais valia e b) os produtores familiares cujas estratégias de reprodução não seguem a lógica das unidades empresariais. Diante da relação contraditória e dialética do sistema, "a expansão capitalista passa a se adaptar à existência da produção familiar assim como esta última sofre transformações na sua estrutura interna a partir da integração (ou marginalização) crescentes dos circuitos industriais/comerciais/financeiros" (Sorj, 1980, p. 64).

A produção familiar se integra às regras impostas pela lógica capitalista e vai sendo cada vez mais subordinada aos ditames do capital, perdendo gradativamente sua autonomia (Sorj, 1980). O processo de mercadorização vai sendo substituído pela mercantilização, envolvendo não apenas a estrutura produtiva mas a reprodutiva. Para Sorj (1980), em sua análise nos anos de 1970 e atual em

pleno século XXI, quanto mais a agroindústria penetra no campo, o processo de subordinação se acentua.

O papel do Estado visa regular a relação agroindústria e agricultura com políticas setoriais, fiscais, creditícias e de regulação. É sempre importante reforçar que "a ação do Estado não pode ser vista somente como expressão de interesses imediatos em jogo. Ela é igualmente permeada pelas contradições mais amplas da sociedade" (Sorj, 1980, p. 66). Os pequenos produtores podem buscar recursos via política pública para incrementar sua produção ou para custeio visando aumentar sua renda, mas são inseridos em uma lógica feroz de subordinação da indústria de insumos, maquinários e pacote químico e dependente das indústrias processadoras.

Com as desregulamentações nos anos de 1980 e 1990, o setor de leite e derivados lácteos sofreu com a atuação agressiva dos grandes grupos, como, por exemplo, Parmalat e Nestlé, com o incremento da demanda de leite fluido para agroindustrialização e com a ampliação da competitividade. Os pequenos produtores de leite ficavam subordinados aos ditames das empresas. A contradição se dá pela lógica da unidade familiar que tem a produção de leite *in natura* sua principal fonte de renda e a perda gradativa da autonomia. Para Sorj (1980) a atuação do Estado se deu na melhoria genética da bovinocultura leiteira dos médios e grandes produtores.

Se o Estado institucionalizou a política de controle do leite pasteurizado *tipo C* nos anos de 1980, a abertura econômica na década de 1990 levou ao fim do tabelamento de preços e o aumento do consumo com a estabilização econômica, sobretudo, após 1994, com o Plano Real. No século XXI, o apoio das instituições públicas foi direcionado para elevar a produção e a exportação de derivados lácteos (Clemente; Hespanhol, 2009).

Clemente; Hespanhol (2009) retratam que a partir dos anos de 1990, com a reestruturação produtiva da cadeia produtiva do leite, o panorama desta atividade econômica está imbricada em fatores endógenos, com a estabilidade da moeda nacional (Real) e, por consequência, o aumento do consumo interno por classes sociais baixas, além de normatizações sanitárias exigidas para a comercialização e elementos exógenos, diante da formação do Mercosul - bloco econômico criado em 1994 com os países da América do Sul - o aumento substancial de leite importado da Argentina e Uruguai e o aumento da participação do leite UHT no mercado.

A expansão do leite UHT foi impulsionada, segundo Palencia (2016), com a Instrução Normativa n. 51 de 2002 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), ao estabelecer uma série de regras na comercialização do leite, envolvendo critérios de qualidade, padrões, práticas de higiene, transporte, processos produtivos e de pasteurização. Essa portaria, segundo Palencia (2016), acarretou a exclusão de pequenos produtores de leite que não possuíam recursos para se adequar à nova legislação.

É nesse ínterim de mudanças na agroindústria processadora de leite e derivados que muitos laticínios locais ou fecharam em decorrência da competitividade com grandes grupos do ramo ou foram adquiridos pelos grupos nacionais e estrangeiros.

Uma mudança no sistema leiteiro nacional se atribui ao aumento do poder das cooperativas, especialmente nos estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Se, em 2004, das 15 maiores indústrias processadoras, apenas três eram controladas por cooperativas (Neves; Politi, 2008). Já no ano de 2024, no *ranking* das maiores 17 empresas de laticínios, oito são cooperativas e nove são empresas privadas (MilkPoint, 2025). A UNIUM (Intercooperação de Lácteos das Cooperativas Frísia, Castrolanda e Capal) ficou em terceiro lugar, seguida pela CCPR (Cooperativa Central do Paraná), CCGL (Cooperativa Central Gaúcho de Leite) e Aurora, que ocuparam a quinta, sexta e sétima colocações, respectivamente.

Em Santos Moreira, Chagas e Silva (2021) contextualizamos como o leite, enquanto *commodity*, foi apreendido nas políticas agrícolas e nas normas sanitárias nacionais. Segundo Clemente; Hespanhol (2009), o setor lácteo teve, a partir dos anos de 1960, grande atuação das cooperativas, com apoio de incentivos estatais; todavia, desde os anos de 1990, com a abertura da economia brasileira e a desregulamentação do setor, houve o domínio de grupos do setor alimentícios, como Nestlé, Parmalat e Danone.

O fim do tabelamento do preço do leite nos anos 1990 levou a própria extinção dos programas sociais, em especial, a compra institucional que fornecia o produto à população de baixa renda. Souza (2014, p. 76) aborda que, nos anos 1990, a preocupação era evitar o desabastecimento de leite e derivados lácteos e o Estado adotou a política de importação do produto, não importando "se o leite consumido no Brasil era importado ou nacional, desde que não ocorresse o temido desabastecimento, especialmente para as classes média e alta, que eram a parcela da população com poder de compra para os produtos lácteos".

No final dos anos 1990 e limiar do século XXI, com a desvalorização do real e a competitividade acirrada no setor com a entrada de leite (em pó, em sua maioria) de países da América do Sul, ocorreram mudanças na estrutura das agroindústrias de lácteos. Segundo Souza (2014, p. 138) "empresas passaram a promover inovações mediante o desenvolvimento de novos produtos, seja por investimentos em pesquisa (grandes empresas), seja pela cópia de produtos lançados pelas grandes marcas (empresas regionais). Ao mesmo tempo, houve o fortalecimento de algumas marcas, com investimentos em publicidade e propaganda, como forma de tentar concorrer principalmente, com os produtos importados, facilmente encontrados nas gôndolas dos supermercados" e com preços menores.

Nos anos 2000, Souza (2014, p. 138) afirma que a "Parmalat passou a determinar o preço do leite UHT no país, que, na prática, era o mesmo produto, envasado para as marcas nacionais, só que

vendidos em embalagens distintas produzidas na mesma unidade produtiva", ou seja, a gestão utilizava a estrutura de logística, produção e comercialização de empresas regionais que foram sendo compradas pela corporação.

3.1. As mudanças técnicas, organizacionais e territoriais das cooperativas agropecuárias no século XXI.

A realidade das cooperativas de lácteos no contexto atual difere daquela apreendida por Sorj (1980), pois se outrora eram consideradas simples intermediárias entre a agroindústria e os produtores de leite, nos últimos 20 anos incorporam a agroindustrialização, com plantas industriais, estratégias locacionais e organizacionais. Não apenas as cooperativas que foram fundadas com o objetivo de captar e beneficiar o leite, mas também as cooperativas agropecuárias que ampliaram o portfólio de produtos.

Se antes as cooperativas eram responsáveis pelo transporte do produto e a distribuição do pagamento do leite aos produtores, a lógica mudou, pois o leite a granel envolve não somente a cooperativa, mas também empresas contratadas para o transporte da matéria prima para o processamento industrial. Embora em nosso estudo o transporte próprio das cooperativas é predominante na etapa de captação do leite junto aos postos de coleta.

Segundo o estudo de Sorj (1980, p. 63), há diferenças entre as estratégias de cooperativas centrais e regionais, enquanto as primeiras "passam a desenvolver suas atividades no campo da transformação de laticínios", as segundas "funcionam como postos de recebimento do leite e na comercialização de insumos".

O cooperativismo pressupõe uma organização coletiva em que propriedade, gestão e decisão são todas baseadas no grupo de pessoas e "a assembleia dos associados tem o poder último de decisão; as sobras financeiras ao final de um ano de trabalho são divididas entre os associados" (Beluzzo, 2007, p. 16).

Dentro do próprio cooperativismo há a sua contradição com o surgimento e a difusão das chamadas empresas cooperativas agropecuárias, bases, portanto, do agronegócio no Brasil. Fleury (1983), citado por Beluzzo (2007, p. 20), afirma que "as cooperativas assumem padrões de conduta empresarial para assegurar alguma competitividade, porém, ainda preservam um caráter específico que as distinguem das empresas não cooperativistas, pois são instituições de natureza "híbrida" e contraditória que sobrevive e se reproduzem no seio do capitalismo".

Serra (2008, 2013) salienta que as cooperativas agropecuárias tiveram vultosos recursos públicos a partir dos anos 1970, sobretudo àquelas vinculadas aos complexos agroindustriais de carne e grãos no sul do país. Os ideais cooperativos e coletivos foram gradativamente substituídos por uma

gestão cada vez mais empresarial e competitiva. Pinho (2003) aponta o fortalecimento das cooperativas agropecuárias nos anos de 1970 e o papel dos recursos públicos e crédito rural. Também corrobora com essa afirmativa o trabalho de Serra (2013) sobre o papel do Estado na consolidação do cooperativismo agropecuário, em especial do estado do Paraná.

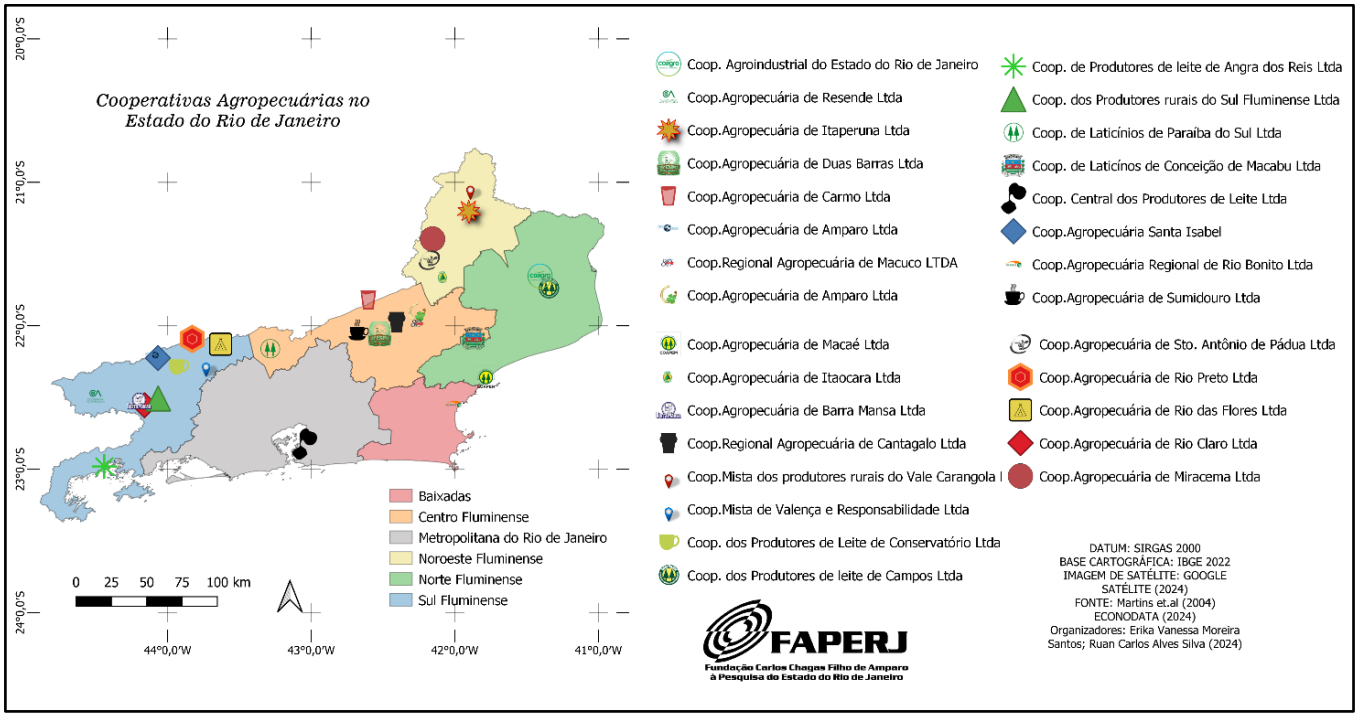
O cooperativismo agropecuário do Estado do Rio de Janeiro, em particular, àquele vinculado ao setor leiteiro remonta a criação da Central de Cooperativa de leite no ano de 1945 no Rio de Janeiro. Ao realizar o levantamento sistemático sobre a CCPL, nos deparamos com escasso material, apenas no arquivo nacional e notícias pulverizadas em sites eletrônicos.

Rocha (2016) afirma que a estrutura física da CCPL inaugurada em 1955 abarcava 50 mil metros quadrados e àquele período era considerada uma das mais modernas indústrias de laticínios, com o recebimento de leite *in natura* de produtores paulistas, mineiros e fluminenses, cuja produção era alcançar entre 400 a 500 mil litros de leite por dia, além de 200 mil quilos diários de manteiga e produtos derivados. Diante das reclamações crescentes dos consumidores com os preços e a falta de leite e a insatisfação dos produtores com os custos de produção e baixo retorno financeiro, foi criada, no governo Vargas, em 1940, a Comissão Executiva do Leite (CEL) com o objetivo de "normalizar o provimento de leite e estimular o sistema de cooperativas de produtores, que deveriam também administrar as usinas de pasteurização e congelamento, bem como dirigir um entreposto central de distribuição no Rio de Janeiro" (Rocha, 2016, p. 27).

Com a crise da CEL, segundo Rocha (2016), a estratégia foi a criação da CCPL (Central de Cooperativas de Leite), em 1945, no Rio de Janeiro. Embora tivesse os incentivos públicos para a pasteurização e a agroindustrialização, a Central nunca atingiu a meta inicial de 400 a 500 mil litros de leite pasteurizado diariamente.

A instalação da agroindústria ocorreu em 1955 e até os anos 1980 a CCPL "liderava o mercado carioca e desenvolvia inovações no setor" (Rocha, 2016, p. 28). Com a crise da década de 1980 e a abertura econômica nos anos 1990, a Central entrou em declínio e encerrou as atividades no ano de 2002. Atualmente, não há nenhuma central de cooperativas agropecuárias no ERJ, são todas caracterizadas como singulares (**Mapa 10**).

Mapa 10: Cooperativas Agropecuárias localizadas no estado do Rio de Janeiro (2004 e 2024).



Org: Silva (2024)

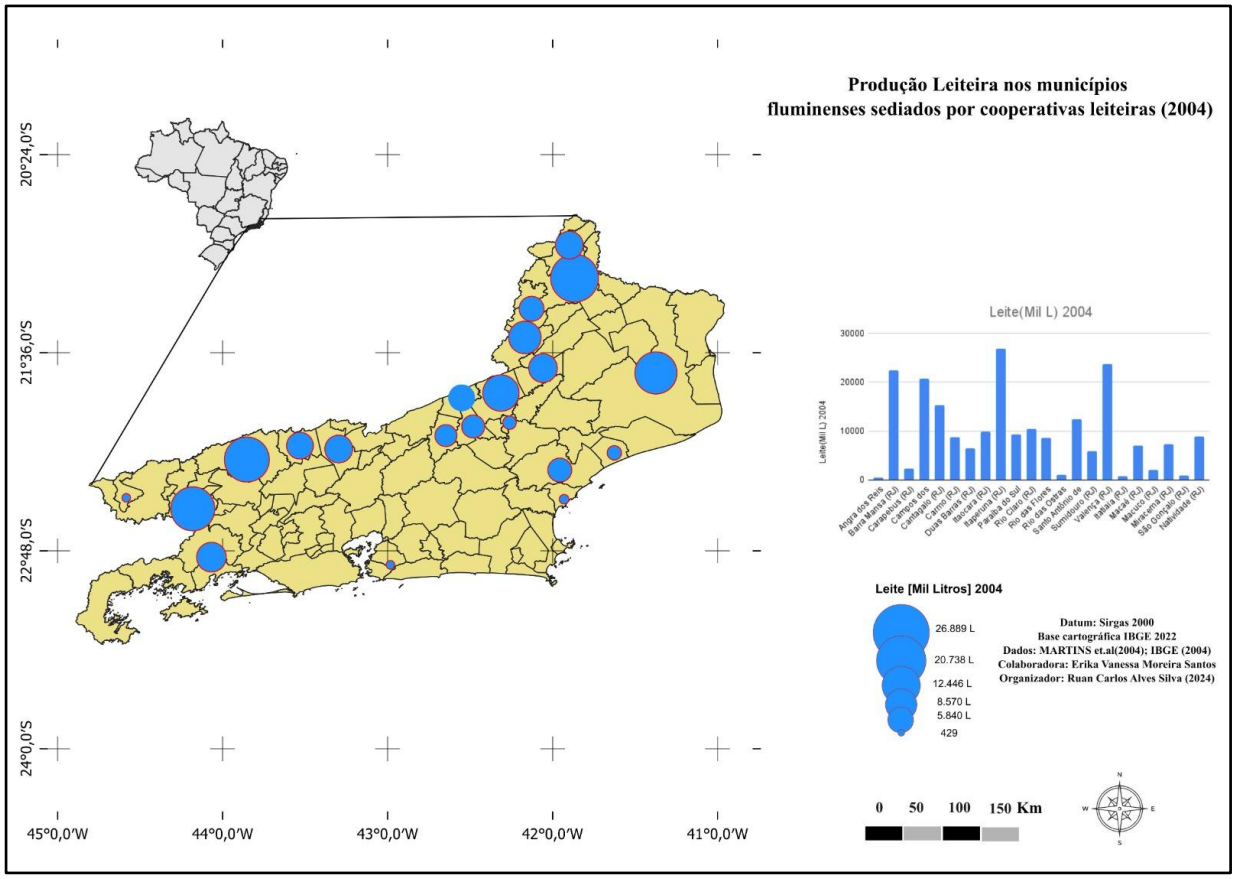
O Mapa 10 foi elaborado a partir de dois bancos de dados - a) o relatório de Martins *et al* (2004) sobre cooperativas agropecuárias e b) dados disponibilizados no site Econodata (especializado em divulgar dados de Pessoas Jurídicas). As cooperativas estão pulverizadas no ERJ conforme a espacialização no Mapa 10, mas ao levantar os dados sobre a situação cadastral, a maioria está como inativa.

Em reportagem da Agrolink 2023, a Coagro (Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro), com sede em Campos dos Goytacazes, destaca-se no *ranking* de faturamento no segmento cooperativista agropecuária cuja principal atividade é a produção de açúcar cristal e etanol. É uma cooperativa que agrega os grandes e médios produtores de cana-de-açúcar do Norte e Noroeste do ERJ com o objetivo de expandir o chamado *agronegócio fluminense*. O atual presidente da Coagro é o vice-prefeito do maior município do Norte e Noroeste Fluminense, Campos dos Goytacazes, cujas articulações políticas são voltadas para beneficiar o setor sucroalcooleiro. Campos dos Goytacazes é classificado no *ranking* estadual com a maior produção de leite *in natura*, não há nenhuma cooperativa voltada ao agroprocessamento de lácteos, apenas uma cooperativa que funciona como intermediária na captação do leite e a venda para as agroindústrias processadoras. Embora a referida cooperativa esteja cadastrada, não conseguimos o contato para a realizar a entrevista.

A porção norte do município de Campos dos Goytacazes tem como principal atividade econômica a pecuária leiteira que é desenvolvida, em sua maioria, por pequenos produtores familiares que almejam, em entrevista realizada junto a Aprumasc, a implantação de um laticínio brevemente.

No tocante ao cooperativismo vinculado à produção leiteira, no Mapa 11 há uma correlação entre os principais municípios na produção de leite e a vinculação com cooperativas.

Mapa 11: Relação entre produção leiteira por município e vinculação à cooperativa no ERJ.

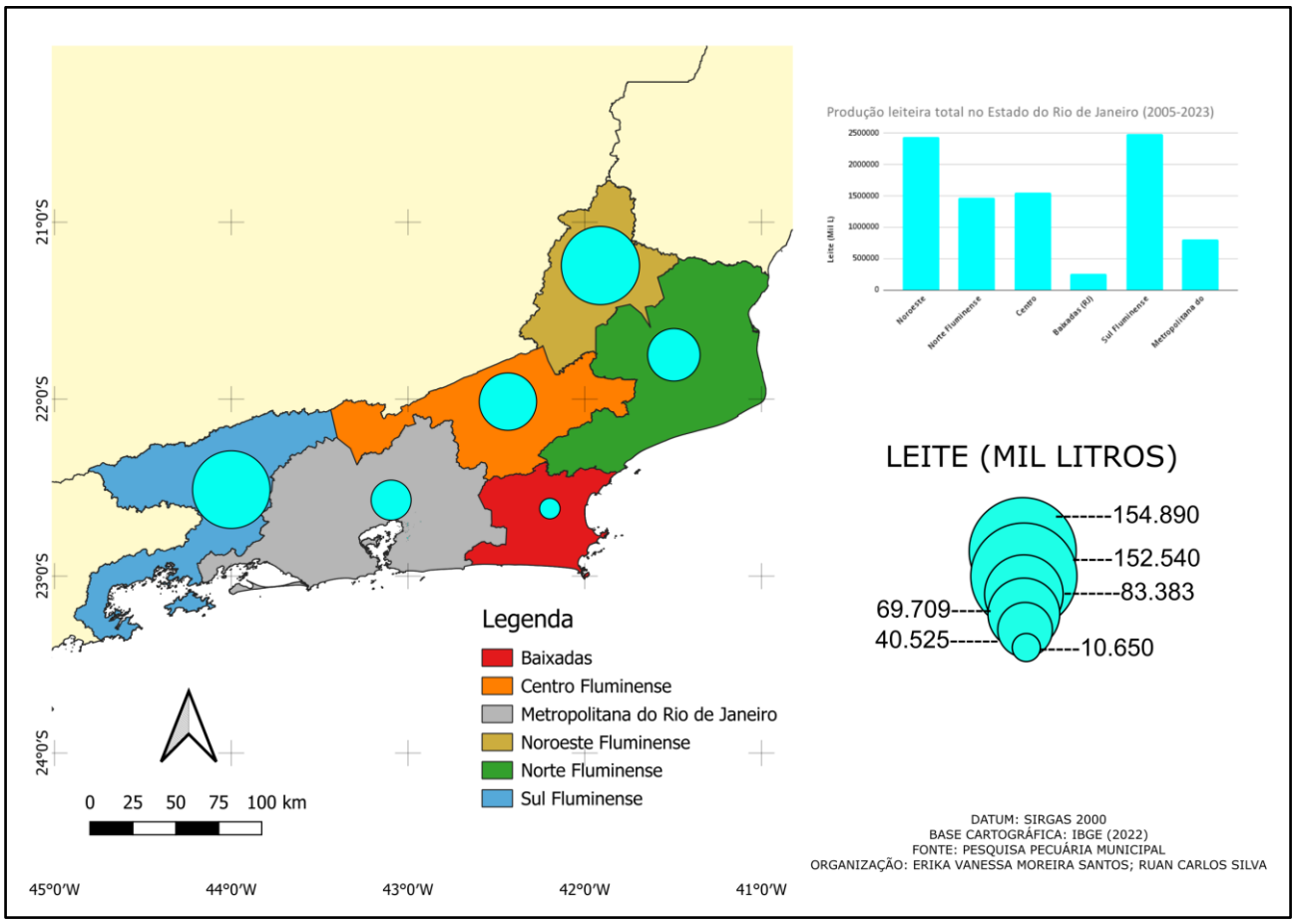


Org: Silva (2024)

Como mencionado em trecho anterior, 88 dos 92 municípios fluminenses há presença da pecuária leiteira, destacando-se as regiões Noroeste, Sul e Norte, segundo os relatórios da Emater-Rio. No mapa 11 se sobressaem estas regiões e a presença das cooperativas nestas localidades, reforçando a capilaridade da Cooperativa Barra Mansa[5] nas regiões sul e médio Vale e a Cooperativa Macuco no Norte, Serrana no Noroeste. Enquanto o Noroeste Fluminense se destaca pelo volume de produção de leite, as regiões Sul e Médio Vale fluminense têm o maior quantitativo de estabelecimentos que processam os derivados lácteos.

[5] Segundo as informações publicadas no site da instituição, a Cooperativa Barra Mansa foi fundada no ano de 1940, com o objetivo de organizar os produtores rurais da região Sul Fluminense para enfrentar a crise à época, sobretudo em relação à questão da comercialização do leite. O processo de pasteurização e envase ocorreu em 1967 e em 1993 iniciou a produção do leite UHT, na embalagem Tetra Pak, popularmente chamado de "leite em caixinha". Em 2003 inaugurou sua unidade industrial às margens da Rodovia Presidente Dutra (Barra Mansa, 2025, *site*). Disponível em: http://leitebarramansa.coop.br/ .
Segundo o artigo de Madanelo (2008), a Cooperativa Barra Mansa anos 2000 foi a primeira no *ranking* de volume processado e número de cooperados, com a produção de 120 mil litros por dia e mais de 1 mil cooperados.

Mapa 12: Produção leiteira no estado do Rio de Janeiro, 2010 e 2023, por regiões de governo



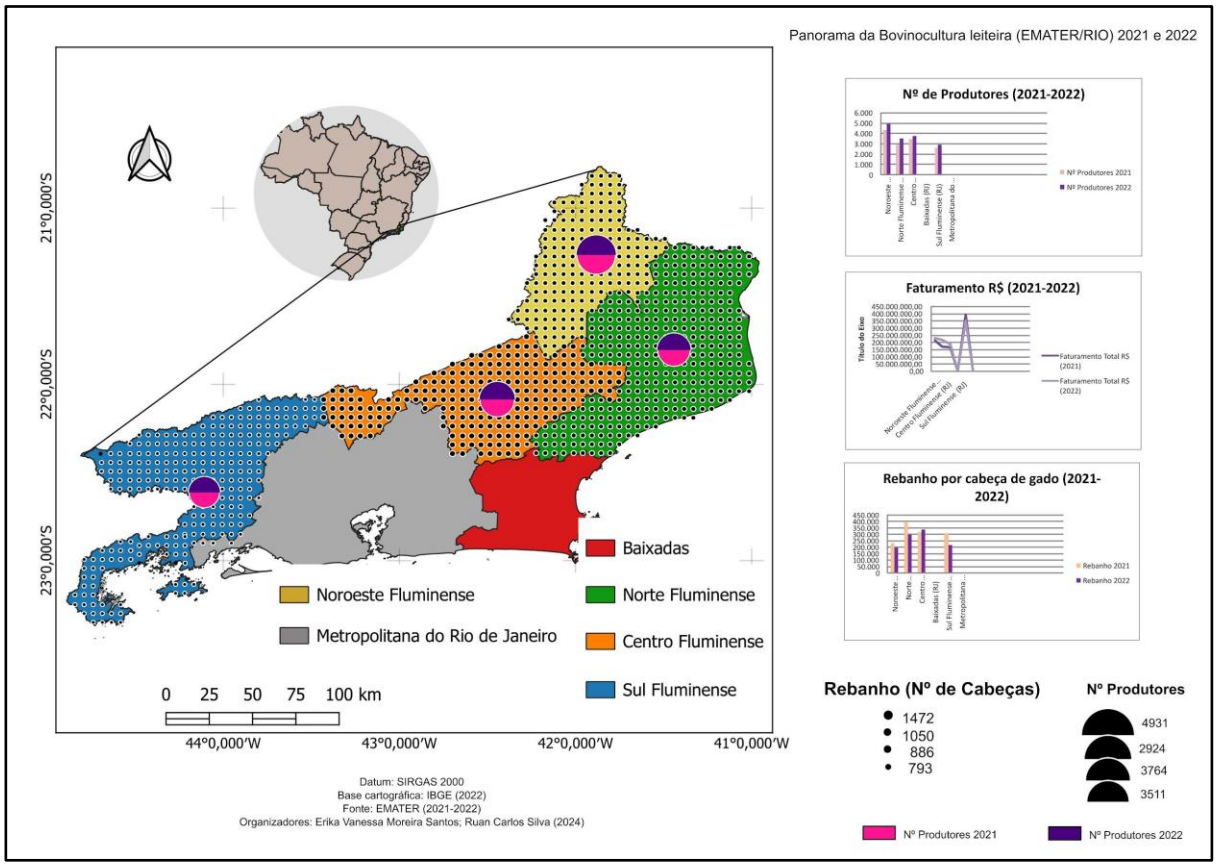
Org: Silva (2024)

Com uso da técnica da classificação hierárquica ascendente, o mapa 12 apresenta o comparativo de produção leiteira no período de 2010 a 2023, com base nos dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM do IBGE)[6] nas seis regiões de governo fluminense. O panorama reforça a participação expressiva das regiões Noroeste Fluminense, Sul e Norte, em termos de valores brutos. A metodologia utilizada pela coleta de dados da PPM envolve o levantamento anual de dados realizado pelo escritório da Emater de cada município com referência 31 de dezembro de cada ano. Ocorre, portanto, uma diferença dos dados da PPM e da Pesquisa Trimestral de Leite do IBGE, pois esta última considera o leite inspecionado, além de trazer os dados por unidade da federação e não na escala do município.

No mapa 13 é apresentado o panorama da bovinocultura leiteira a partir dos relatórios anuais da Emater-Rio de 2021 e 2022.

[6] A metodologia da Pesquisa Trimestral do Leite e a Pesquisa Pecuária Municipal, ambas do IBGE, são diferentes, enquanto a primeira abarca somente com Serviço de Inspeção (qualquer nível), a segunda é registrada pelos escritórios locais da Emater e segue uma estimativa da produção, independentemente de ser inspecionado.

Mapa 13: Bovinocultura leiteira nas regiões fluminenses, segundo a Emater-Rio, entre 2021 e 2022.



Org: Silva (2024)

O mapa 13 apresenta a relação entre número de produtores, quantitativo de rebanho e o faturamento anual em relação à bovinocultura de leite. Fica evidente a baixa produtividade de leite (relação litro/vaca) no Noroeste, embora o quantitativo de rebanho seja maior que nas demais regiões o faturamento é menor.

Entre os fatores considerados desafiadores para a produção leiteira enumeramos, segundo o estudo da Embrapa leite (2024): estrutura fragmentada na produção do leite; baixa qualidade média do leite; baixa eficiência média das propriedades; baixa produtividade dos fatores; estrutura fragmentada na captação e industrialização do leite; alto custo de captação e transporte; carência de informações em banco de dados; distorções regulatórias, fiscais, impostos e taxas; visão de curto prazo para construção de diagnósticos e ações planejadas e, por último, fontes limitadas em investimento de inovação.

O cooperativismo e o associativismo são considerados estratégias organizacionais importantes para a agricultura familiar, principalmente na região Noroeste Fluminense marcada pela presença de pequenos estabelecimentos agropecuários com base na mão de obra familiar, sobretudo na produção leiteira (Tabela 03). O período compreendido entre 2001 e 2023, selecionado para sistematizar o

retrato do noroeste fluminense, se justifica pelos eventos ocorridos nesse lapso de tempo, quais sejam: Programa de incentivo à produção leiteira no ERJ em 2001, crise e falência da Parmalat (leite Glória) em 2003, pandemia da Covid-19 (2020 a 2022) entre outros.

Tabela 03: Quantidade de leite (litros), por município, nos anos 2001, 2011, 2020 e 2023, a partir da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE.

Variável - Produção de origem animal (Mil litros)				
Tipo de produto de origem animal - Leite				
Município	Ano			
	2001	2011	2020	2023
Aperibé (RJ)	2.998	3.523	2.314	2.400
Bom Jesus do Itabapoana (RJ)	14.070	15.880	14.537	10.995
Cambuci (RJ)	9.700	11.128	14.700	14.374
Italva (RJ)	5.032	5.800	4.804	7.447
Itaocara (RJ)	9.961	16.702	11.688	9.099
Itaperuna (RJ)	22.120	28.980	14.141	16.928
Laje do Muriaé (RJ)	3.564	4.800	4.058	4.020
Miracema (RJ)	6.200	6.942	5.937	5.727
Natividade (RJ)	8.615	8.036	6.289	6.323
Porciúncula (RJ)	4.838	9.901	6.200	3.757
Santo Antônio de Pádua (RJ)	12.300	13.880	12.289	14.120
São José de Ubá (RJ)	6.500	11.000	5.300	5.304
Varre-Sai (RJ)	1.728	5.483	7.650	7.500

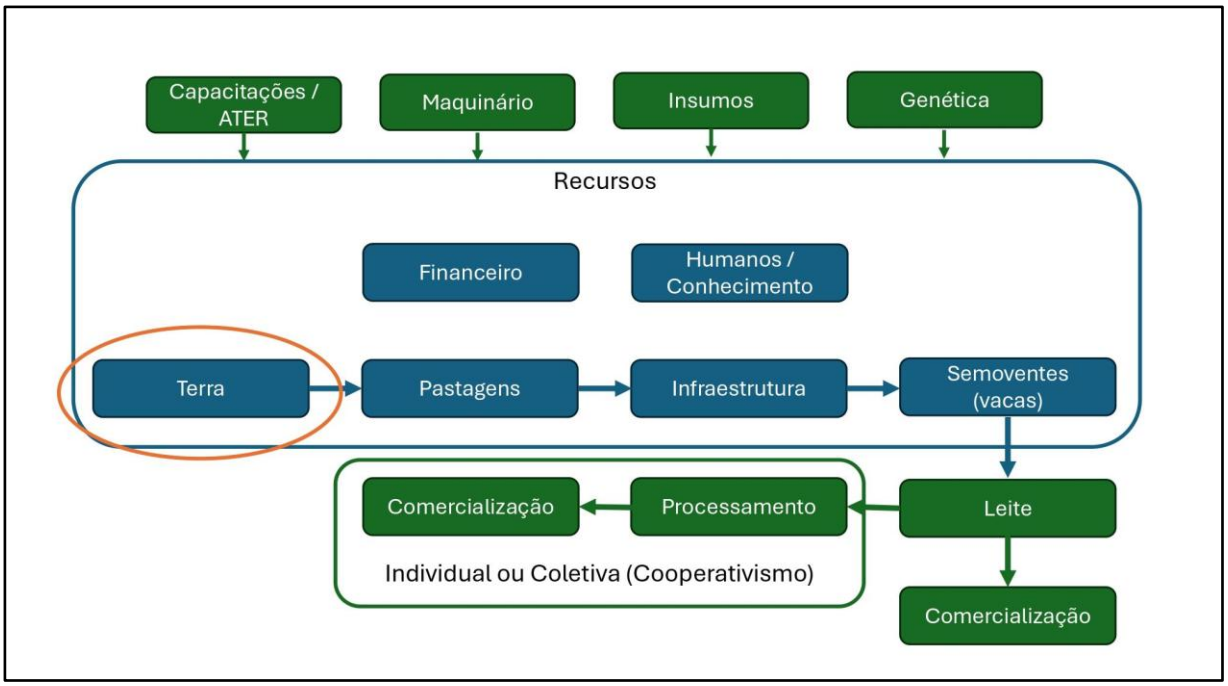
Fonte: PPM (vários anos) - Sidra/IBGE (2025).

Segundo os dados apresentados na tabela 03, a produção de leite não segue uma única dinâmica, se compararmos o interregno de 2001 a 2023, é possível constatar tanto o aumento em Cambuci e Varre Sai, por exemplo, quanto a redução em municípios que eram destaque na atividade leiteira, como Bom Jesus do Itabapoana e Itaperuna.

Com as normatizações e as exigências do mercado (nacional e internacional), não é possível falar do leite de maneira isolada, mas vinculado a um conjunto de estratégias em diferentes espaços

e com a atuação de distintos atores e instituições desde o fomento de insumos, assistência técnica, pesquisa e tecnologia, processamento, transporte, logística e comercialização. Em cada fase da atividade leiteira, há a necessidade de recursos financeiros e humanos articulados entre os setores econômicos e nas escalas - federal, estadual e municipal -. A Figura 01 apresenta os recursos necessários para o desenvolvimento da atividade leiteira em várias etapas.

Figura 01: Etapas e recursos necessários para a atividade leiteira.



Org: Silva (2025) com base em sites institucionais.

Moraes e Brender Filho (2017) afirmam que há heterogeneidade da produção de leite, sobretudo em termos de acesso à inovação tecnológica seja mercadológica seja social. Além disso, o mercado de produtos lácteos "tem uma estrutura bastante complexa", ao envolver vários agentes responsáveis, desde a produção até a distribuição dos produtos finais. Entre os agentes, o Estado atua na elaboração de programas de incentivos à produção, nas normatizações sanitárias e na viabilização do acesso aos créditos subsidiados. Além disso, as instituições públicas atuam na assistência técnica e na extensão rural, ou seja, na etapa de recursos humanos e conhecimentos técnicos (Figura 01). As compras institucionais para atender os programas sociais - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos - PAA são feitas pelo Estado e são estratégias para gerar renda monetária às famílias rurais.

Na próxima seção, debateremos as políticas públicas institucionalizadas a partir de 2001, nas escalas federal e estadual, pois nesse período (2001/2002), segundo os autores, "o setor lácteo passou

por uma crise desencadeada pela forte baixa nos preços recebidos pelos produtores", vários substituíram a pecuária leiteira por outra atividade econômica.

4. Políticas Públicas e o setor de leite - escala nacional e estadual

Camilo (2018), ao retratar o complexo leiteiro da região sul do Brasil, enfatiza que a atuação do Estado na cadeia produtiva do leite acontece em três frentes: na produção (fomento à produção), na qualidade dos lácteos (fiscalização e normas) e na demanda/consumo (programas sociais e políticas econômicas).

Em relação às políticas públicas do governo federal, há tanto àquelas destinadas à aquisição da terra, como o Programa Nacional de Crédito Fundiário quanto outras voltadas à etapa da comercialização, como o Programa Mais Leite Saudável. Para direcionar o foco da pesquisa, abordaremos o Programa Mais Leite Saudável, além do selo arte e do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA). Atualmente sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura e Pecuária estão em vigência as seguintes políticas voltadas à produção animal: Boas Práticas na pecuária de leite; Plano de Qualificação de Fornecedores de leite (PQFL); Programa Mais leite Saudável e Selo Arte e selo queijo artesanal.

Segundo consta no MAPA (2025), o Programa Mais Leite Saudável (PMLS) foi instituído pelo Decreto nº 8.533/201512 no ano de 2015 com o objetivo de fomentar a cadeia produtiva do leite no Brasil, "incentivando laticínios, agroindústrias e cooperativas a investirem na melhoria da qualidade do leite e na produtividade de seus fornecedores, os produtores de leite". O programa tem o caráter fiscal com a possibilidade de dedução de até 50% dos créditos PIS/PASEP e CONFINS sobre a compra do leite *in natura* a ser usado no agroprocessamento. "Os créditos podem ser utilizados para compensar tributos federais ou obter reembolso em dinheiro". Para obter os créditos as empresas precisam elaborar e executar projetos voltados a melhoria da qualidade do leite e usar, no mínimo, 5% do valor dos créditos presumidos.

Atualmente (ano de 2025) apenas dois laticínios estão habilitados no estado do Rio de Janeiro no PMLS, com base no banco de dados do MAPA, quais sejam: Bela Vita (Italva) localizado no Noroeste Fluminense e Pedra Selada (Resende) da região do Médio Vale. https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/producao-animal/programa-mais-leite-saudavel.

Ao realizarmos o levantamento de dados na plataforma do MAPA (2025) sobre os produtos lácteos aprovados com o Serviço de Inspeção Federal (SIF), por unidade da federação, encontramos o cadastro aprovado desde 2020 do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Norte e Noroeste Fluminense (CIDENNF). Segundo consta no documento anexado ao Sistema de Gestão de Informação (SGI), para a realização do serviço de inspeção nos 21 municípios participantes, há

dois locais de inspeção, a sede localizada no município de Campos dos Goytacazes (norte fluminense) e a unidade regional situada em Italva.

O Selo Arte (Lei n° 13.680, de 14 de junho de 2018) e o Selo Queijo Artesanal (Lei nº 13.860, de 2019,) "são certificados que asseguram que o produto alimentício de origem animal foi elaborado de forma artesanal, com receita e processo que apresentem características tradicionais, de valorização ou vinculação territorial, regionais ou culturais" (Mapa. 2025). link https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/producao-animal/selo-arte-selo-queijo-artesanal/selo-arte. O uso do selo Arte e Queijo Artesanal permite a comercialização a nível nacional, simplifica o trâmite burocrático do serviço de inspeção animal e valoriza a produção artesanal diferenciada (Mapa, 2025),.

Os selos de identificação artesanal precisam ter aprovação dos critérios de "artesanalidade estabelecidos, possuindo características sensoriais e de processo que remetem à tradição, regionalista ou à determinada cultura gastronômica". No Cadastro Nacional de Produtos Artesanais (CNPA) do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) há o cadastro dos produtores com Selo Arte e Selo queijo artesanal e, ao acessar as planilhas publicadas, constamos selo arte somente em produtos da região do Médio Vale (Valença).

Como apresenta do em momento anterior, a produção leiteira no estado do Rio de Janeiro, em 2024, atingiu 477 milhões de litros, segundo a Pesquisa Trimestral de Leite do IBGE, com destaque para as regiões Sul, Norte e Noroeste Fluminense que são as principais bacias leiteiras do estado. Segundo a secretaria estadual de Agricultura, no ano de 2022, foi contabilizada a existência de aproximadamente 15 mil produtores de leite e 55% estão situados nas regiões norte e noroeste. Há um *déficit* entre o consumo e a produção, ou seja, parte significativa tanto do leite fluido quanto dos produtos lácteos são oriundos de outros estados para suprir as necessidades do mercado consumidor fluminense.

Segundo o diagnóstico realizado pelo Sindicato da Indústria de Laticínios e Derivados nos Estados do Rio de Janeiro em 2017, os principais gargalos da atividade láctea no território fluminense são: produção interna insuficiente, entrada de leite de outros estados, questão fiscal e queda na produtividade e aumento da ociosidade das indústrias de processamento dos derivados lácteos. Para evitar a ociosidade, as indústrias buscam o leite fluido e/ou derivados lácteos brutos em Minas Gerais e Espírito Santo. As instituições privadas - Sindilat, Firjan, Sebrae - e públicas (SEAPPA) apontam a necessidade de aumentar a produtividade de leite in natura no território fluminense. Todavia, esse aumento está vinculado mais aos ditames da indústria do que aos produtores.

Para fomentar a atividade leiteira no território fluminense, houve a implementação de ações estratégicas e políticas públicas direcionadas para o setor, todavia são políticas com foco mais na dimensão fiscal do que na produtiva.

A relação entre os atores (Estado, instituições, agroindústrias e cooperativas) vem sendo estreitada com as políticas de isenção do Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviço - ICMS, inicialmente, com o Decreto n.º 29.042, de 2001, que incentiva a produção e o processamento de leite no ERJ e com as próprias estratégias de empresas do ramo lácteo de captação de grandes volumes de leite para atender os mercados interno e externo.

Em 2001, o então governador Anthony Garotinho sancionou o Decreto n.º 29.042 para incentivar a produção de leite no estado do Rio de Janeiro com a política pública intitulada "Programa de Incentivo do Governo do Estado à Produção de Leite", que objetivava a concessão de crédito presumido do ICMS ao contribuinte fluminense que adquirisse leite produzido no Estado do Rio de Janeiro (ERJ), diretamente do produtor ou por meio de laticínios formalmente estabelecidos no estado, correspondente ao percentual de 12,28% sobre o valor total das compras realizadas a partir de 01 de janeiro de 2002 com prazo final no ano de 2032 (Rio de Janeiro, 2001)[7].

Inicialmente, o crédito do ICMS se aplicava tanto na saída de produto lácteo industrializado no Estado do Rio de Janeiro, ainda que a matéria prima ou insumos utilizados para sua fabricação fossem provenientes de outras unidades federadas, quanto de leite *in natura,* cru, resfriado ou pasteurizado, transportado a granel. No ano de 2013, a partir do Decreto n.º 44.480, apenas a saída de produto lácteo industrializado no Estado do Rio de Janeiro teria o crédito presumido do Estado, mesmo que a matéria prima fosse de outra unidade da federação, excluindo da isenção o leite *in natura* (Rio de Janeiro, 2001, 2013). Para validar a isenção do ICMS, o estabelecimento industrial de lácteo pode creditar do valor correspondente ao ICMS incidente nas operações em que promover a saída de produto industrializado derivado de leite, destinado ao contribuinte do imposto, vedado o aproveitamento de quaisquer outros créditos de ICMS (Rio de Janeiro, 2016).

O "Programa de Incentivo do Governo do Estado à Produção de Leite" compreende um conjunto de medidas cujo objetivo principal é incentivar o produtor rural a aumentar sua produtividade, mediante acréscimo do valor recebido na venda do leite. Em assim sendo, o disposto no artigo 10 do Decreto n.º 29.042/01 é direcionado exclusivamente às indústrias de laticínios que adquirem leite de produtor rural fluminense, cumpridos os demais requisitos do programa. Em se tratando de contribuinte que, além de adquirir leite *in natura* de produtor rural fluminense, exerça outras atividades industriais e comerciais, não serão aplicáveis as disposições do artigo 10 do Decreto n.º 29.042/01, sendo-lhe facultada a apropriação dos créditos presumidos previstos nos artigos 1.º e 4.º, observadas as condições impostas nos demais artigos (Rio de Janeiro, 2016).

O Decreto n. 48.039 de 11 de abril de 2022 suspendeu o regime de ST Substituição Tributárias nas operações de saída de produtos produzidos no ERJ, entre eles o leite e derivados lácteos. Todavia,

[7] Informação extraída do site https://legislacao.fazenda.rj.gov.br/wcc/?web_id=81731

em 2024, o STF revogou a exclusão do regime de substituição tributária para produtos do Rio de Janeiro, tanto internos quanto externos, para garantir a isonomia tributária entre estados produtores, garantindo tratamento igualitário independente da origem do produto *in natura* ou industrializado.

No ano de 2009, o Decreto n. 29.042 de 2001 é alterado pelo Decreto n.º 29.042 de 27 de agosto de 2001: "O crédito de que trata o caput deste artigo somente se aplica quando se tratar de saída de produto lácteo industrializado no Estado do Rio de Janeiro, ainda que a matéria prima ou insumos utilizados para sua fabricação sejam provenientes de outras unidades federadas" (Rio de Janeiro, 2009).

Em 2016 o parecer normativo n. 001 de 2016, detalha que a apropriação de "crédito presumido" do ICMS pelo contribuinte que adquira leite produzido por produtor rural estabelecido no estado, desde que cumpridas as condições impostas nos demais dispositivos. O estabelecimento industrial poderá creditar-se do valor correspondente ao ICMS incidente nas operações em que promover a saída de produto industrializado derivado de leite, destinado ao contribuinte do imposto, vedado o aproveitamento de quaisquer outros créditos de ICMS, ou seja, outras atividades industriais e comerciais não serão aplicáveis (Rio de Janeiro, 2016).

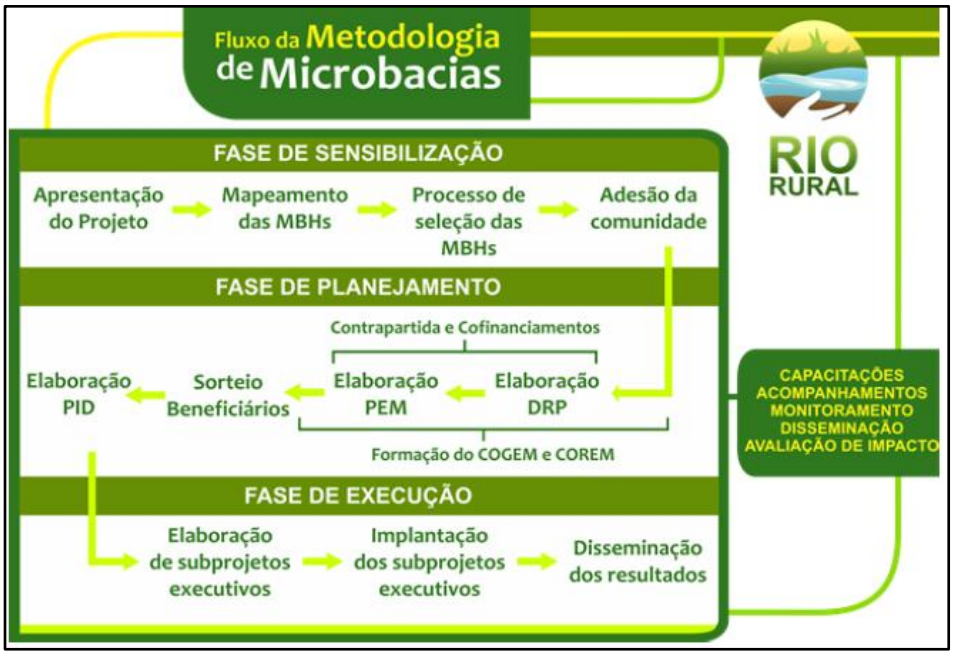
No ano de 2005, no bojo das políticas de compensação ambiental, foi implementado o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro (Rio Rural), com recursos oriundos do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (*Global Environment Facility – GEF*) do Banco Mundial e sob coordenação da Superintendência de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro. A metodologia usada para a execução das ações era pautada nas microbacias hidrográficas. O Programa ocorreu em duas etapas: a primeira denominada Rio Rural/GEF - Projeto Gerenciamento Integrado de Agroecossistemas em Microbacias Hidrográficas do Norte e Noroeste Fluminense e a posterior denominada Rio Rural/BIRD - Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro (Chagas, 2023).

Chagas (2023), ao estudar a relação entre o associativismo em Italva e o Programa Rio Rural no Noroeste Fluminense, descreve que a primeira etapa foi realizada, como iniciativa piloto, durante o período de 2005 a 2010, cuja área de atuação foi voltada estritamente para Norte e Noroeste Fluminense, com a seleção de 48 microbacias em 5 sub-bacias hidrográficas, 24 municípios e 4 mil famílias rurais contempladas.

No tocante ao Rio Rural BIRD (segunda etapa), a seleção das áreas ocorreu em três grupos: área focal de prioridade 1 – Regiões Norte e Noroeste Fluminense (Quadro 02); área focal de prioridade 2 – Região Serrana e; área de replicabilidade: Região Metropolitana, Litorânea e Sul-Médio Paraíba. A metodologia se mantém nas microbacias (Figura 02) e a meta se pauta na construção de *empreendimentos econômicos* que articulam a questão produtiva e ambiental. Chagas

(2023) aponta que a segunda fase abarcou 270 microbacias e 59 municípios, representando 64% do total dos municípios fluminenses.

Figura 02: Fluxo da metodologia das microbacias do Rio Rural



Fonte: Chagas (2023)

A EMATER-Rio foi a principal executora do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro – Rio Rural. No caso da Região Noroeste, o escritório regional situado na Fazenda Experimental de Italva, atuou principalmente nos projetos de associativismo rural, na preservação das matas ciliares, no desenvolvimento de arroz *onix* e vermelho e na implementação da COPAFI (Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Italva) (Chagas, 2023).

Quadro 02 – Área focal do Programa Rio Rural na Região Noroeste e as Microbacias Hidrográficas.

Municípios	Microbacias
Aperibé	Barra do Pomba – Pito Aceso
Bom Jesus do Itabapoana	Córrego do Lambari – Liberdade
Cambuci	Valão Grande I – Valão Grande II
Italva	Córrego do Marimbondo – Valão Carqueja
Itaocara	Ribeirão das areias – Valão do Papagaio
Itaperuna	Cubatão – Córrego do Campinho
Laje do Muriaé	Ribeirão da Jararaca – Ribeirão do Campo 2

Miracema	Médio Ribeirão – Santo Antônio – Médio Ribeirão do Bonito
Natividade	Bela vista/ São Sebastião – Ribeirão Conceição
Porciúncula	Bonsucesso – Ouro
Santo Antônio de Pádua	Ribeirão Bom Jardim – Ribeirão dos Ourives
São José de Ubá	Córrego de Ubá – Santa Maria
Varre-Sai	Ribeirão Varre-Sai

Fonte: Chagas (2023).

Chagas (2023) salienta que os produtores de leite de Italva receberam, em 2015, duas Unidades de Pesquisa Participativa (UPP) - Figura 03 - para a implementação do sistema silvipastoril, por meio do projeto aprovado do Rio Rural, cujo objetivo era aumentar a produção de leite, desenvolver técnicas de manejo menos predatórias ao meio ambiente e viabilizar a construção de uma cooperativa, cuja consolidação se deu em 2016 com a Copafi.

Figura 03: Tanque de resfriamento do leite em Italva, RJ, para implementação de uma Unidade de Pesquisa Participativa (UPP).



Fonte: Chagas (2023) a partir da Emater-Rio.

Embora a seleção das áreas prioritárias do Programa Rio Rural incluísse as regiões Norte e Noroeste Fluminense e os agricultores familiares dessas áreas, houve a seleção ‘política’ de grupos para receber os recursos (Chagas, 2023).

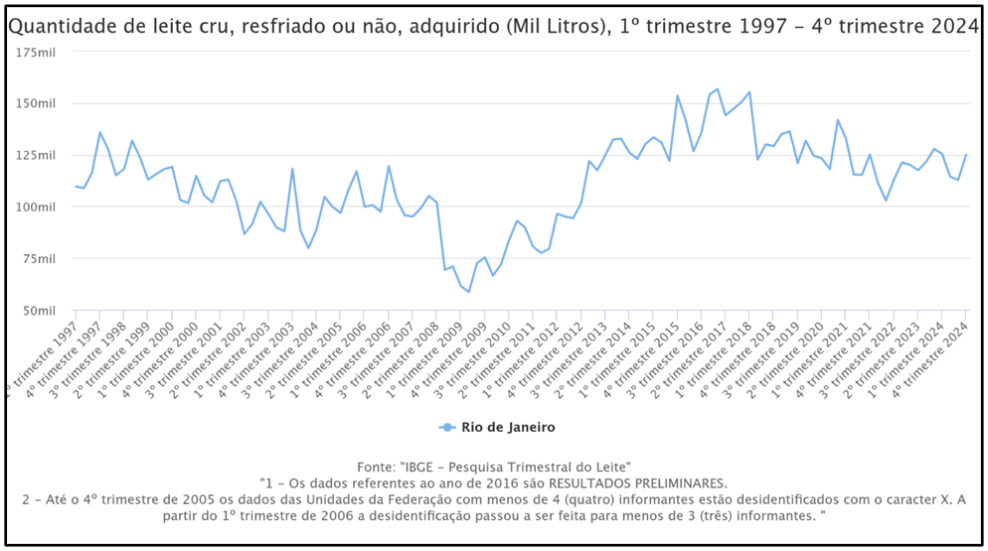
Foi implementado, em 2002, por meio do Decreto n. 30.779, o Programa Moeda Verde - Prosperar Agroindústria, com o objetivo de fomentar a agroindustrialização de derivados lácteos, frutas, cana-de-açúcar entre outros produtos. Como o Programa Moeda Verde era pulverizado em

vários eixos - Florescer, Cultivar Orgânico, Multiplicar, Prosperar e Frutificar, em 2005, todos são englobados no Programa Especial de Fomento Agropecuário por meio do Decreto n.º 37.736. A Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior - SEAAPI, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER e a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro – PESAGRO são as instituições de apoio junto aos agricultores para a formulação dos projetos e os recursos são via financiamento do Banco do Brasil.

Em 2011 foi institucionalizado o Programa Estadual Rio Leite com o objetivo de aumentar a produção de leite no território fluminense mediante a linhas de créditos com baixas taxas de juros, com atuação na assistência técnica e operacional da Emater-Rio (Rio de Janeiro, 2021). O Programa Rio Leite é oriundo do Fundo de Financiamento do Agronegócio (Agrofundo) com o objetivo de aumentar a produção de leite fluido no estado. Os recursos são destinados majoritariamente para o melhoramento das pastagens, implantação de ordenhadeiras mecânicas e a aquisição de semoventes (vacas) e tanques de resfriamento.

A meta estabelecida pela SEAPPI à época (2011) era a produção de 1 bilhão de litros de leite por ano a partir de 2015, com as ações do Rio Leite voltadas ao que era disseminado como a modernização da cadeia produtiva do leite. Todavia, os dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) do IBGE sistematizados no Gráfico 02 mostram que a produção não ultrapassou 539 milhões de litros de leite em 2015.

Gráfico 02: Quantidade de leite cru, resfriado ou não, produzido no ERJ, entre 1997 a 2024, por trimestre.



Fonte: IBGE (vários anos)

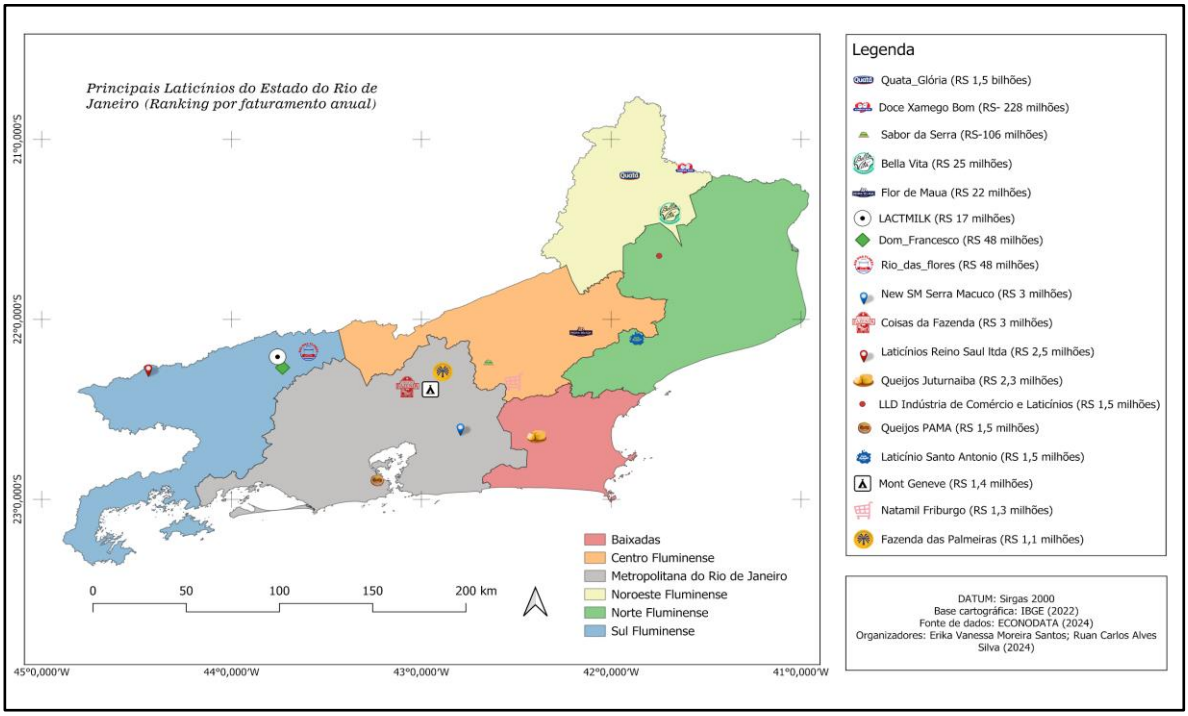
O "Balde Cheio" tem como objetivo a transferência de um pacote de conhecimentos e tecnologias para o produtor de leite compatibilizando a produção local às tendências de produção sustentável em curso no setor, segundo a entrevista realizada em 2019, com o coordenador do programa na região Norte e Noroeste Fluminense, a proposta do programa é fomentar metodologia participativa, incentivar a participação dos produtores nas oficinas desenvolvidas nas Unidades Demonstrativas (UD), que são propriedades selecionadas para o desenvolvimento do protótipo. É evidente não só na fala do entrevistado como no plano de ação do programa que a meta é aumentar a produtividade e melhorar a qualidade do leite em ambas regiões (Moreira Santos, Chagas, Silva, 2021).

Nos últimos anos, a produção leiteira no ERJ vem aumentando, mas ainda é insuficiente para atender a demanda da população fluminense, o que se reflete na entrada de leite e seus derivados de outros estados, sobretudo aqueles limítrofes, como Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. Em suma, para a atividade leiteira no estado do Rio de Janeiro, há políticas de fomento, via crédito público do Banco do Brasil, como o Rio Leite, há políticas fiscais, como o Programa de incentivo de 2001 e o Decreto nº 2.726 de 2017 que isenta os setores de laticínios, agroindústria artesanal (até 20 empregados e faturamento anual de até R$ 110 mil UFIRS/RJ) do recolhimento de 10% do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF), existe política voltada à capacitação, como Balde Cheio e outras ações desenvolvidas pela Emater-Rio e suas unidades regionais e, por fim, ações voltadas para o agroprocessamento como o Prosperar.

5. Agroindústrias de lácteos no Noroeste Fluminense

As agroindústrias são as unidades processadoras da matéria prima de origem agropecuária (Marafon, 1998) ou a etapa à jusante na relação intersetorial entre indústria-agricultura-indústria (Graziano da Silva, 1998). No tocante às agroindústrias vinculadas ao setor leiteiro existentes no ERJ, levantamos, por meio dos dados do *site Econodata*, a partir da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), referentes a três códigos -1051-1/00 - Preparação do leite, 4631-1/00 - Comércio atacadista de leite e laticínios e 4721-1/03 - Comércio varejista de laticínios e frios, especializadas no Mapa 14.

Mapa 14: Principais laticínios do estado do Rio de Janeiro e o faturamento anual.



Org: Silva (2024)

No mapa 14 visualizamos a distribuição de indústrias cuja matéria prima é o leite *in natura* nas regiões fluminenses e a legenda está organizada a partir dos estabelecimentos em ordem decrescente com base no faturamento anual publicado no *site Econodata* referente ao ano de 2024.

No topo do faturamento aparece a empresa Quatá com 1,5 bilhão de reais (em todas as unidades e não apenas a indústria de Itaperuna), seguida pela indústria Xamego Bom, responsável pela produção de doces em barra e pastosos (228 milhões de reais) e na terceira posição está o laticínio Sabor da Serra localizado em Nova Friburgo. Para a caracterização das unidades pesquisadas de lácteos no noroeste fluminense, organizamos, no Quadro 03, a descrição das unidades a partir das seguintes características, quais sejam: histórico; organização interna; tipos de ativos; estratégias de captação do leite *in natura*; acesso às políticas públicas; papel da inovação; estratégias de comercialização e tipos de capitais.

Quadro 03: Características das unidades selecionadas no Noroeste Fluminense

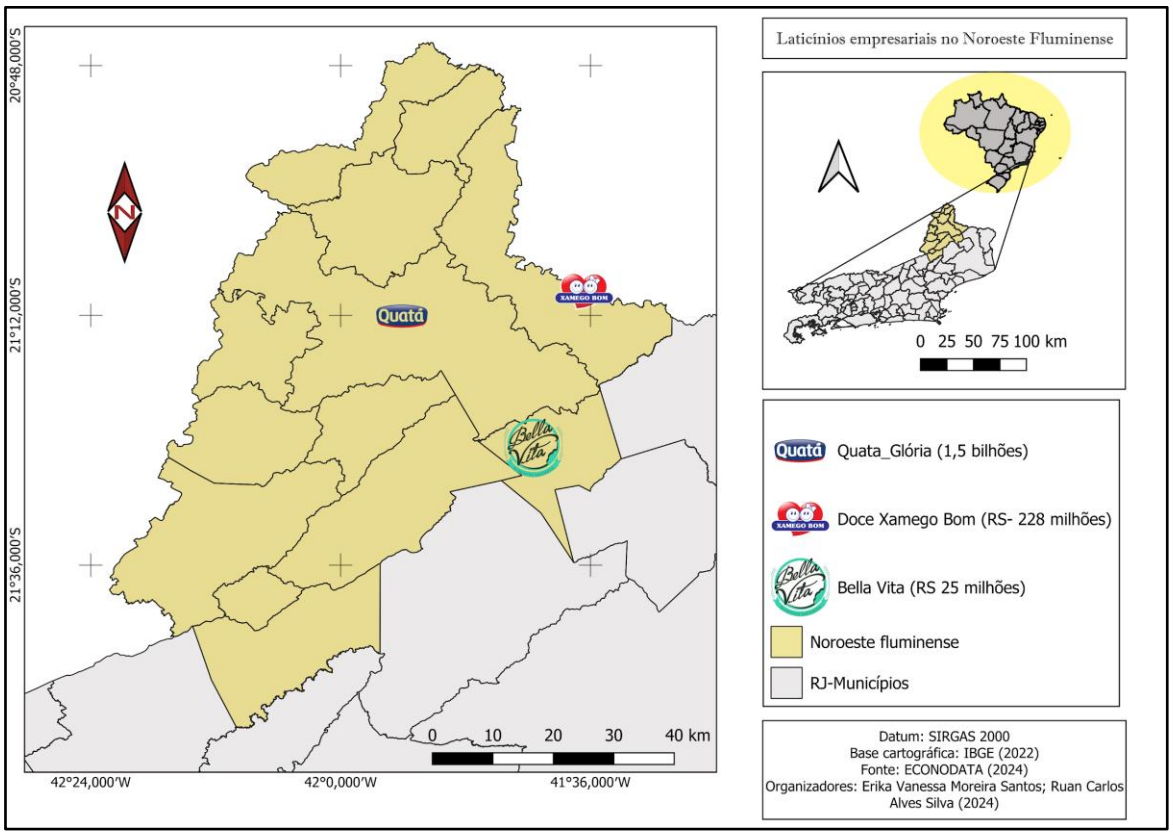
Nome	Município sede	Tipo	Escala de comercialização	Tipos de mercados
Aprusmac	Campos dos Goytacazes	Associação	Campos dos Goytacazes	Cooperativas (vende o leite *in natura)*
Bela Vita	Italva	Laticínio	Regional	Redes varejistas regionais; mercados institucionais e estabelecimentos de pequeno porte
Boalac	Itaperuna	Laticínio	Regional	Representantes, mercados regionais e estabelecimentos varejistas.
Capil Itaocara	Itaocara	Cooperativa	Regional	Outra cooperativa, empório próprio, mercado próprio, redes varejistas, instituições privadas na RMRJ.
Cavil	Bom Jesus do Itabapoana	Cooperativa	Regional	Representantes, empórios próprios, estabelecimentos de pequeno e médio portes, mercados institucionais.
Copafi	Italva	Cooperativa	Local (CIDENNF)	Empório próprio, mercados institucionais.
Fábrica de Queijo Raposo	Itaperuna	Laticínio	Regional	Empório próprio e estabelecimentos de pequeno porte.
Macuco	Macuco	Cooperativa	Regional	Representantes, redes varejistas nacionais e regionais, empórios próprios, estabelecimentos de pequeno e médio portes.
Quatá	Itaperuna	Laticínio	Nacional	Redes atacadistas nacionais, redes varejistas regionais e RMRJ.
Vale dos Rochedos	Cambuci	Laticínio	Local	Estabelecimentos de pequeno porte
Xamego Bom	Bom Jesus do Itabapoana	Agroindústria	Regional	Redes varejistas regionais

Fonte: Pesquisa de Campo, sites e jornais eletrônicos.

Org: Autora (2025)

Ao realizar o levantamento dos estabelecimentos que processam leite e derivados no Noroeste Fluminense, identificamos seis agroindústrias (processadoras de derivados lácteos). No mapa 15 localizamos três agroindústrias que tê m uma representatividade na região, em termos de produtos e faturamento anual. No *ranking* do levantamento feito no Econodata (2024), a empresa Quatá registrou 1,5 bilhão (1º. lugar), Xamego Bom teve 228 milhões (2 º), Sabor da Serra (3º) localizado em Nova Friburgo (118 milhões) e Bella Vita faturou 25 milhões ficou em 4 º lugar.

Mapa 15: Localização de agroindústrias de derivados lácteos com destaque no Noroeste Fluminense



Org: Silva (2024)

A empresa Quatá Alimentos foi criada em 1990 no município de Teodoro Sampaio, localizado no oeste de São Paulo, e adquiriu a unidade do leite Glória, em Itaperuna, no ano de 2012. A marca Glória pertencia à LBR - Lácteos Brasil (Parmalat Brasil) e foi comprada em 2012 por R$ 52 milhões[8]. Segundo consta na reportagem " A Quatá teve incentivos fiscais para sua entrada no Estado, obtendo a liberação do pagamento de ICMS. A medida faz parte da estratégia de ampliação da produção adotada pelo Estado, que já investiu cerca de R$ 80 milhões no Programa Rio Leite".

Segundo consta no site da empresa, atualmente, o grupo possui seis unidades fabris, quais sejam: duas no estado de São Paulo, nos municípios de Teodoro Sampaio e Bom Jesus dos Perdões; uma no Rio de Janeiro, em Itaperuna (Figura 04); e três em Minas Gerais, nos municípios de Vazante, Douradoquara e Campo Belo (Quatá, 2025). Além da marca Glória, a Quatá produz o leite longa vida (UHT) com a logo do Grupo Carrefour.

[8] Informação extraída do link: https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/rj-quata-deve-faturar-mais-de-r-400-milhoes-em-2012-80483/

Figura 04: Fachada Externa e Caminhões da Quatá nas antigas instalações da Empresa Glória em Itaperuna.



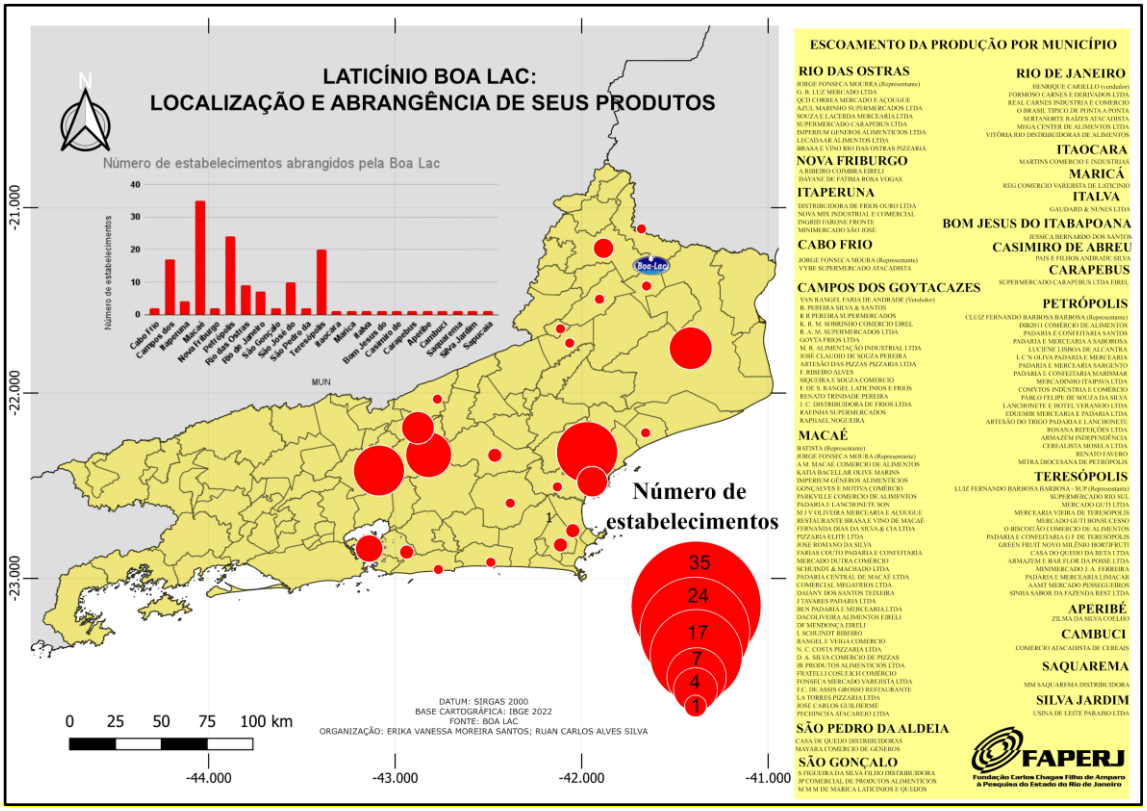
Fonte: Pesquisa de Campo

Atualmente a empresa integra o grupo Nova Mix Industrial e Comercial de Alimentos LTDA. Na linha do tempo publicada no *site*, é possível acompanhar as estratégias espaciais da empresa, com a implantação da primeira filial industrial em Mercedes, Paraná, em 1993, o arrendamento de uma fábrica de leite longa vida (Leite Nilza) no município de Campo Belo, Minas Gerais.

O portfólio do grupo é diversificado, com a produção de leite longa vida (integral, semidesnatado, desnatado e sem lactose), bebidas lácteas, creme de leite, leite condensado, creme c*heese*, requeijão, creme de ricota, creme de cottage, queijo muçarela, prato, minas frescal, brie, provolone, gorgonzola, provolone, parmesão, coalho, ultrafiltrado, emental, gouda estepe, minas padrão, linha light e zero lactose. Com a aprovação do serviço de Inspeção Federal (SIF) a comercialização dos produtos é nacional. Na unidade de Itaperuna, a produção é voltada para a produção de leite longa vida (UHT), majoritariamente, e a expectativa, quando foi comprada, era alcançar o processamento de 500 mil litros diários, mas não sabemos se atingiu pela ausência de retorno.

O laticínio BoaLac está situado em Itaperuna e tem uma capilaridade dos seus produtos em outras regiões fluminenses. O mapa 16 apresenta o quantitativo de estabelecimentos que comercializam os produtos da Boalac.

Mapa 16: Estratégias de atuação do laticínio Boalac de Itaperuna, RJ.



Org: Silva (2024)

Fizemos em algumas ocasiões contato por telefone e whatsapp com o proprietário e a gerente, enviamos o formulário e não tivemos nenhum retorno sobre o agendamento da visita e tampouco as respostas de maneira virtual. As informações levantadas foram extraídas de *site* da empresa e da mídia local.

O portfólio de produtos abrange manteiga, requeijão, queijo coalho, queijo muçarela e minas padrão e são comercializados nas regiões noroeste e norte. No site do laticínio, são listados os estabelecimentos e os representantes da marca estrategicamente situados nas regiões Noroeste, Norte, Lagos, Serrana e Metropolitana do Rio de Janeiro, com destaque no Mapa 16 dos municípios que apresentam centralidade regional - Campos dos Goytacazes, Macaé, Cabo Frio e Nova Friburgo e a capital do estado.

O laticínio Bella Vita localizado em Italva aparece no banco de dados do Ministério da Agricultura e Pecuária como integrante do Programa Mais Leite Saudável (PMLS)[9]. No estado do Rio de Janeiro constam três cadastros habilitados, o laticínio Bella Vita, laticínio Perda Selada e a Cooperativa Macuco. Também não conseguimos fazer o trabalho de campo nas estruturas físicas, mas conhecemos alguns produtores que fornecem leite para o estabelecimento. Os cooperados da Copafi entregavam leite para este laticínio antes da fundação da cooperativa. O portfólio abrange manteiga, requeijão, queijo muçarela, queijo prato, queijo frescal e bebida láctea saborizada em vários tamanhos.

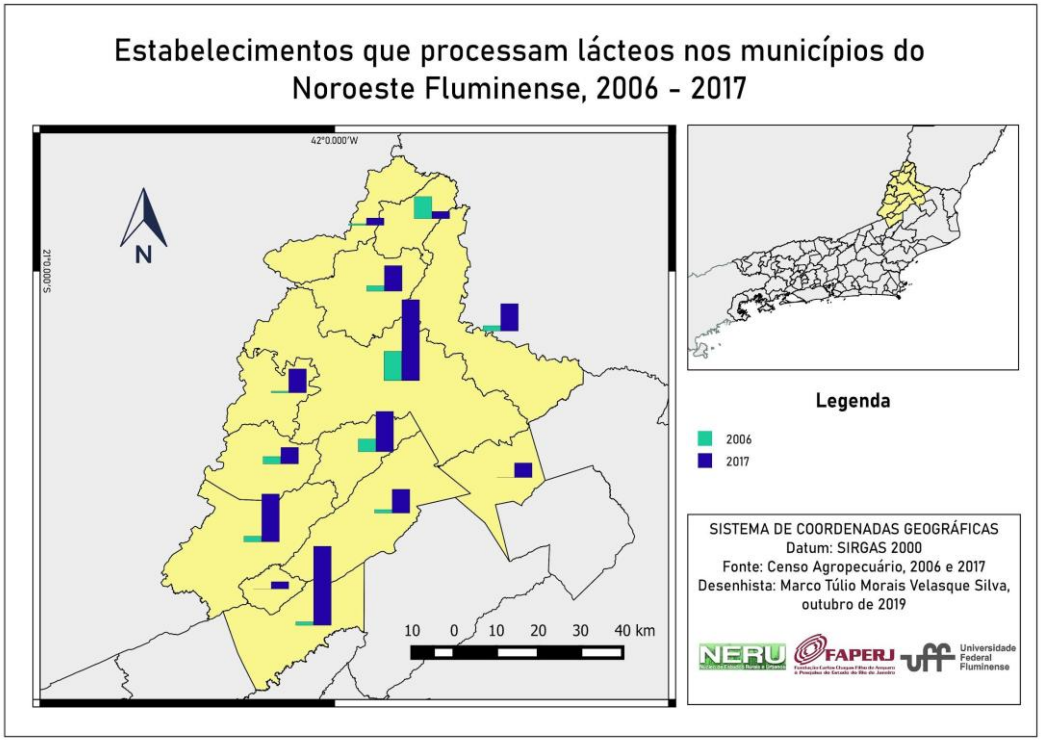
A marca Xamego Bom é da Fábrica de Laticínios Monte Azul, situada no município de Bom Jesus do Itabapoana. A fundação ocorreu em 1957 voltado para a fabricação de doce de leite. Com a habilitação junto ao SIF, a comercialização ocorre nacionalmente e atende diferentes públicos - uso doméstico e finalidade comercial. No portfólio da fábrica há doce de leite pastoso e em tablete, puro ou com coco, linha festa com recheios e massa pronta de beijinho e brigadeiro, cobertura de chocolate para uso em pizzarias e padarias, sobremesa láctea de diferentes sabores, geleia de brilho, goiabada cremosa entre outros.

Praticamente metade da produção de leite da região provém da agricultura familiar (IBGE, 2017), atividade que faz parte da estratégia de reprodução dos agricultores familiares na região, mesmo diante de um processo de desarticulação de organizações coletivas (Santos, Chagas e Silva, 2021, p. 154). É “em situação de crise que surgem as cooperativas, e para combater essa crise intensificada pela separação da posse e do uso dos meios de produção e distribuição que os princípios cooperativistas deveriam ser fortalecidos”.

Além das agroindústrias processadoras, apresentadas anteriormente, nos últimos anos vem aumentando as agroindústrias familiares que funcionam nos próprios estabelecimentos rurais que produzem, em sua maioria, requeijão de corte, manteiga e queijo frescal. A comercialização, em geral, é feita diretamente ao consumidor e, em alguns casos, por encomenda. As mulheres ficam responsáveis pela produção dos derivados lácteos e, por vezes, pela limpeza dos utensílios e a ordenha (majoritariamente manual). A venda e entrega dos produtos são, em sua maioria, realizadas pelos homens.

[9] https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/producao-animal/programa-mais-leite-saudavel

Mapa 17: Estabelecimentos rurais que processam lácteos na região Noroeste Fluminense (2006 e 2017).



Org: Silva (2023)s

Em 2006, a região abarcava 54 agroindústrias rurais de manteiga, queijos e requeijão, número que aumentou para 219 em 2017, de acordo com os dados dos Censos Agropecuários. Embora o registro de estabelecimentos com produção de derivados lácteos seja bem expressivo, não há nenhum cadastro aprovado para o Selo Arte e Selo Queijo Artesanal no Noroeste. A produção artesanal de requeijão, manteiga e queijo fresco não exclui a venda do leite in natura para agroindústrias da região ou para a captação junto à alguma cooperativa.

Figura 05: Tanque de resfriamento para a coleta de leite *in natura na s*ede da Associação dos Produtores Rurais de Biboca, Italva, RJ.



Fonte: Pesquisa de Campo

Figura 06: Produção artesanal de requeijão de corte na localidade de Biboca, Italva, RJ



Fonte: Pesquisa de Campo.

As estratégias das agroindústrias processadoras e das famílias que produzem artesanalmente derivados lácteos são diferentes não apenas na etapa de captação, mas nos circuitos de comercialização. Enquanto as agroindústrias estabelecem escala de atuação em mercados regionais circuitos longos de venda e articulação com setores varejistas, os produtos artesanais são vendidos em circuitos curtos, na escala local e na relação de confiabilidade.

6. Contexto Histórico das Cooperativas no Noroeste Fluminense no século XXI

A região Noroeste Fluminense foi criada e institucionalizada no ano de 1988, com o desmembramento da região Norte e os interesses na regionalização do território fluminense para amenizar a crise que assolava o estado. Foram disseminadas propostas de vocações para as regiões fluminenses com uma visão linear e a partir da região metropolitana para o interior. As regiões norte e noroeste foram taxadas com forte vocação agroindustrial, de um lado, as usinas de açúcar no norte e, por outro, as agroindústrias processadoras de leite e derivados no noroeste.

Em 1960, segundo o estudo de Braga (2008), houve a instalação da empresa Glória em Itaperuna e levou a um novo padrão de produção e beneficiamento do leite. No noroeste fluminense até os anos de 1930, a cafeicultura era atividade predominante e, no decorrer das décadas, a pecuária de leite foi se formando como atividade predominante. “Na primeira metade do século XX, a partir da ação das cooperativas locais [...], organizou-se a produção leiteira da região” (Braga, 2008, 37).

As cooperativas tiveram papel importante nesse processo de reorganização produtiva, do café para o leite, na região noroeste fluminense. Para Braga (2008) com o fim da subvenção estatal na

atividade leiteira a partir dos anos 1980 e a abertura econômica na década de 1990, ocorreu maior competitividade das corporações e, em menor escala, a modernização das cooperativas regionais.

A cooperativa Capil teve um papel decisivo na expansão da atividade leiteira no Noroeste Fluminense, segundo Braga (2008, p. 39):

> A Capil é um agente de primeira ordem para o estudo da organização espacial da Glória e sua rede geográfica. Primeiro por ser a segunda maior cooperativa do estado do Rio de Janeiro e coordenar a produção leiteira do Noroeste Fluminense e adjacências desde o seu surgimento em 1941. Segundo por ter desempenhado uma função de destaque para a instalação da fábrica Glória em Itaperuna e nas negociações com o capital estrangeiro representado pela Fleischmann & Royal. E, ainda, por ser o segundo maior fornecedor de matéria-prima para a Glória, com fornecimento médio mensal de 680.000 litros, sendo superada apenas pela Laticínios Santa Rita, de Muriaé (MG), que fornece em média 720.000 litros/mês (Braga, 2008, p. 39, [grifo nosso]).

Palencia (2008) apreende que os grupos vinculados ao processamento do leite e seus derivados estiveram inseridos em estratégias de aquisições e fusões no decorrer dos anos 2000. Um exemplo desses rearranjos é a Parmalat que construiu uma estratégia territorial de aquisição de pequenos laticínios e estabeleceu contratos com cooperativas para o fornecimento do leite *in natura.* Ao adotar tais estratégias, há uma redução dos custos de captação e a melhoria da qualidade do leite, exigindo o uso de tanques de refrigeração e novas logística de captação.

Segundo Braga (2008), a empresa Glória/Parmalat realizava a captação de leite junto aos produtores das mesorregiões Norte/Noroeste Fluminense, Zona da Mata de Minas Gerais e Sul do Espírito Santo. Com a finalidade de compreender as estratégias de atuação da referida empresa, Braga (2008) apreendeu o conceito de interações espaciais de Corrêa (2007) que abrange movimentos e agentes na produção e na organização do espaço. Nos anos 2000, com a aquisição da Glória pela Parmalat, a rede de distribuição dos seus produtos abarcava, a grosso modo, oito centros urbanos: Rio Grande do Sul (Porto Alegre), Paraná (Curitiba), São Paulo (Jundiaí), Rio de Janeiro (Duque de Caxias), Minas Gerais (Contagem), Goiás (Brasília), Bahia (Salvador) e Pernambuco (Garanhuns). E a captação do leite *in natura* era "densa, cobrindo diversos municípios dos estados de Minas Gerais, na zona da mata (42 localidades), Espírito Santo, na parte sul (18 localidades) e norte/noroeste fluminense, sobretudo noroeste (21 localidades", no ano de 2002 (Braga, 2008).

Entre os fatores que afetam a produção leiteira enumeramos, segundo o estudo da Embrapa leite (2024):1. Estrutura fragmentada na produção do leite; 2. Baixa qualidade média do leite; 3. baixa eficiência média das propriedades; 4. Baixa produtividade dos fatores; 5. Estrutura fragmentada na captação e industrialização do leite; 6. Alto custo de captação e transporte; 7. Carência de informações em banco de dados; 8. Distorções regulatórias, fiscais, impostos e taxas; 9. Visão de

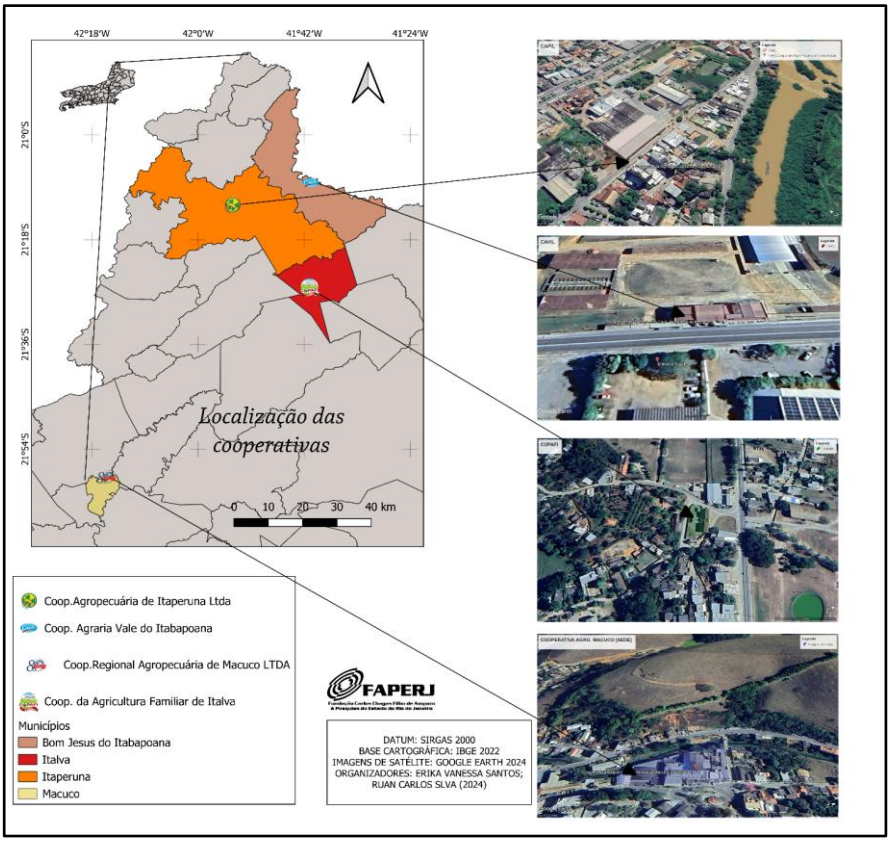
curto prazo para construção de diagnósticos e ações planejadas; 10. Fontes limitadas em investimento de inovação.

Com a falência da Parmalat em 2003 e os efeitos que reverberam nas cooperativas houve uma reorganização produtiva na região, com novos acordos entre as cooperativas e empresas do ramo alimentícios e a ampliação de estabelecimentos familiares com a agroindustrialização dos derivados lácteos, sobretudo em Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna e Italva.

No ano de 2004, a fábrica ficou sob intervenção judicial e sem recursos monetários para pagar os fornecedores de leite, a Parmalat entregou produtos como leite em pó e leite condensado, no montante de R$ 2,2 milhões, junto às cooperativas para vender e repassar os recursos aos seus cooperados. Segundo notícia publicada no Milkpoint (2004), a Parmalat possuía uma dívida de R$ 6 milhões junto aos produtores de leite no estado do Rio de Janeiro e 11 cooperativas que forneciam leite para a agroindústria somavam .aproximadamente R$ 4,6 milhões (2004). Com a intervenção judicial, foi criado um colegiado para administrar a unidade da Parmalat em Itaperuna. No ano de 2012 a Empresa Quatá Alimentos comprou a unidade, com apoio de políticas estaduais de incentivos fiscais e retomou a produção em Itaperuna (MilkPoint, 2004,2011, 2012).

O cooperativismo e o associativismo aparecem como estratégias organizacionais importantes para a agricultura familiar, principalmente em uma região marcada pela presença de pequenos estabelecimentos agropecuários com base na mão de obra familiar. Para fins de recorte espacial, selecionamos as seguintes cooperativas agropecuárias que processam derivados lácteos: Copafi, Cooperativa Macuco, Cavil e Capil Itaocara (Mapa 18).

Mapa 18: Localização das Cooperativas Pesquisadas



Org: Silva (2024)

Na próxima seção serão apresentadas as cooperativas pesquisadas e suas estratégias para fomentar as capilaridades regionais tanto na captação quanto no escoamento dos agroprocessados.

6.1.Copafi

Em Italva, no ano de 2016, foi oficializada a Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária (COPAFI) - Figura 07 - com recursos oriundos do programa Rio Rural, para o beneficiamento de leite, haja vista que a região tem a pecuária leiteira como carro chefe da economia local. Durante a segunda fase do Programa Rio Rural as ações eram voltadas para projetos que envolvessem três frentes - organização coletiva (associação ou cooperativa), questão ambiental e empreendimento para geração de renda. Nesse ínterim, a Cooperativa é oficializada com a aprovação de recursos do Rio Rural para a aquisição de maquinários para o processamento do leite. Ao realizarmos a pesquisa de campo tanto na queijaria quanto no empório, junto ao presidente da cooperativa, Sr L. C., conhecemos todo o processo de constituição da organização coletiva, os desafios e as perspectivas. Com recursos oriundos do Programa Rio Rural (Figura 08), um grupo de produtores rurais se organizou, elaborando um projeto e aprovando a liberação de recursos para a montagem da cooperativa. O grupo contou com o apoio da Emater-Rio no projeto e montou a queijaria na estrutura que outrora funcionava uma cozinha escola da Emater de Italva (Figura 09).

Figura 07: Antiga Queijaria do Centro de Treinamento da Emater-Rio



Fonte: Vieira (2023)

Inicialmente foram incorporados 28 produtores familiares de leite (Italva, Cambuci e Cardoso Moreira), destes 22 possuíam a DAP (em 2022) e 06 não tinham a declaração. Segundo o presidente da COPAFI, L. C. S. B., o acesso ao CAF (Cadastro de Agricultor Familiar) é importante para a cooperativa, pois os produtores podem acessar as políticas públicas para melhorar a sua produção leiteira. A maioria dos cooperados é oriundo de Italva, sobretudo do assentamento da Fazenda Experimental de Italva, criado em 1984 pelo governo Brizola para amenizar os conflitos fundiários na baixada fluminense, com a transferência das famílias de Duque de Caxias para Italva.

Durante a pandemia (2020/2022), os produtos da Copafi foram destinados para as unidades escolares municipais e à venda no empório da cooperativa. Ao indagar sobre a escala de circulação dos produtos, segundo o presidente, para ampliar é importante elevar a produção de leite *in natura* e a época era um desafio. Durante o campo, visitamos algumas propriedades de cooperados e deparamos com uma propriedade que a ordenha diária do leite ocorre de maneira manual.

No ano de 2025, a cooperativa incorporou o Serviço de Inspeção do Consórcio Intermunicipal do Norte Noroeste Fluminense (CIDENNF) para circulação dos produtos nos 21 municípios de abrangência do consórcio.

Figura 08: Banner de divulgação da COPAFI e as parcerias institucionais



Fonte: Pesquisa de Campo

Segundo consta no Plano de execução do Serviço de Inspeção do CIDENNF publicado no MAPA (2025) a COPAFI cadastrada à época (2022) possuía a aprovação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) com a autorização para comercialização dos derivados lácteos no âmbito municipal.

Figura 09: Fachada da Copafi em Italva, RJ



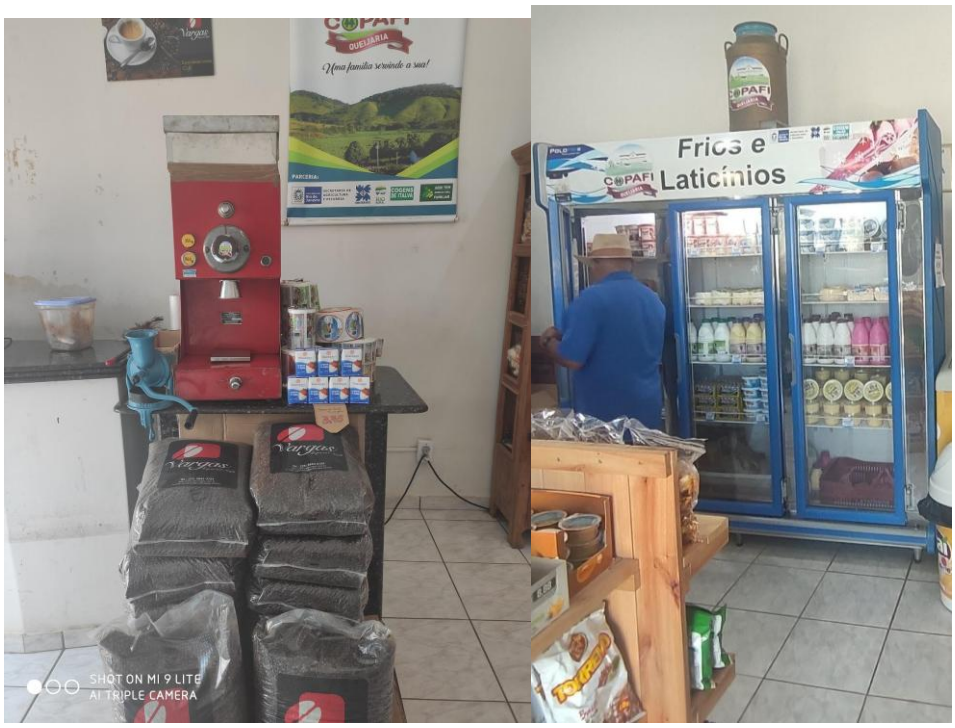
Fonte: Pesquisa de Campo (2023, 2024 e 2025)

A Copafi embora seja de pequeno porte, pelo volume processado, possui um portfólio diversificado, com a produção dos seguintes produtos: bebidas lácteas pasteurizada nos sabores de morango, graviola, banana e maçã, coco e ameixa; iogurte natural; iogurte sabor ameixa e maracujá; manteiga com sal; queijo meia cura; queijo minas frescal; e doce de leite pastoso.

O agroprocessamento é feito nas estruturas da queijaria da Emater-Italva e a venda é feita na própria queijaria com área de venda direta. O empório da COPAFI está localizado estrategicamente

às margens da principal rodovia que acessa a região Noroeste - BR-356 - e próximo ao escritório regional da Emater-Italva. No empório são comercializados os produtos da própria cooperativa (Figura 09), mas também de outras cooperativas e produtores, como café moído na hora (Figura 10), aguardente, goiabadas, queijos muçarela e minas padrão, doces variados etc. Os consumidores são viajantes que passam pela rodovia e acabam parando para um café ou mesmo para adquirir queijos e doces, mas também tem um fluxo intenso de moradores dos arredores.

Figura 10: Parte interna do Empório da Copafi.



Fonte: Pesquisa de Campo

Com o fito de sintetizar a organização e as estratégias da COPAFI, reunimos, na Figura 11, as principais informações acerca das estratégias de escoamento dos derivados lácteos, todavia, com o selo do CIDENNF, aprovado em 2025, a escala de comercialização aumenta, mas não há como analisar diante do processo muito recente.

Figura 11: Síntese da atuação da COPAFI



Org: Autora (2025)

6.2.CAPIL

Outro ator importante no setor lácteo e com presença na região é a Cooperativa Agropecuária de Itaperuna (CAPIL), criada em 1941 no período de substituição da cafeicultura pela pecuária leiteira. Nosso propósito inicial desta pesquisa era abordar a Capil Itaperuna e Capil Itaocara, mas não conseguimos aplicar entrevista com a unidade de Itaperuna, diante da falta de retorno dos contatos realizados. As informações e o material usado são decorrentes do levantamento bibliográfico e normativo. A mídia regional vem divulgando a crise na Capil Itaperuna, como, por exemplo, uma notícia publicada no jornal *O Dia* de Itaperuna (https://odia.ig.com.br/) em fevereiro de 2024 sobre o leilão judicial de um terreno de 13 mil m^2 para o pagamento dos direitos trabalhistas dos empregados.

Em 1961, a cooperativa passou a ser incorporada pela *Fleischmann & Royal,* que, em 1976, assumiu o controle acionário, gerenciando, diretamente, o beneficiamento da produção regional de leite (Silva, 1997, p. 59). Essa parceria levou a CAPIL Itaperuna a exigir de seus associados “aumento da qualidade da matéria-prima a ser beneficiada". Sob essa nova dinâmica regional, a cooperativa incentivou os seus cooperados a entrarem nas linhas de crédito agrícola, com o objetivo de aumentar a produtividade (Silva, 1997, p. 59).

Maranêlo (2008, p.13), em uma pesquisa sobre o complexo agroindustrial do leite no estado do Rio de Janeiro, apontam que a CAPIL ficou subordinada à Parmalat, desde 2001, “pondo fim à gestão da *Kraft Foods International*”. Em 2003, a Parmalat apresentou problemas financeiros e “a consequente desestabilização da cooperativa e de seus 1.250 associados do Noroeste do estado”. Isso

resultou em uma crise para a CAPIL e, consequentemente, para os produtores de leite, em sua maioria, de pequeno porte e com base na mão de obra familiar.

No estudo de Braga (2006, p. 28) sobre as interações espaciais do Leite Glória (Parmalat) em Itaperuna fica evidente a importância da Capil para a atuação da empresa Glória no Noroeste Fluminense. Segundo o autor a Cooperativa que outrora tinha uma hegemonia na região " passou de parceira a apenas mais uma fornecedora de leite, além de ter vendido alguns postos de recolhimento de leite para a Glória". Esta parceria inicial levou a doação do terreno da cooperativa para o laticínio e o compromisso formal da compra de, no mínimo, 50% da produção de leite da cooperativa.

A logística de captação do leite *in natura* da Capil Itaperuna envolvia, segundo a pesquisa de Braga (2006), por meio de seis postos de coleta - Italva, Cambuci, São José de Ubá, Laje do Muriaé, Varre-Sai e Porciúncula. A localização desses postos estava, estrategicamente, situada próxima ao sul capixaba, zona da mata mineira e norte fluminense. E "os postos de venda dos produtos da Capil (produtos "Prata") [...] localizavam-se em São João do Paraíso (distrito de Cambuci), Aré, Raposo (ambos distritos de Itaperuna) e Pirapetinga (distrito de Bom Jesus do Itabapoana)" (Braga, 2008, p. 44).

Nos anos de 1980 a crise que afetou o ERJ teve rebatimentos na atuação da própria Capil Itaperuna, pois os recursos estaduais foram cortados e a cooperativa arrendou os postos de coleta de leite *in natura* para a empresa Fleischmann & Royal. no ano de 2008, segundo consta em Braga (2008), a Capil possuía três postos de coleta de leite e duas lojas de venda. A cooperativa que tinha papel central no circuito espacial da produção leiteira no Noroeste Fluminense foi, no decorrer dos anos, diante dos ditames da modernização conservadora, se tornando intermediária entre os produtores e as indústrias de lácteos. Todavia, com a falência da Parmalat e os rebatimentos na unidade de Itaperuna (Leite Glória) as cooperativas retomaram a atividade de processamento de derivados lácteos, como estratégias de capilaridade regional.

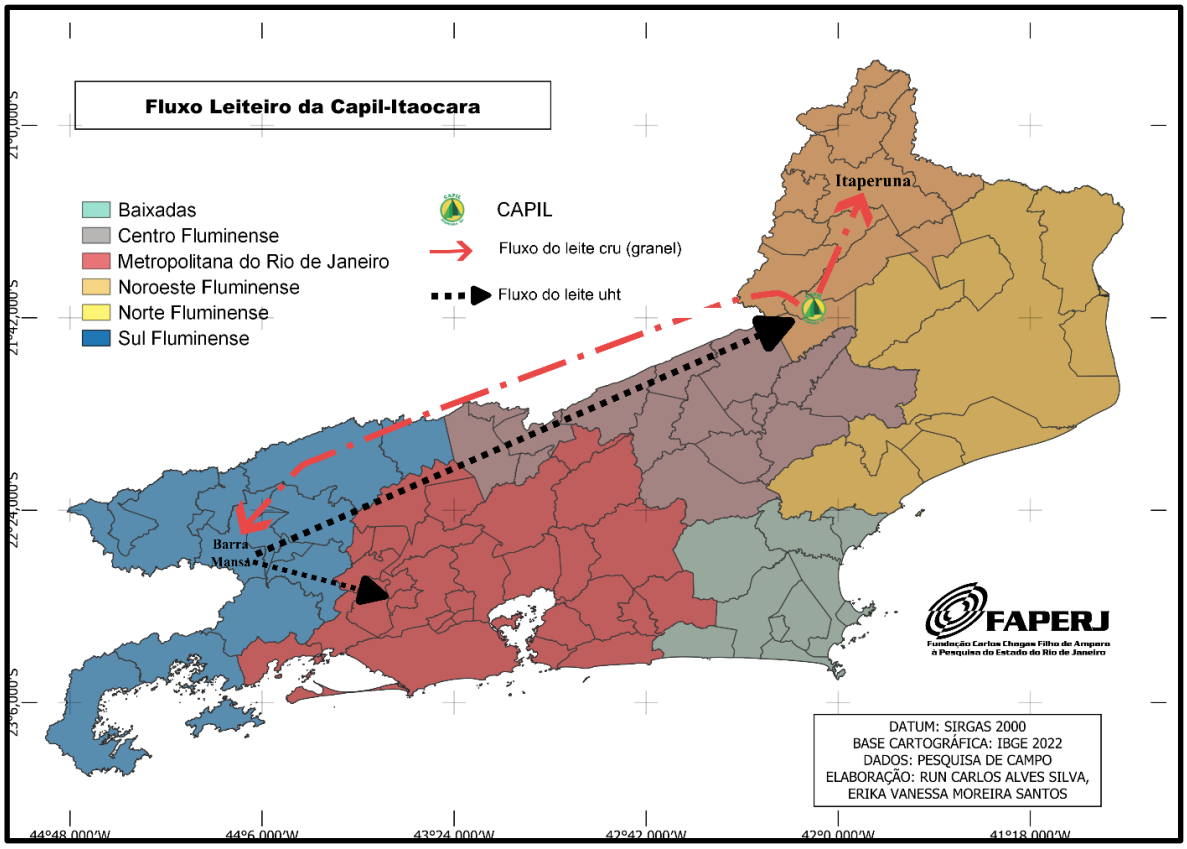
A análise de Albuquerque; Binsztok (2018) com base em Sorj (1990) e Braga (2006; 2008) reflete exatamente a realidade da Capil:

> As cooperativas que tiveram êxito se transformaram em agroindústrias, com administrações técnicas e empresariais voltadas para a concorrência mercadológica, desenvolvendo marcas próprias. Para isso, se esforçaram para mecanizar a produção e atender às exigências cada vez mais complexas desse modo de produção flexível pós-fordista (SORJ, 1998). Essa lógica econômica flexibilizante atingiu os produtores em seu espaço de produção, modificando-os profundamente com um novo conjunto de técnicas de cultura na criação de bovinos.

Além de Itaperuna, a CAPIL criou uma unidade produtiva em 1951 no município de Itaocara. Essa unidade produz, atualmente, leite *ultra high temperature* (UHT), queijo frescal, requeijão de

corte, requeijão de copo, manteiga com e sem sal, leite pasteurizado e doce de leite pastoso. Além da área industrial, a cooperativa também abarca, na área central da cidade de Itaocara, uma loja de venda direta dos produtos, um supermercado, uma farmácia e uma loja de produtos veterinários. Em períodos pretéritos, além dos estabelecimentos citados também abarcava um posto de combustível em Itaocara. Apenas 30% do leite captado dos seus cooperados são agroprocessados, sendo a maior parte do leite fluido enviada para a Cooperativa Barra Mansa, no Médio Vale Fluminense, atualmente a maior organização coletiva do estado no segmento de leite UHT (Mapa 19).

Mapa 19: Fluxo de leite da Capil-Itaocara



Org: Silva (2024)

O leite é captado nos postos de coleta com caminhão próprio (Figura 12) e levado tanto para a unidade de processamento em Itaocara (30%) quanto para outros laticínios, como Quatá em Itaperuna e Cooperativa de Barra Mansa na região do médio vale. A unidade de Itaocara tem capacidade para processar 94 mil litros de leite, mas atualmente trabalha com 30 mil litros oriundos somente dos produtores cooperados. Para possuir os maquinários de produção de leite longa vida é necessário, além de intensa produção para evitar tempo ocioso dos equipamentos, a aquisição do material cartonadas da *Tetra Pak* (Albuquerque; Bistock, 2018). Diante disso, na Cooperativa Barra Mansa ocorre o processo UHT e o envase do leite da Capil com a logo da cooperativa, sendo uma

parte escoada para Itaocara e a maior parte já destinada ao mercado consumidor na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Figura 12: Unidade da Capil em Itaocara



Fonte: Pesquisa de Campo

A cooperativa atua no mercado institucional com a venda para instituições públicas, por meio do PNAE - Abastecimento Escolar - não especificando de quais municípios. Os produtos são aprovados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) e a circulação pode abranger o país, mas o circuito de venda ocorre, no momento, no estado do Rio de Janeiro. Os produtos da cooperativa são comercializados no próprio posto de vendas (Figura 13) instalado ao lado da unidade de processamento, em Itaocara, em mercados do município e da região Noroeste. Segundo as informações levantadas na pesquisa de campo, o leite longa vida é comercializado, em sua maioria, na região metropolitana do Rio de Janeiro e para algumas instituições privadas que já estabelecem acordos de aquisição do leite de maneira antecipada.

Figura 13: Loja própria da Capil em Itaocara



Fonte: Pesquisa de Campo

A Capil Itaocara possui, além da unidade de processamento e a loja de venda, um supermercado e uma loja de produtos veterinários em Itaocara. Todos estes equipamentos da cooperativa estão situados na área central de Itaocara. Há a divulgação dos produtos nas redes sociais digitais e em site institucional (Figura 14)

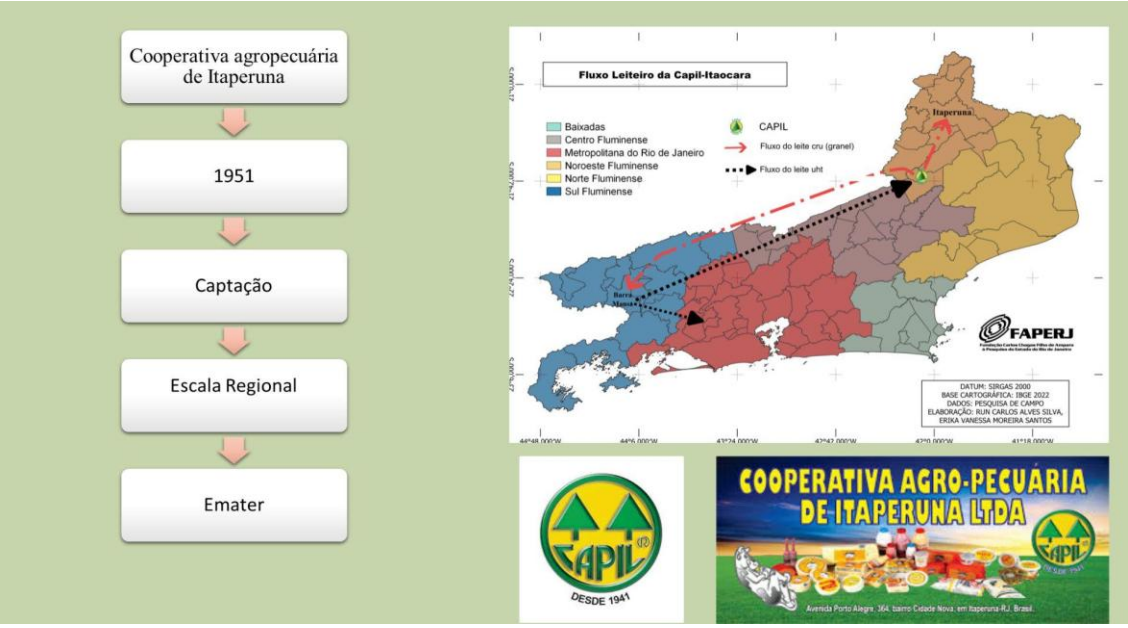
Figura 14: Divulgação dos produtos da Capil unidade Itaocara



Fonte: Página da Capil

A pesquisa de campo foi realizada com a aplicação de entrevista com a responsável pelo setor de produção, formada em tecnologia em laticínio. A cooperativa tem 22 funcionários, sendo dois técnicos de campo, responsáveis por atuar juntamente com os produtores. Ela nos explicou o processo de captação, beneficiamento e as estratégias de escoamento. Como a sua área de atuação é voltada para o beneficiamento, as questões referentes à gestão e acesso às políticas públicas não foram respondidas. Em síntese, a figura 15 apresenta as estratégias adotadas pela Capil na escala regional.

Figura 15: Síntese das estratégias da Capil Itaocara.



Org: Autora (2025)

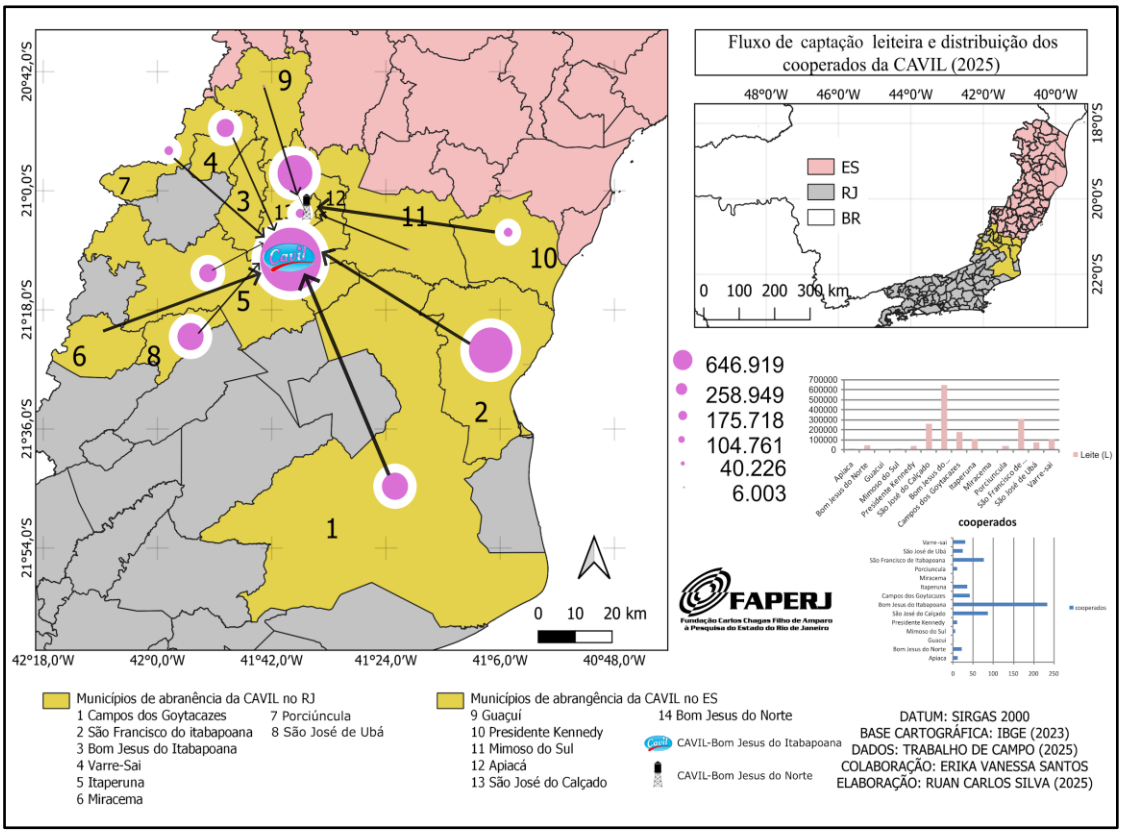
6.3.CAVIL

A CAVIL – Cooperativa Agrária do Vale do Itabapoana - foi criada em 1948 em Bom Jesus do Norte (ES) e, em 2008, passou a contar com a instalação de unidade industrial em Bom Jesus do Itabapoana (RJ). Com o intuito de melhorar a renda dos produtores de leite, em sua maioria familiares, em 11 de janeiro de 1948, foi fundada a Cavil para captação e processamento do leite na região conhecida como Vale do Itabapoana (noroeste fluminense e sul capixaba). A organização da cooperativa envolve a diretora executiva, o conselho fiscal e o conselho administrativo, além da equipe de campo e da parte administrativa.

A entrevista foi realizada com a gerente de produção industrial da Cooperativa, T.S.R.C. no escritório em Bom Jesus do Itabapoana. São processados 70 mil litros mensais de leite captados de aproximadamente 550 cooperados dos seguintes municípios: Bom Jesus do Norte (ES); São José dos Calçados (ES); Apiacá (ES); Mimoso (ES); Guaçuí (ES); Varre-Sai (RJ); São José de Ubá (RJ); Itaperuna (RJ); São Francisco do Itabapoana (RJ) e Bom Jesus do Itabapoana (RJ) - ver Mapa 20 .

Cada cooperado tem uma cota capital correspondente a 3% do total da produção no decorrer de 12 meses. O ingresso no quadro de cooperado depende do interesse do produtor de leite e de algumas exigências burocráticas como a Inscrição Estadual de Produtor[10], aprovação mediante um diagnóstico de Boas Práticas (BPA)[11] e documentos pessoais. Nos últimos dez anos, a produção captada e processada da Cavil aumentou e uma das estratégias é a atuação dos técnicos de campo que auxiliam os produtores não só almejando o aumento da produção como a melhoria da qualidade do leite fluído.

Mapa 20: Fluxo de captação do leite e distribuição dos cooperados da Cavil.



Org: Silva (2025)

O transporte para captação do leite fluido envolve quatro caminhões próprios e uma empresa terceirizada (local) cujas rotas são estrategicamente traçadas. O gasto com o transporte é de

[10] A Inscrição Estadual (IE) de produtor rural é um registro obrigatório na Secretaria da Fazenda do estado para produtores rurais que comercializam produtos ou serviços sujeitos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Para obter a inscrição no ERJ o produtor entra no sistema REGIN (Pedido de Inscrição e Alteração) da SEFAZ e solicita a concessão ou atualização da inscrição (SEFAZ, 2025).

[11] A Portaria do Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento n. 337, de 8 de novembro de 2021 estabelece requisitos mínimos e reconhece programas de promoção de boas práticas agrícolas, na etapa primária da cadeia produtiva agrícola, aplicados por entes públicos e privados no território nacional, com o propósito de estimular a produção de alimentos seguros e de qualidade, promover ações que visem melhorar a qualidade da produção de alimentos, promover práticas sustentáveis de produção agrícola e estimular a melhoria da qualidade de vida da população rural. https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mapa-n-337-de-8-de-novembro-de-2021-357707009 (MAPA, 2021)

aproximadamente R$ 250 mil reais, sendo R$ 50 mil destinados ao transporte dos produtos prontos e R$ 200 mil com a coleta do leite *in natura.*

O valor do litro de leite pago, mensalmente, aos cooperados abarca de 2,00 a 2,50 (depende do barema de qualidade) e antes de ser destinado à área industrial (Figura 16), o produto passa pela triagem e análise minuciosa, diariamente, no laboratório interno. Uma análise prévia é feita nos tanques de resfriamento com o uso de kits próprios entregue aos cooperados.

Figura 16: Parte externa da unidade da Cavil em Bom Jesus do Itabapoana, RJ.



Fonte: Pesquisa de Campo

A comercialização ocorre nos empórios próprios localizados em Bom Jesus do Itabapoana (Figura 17) e Bom Jesus do Norte, respectivamente, estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Foi relatada a estratégia de comercialização em empórios de Nova Friburgo (região Serrana fluminense), Itaperuna, Apiacá, Campos dos Goytacazes, São José dos Calçados etc. A Cooperativa tem o responsável pela venda junto ao setor de varejo e disponibiliza um contato telefônico somente para esta finalidade. Os produtos são encontrados em mercados de pequeno e médio portes das regiões Noroeste e Norte Fluminenses, além do sul capixaba. Outrossim, o leite pasteurizado (barriga mole

ou saquinho) é produzido na Cavil e outrora era o principal produto consumido no Brasil, atualmente são poucos locais de venda e se tornou, em linhas gerais, um produto “diferenciado”.

A Cooperativa tem redução do ICMS ao adquirir o leite de produtores fluminenses e atende aos mercados institucionais, como, por exemplo, a entrega de produtos para o IFF campus Itaperuna por meio da chamada pública do PNAE. No relatório técnico do Programa de Assistência e Extensão Rural do INCAPER (2020-2023) consta a presença da Cavil na captação do leite dos municípios de Bom Jesus do Norte junto a 148 produtores cooperados.

O portfólio de produtos da Cavil é diversificado (Figura 17) bebida láctea de vários sabores, requeijão de copo light e integral, requeijão de corte, queijo curado, queijo minas padrão, queijo minas frescal, queijo muçarela, queijo prato, coalhada, manteiga, leite UHT, leite pasteurizado integral e desnatado. As metas definidas para os próximos anos envolvem aumentar a quantidade processada de queijo muçarela, ampliar o portfólio de produtos maturados (requeijão culinário e sobremesa láctea) e produzir a coalhada sem lactose e sem adição de açúcar. As análises dos produtos para obter o registro o Serviço de Inspeção Federal - SIF de Produtos de Origem Animal - são realizadas em laboratórios credenciados pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) em outros estados, pois no estado do Rio de Janeiro não há nenhum laboratório credenciado e autorizado para as análises, microbiológica, físico-químico, de contaminantes e qualidade do leite.

Figura 17: Produtos da Capil no Empório Próprio (Unidade Bom Jesus do Itabapoana)



Fonte: Pesquisa de Campo

Em relação às estratégias institucionais, a Cavil recebeu caminhão, tratores e maquinários oriundos de emendas parlamentares, não sendo especificado de quais representantes políticos e tampouco os valores. Também foi mencionada a parceria com o Instituto Federal Fluminense - IFF - campus de Bom Jesus do Itabapoana e a prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana. Também

foram relatados os projetos aprovados junto a Faperj - Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro visando a melhoria na qualidade do leite *in natura.*

Como parceria institucional, foram relatadas a articulação com a Emater-Rio, Senar - Serviço Nacional de Atividade Rural-, INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural -, Famesc - Faculdade de Bom Jesus do Itabapoana - e as prefeituras municipais de Bom Jesus do Itabapoana (RJ) e Bom Jesus do Norte (ES). Neste último município, a Cavil é representante da sociedade civil no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS do município (PROATER, INCAPER, 2020).

Como desafios nas estratégias adotadas pela Cavi, para a captação do leite *in natura*, foram relatados: baixa qualidade do produto, dificuldade e custo no transporte e a competitividade em escala regional. Na figura 18 organizamos uma síntese das estratégias fomentadas pela Cavil tanto na captação quanto no escoamento dos seus produtos.

Figura 18: Síntese das estratégias da CAVIL



Org: Autora (2025)

6.4.Cooperativa Macuco

A Cooperativa Macuco, embora a unidade de produção esteja situada em dois municípios - Macuco (região Serrana) e Quissamã (Norte Fluminense), a sua atuação no Noroeste Fluminense é proeminente. as informações foram obtidas de duas maneiras, uma visita técnica com entrevista junto

à gerente de qualidade na unidade de Quissamã e o contato virtual e o preenchimento do roteiro *online* da chefe de divisão de controle de qualidade da matriz (Macuco).

No ano de 1939 a Cooperativa Agropecuária de Macuco é criada, inicialmente, para atender os produtores de café e, na década seguinte, iniciou sua atuação na atividade leiteira com objetivo de promover a produção, a industrialização e a comercialização do leite e seus derivados, bem como outros produtos alimentícios produzidos pela própria cooperativa ou pelos seus cooperados, coordenar serviços de qualquer natureza de seu interesse ou de seus produtores cooperados, inclusive prestando assistência aos mesmo na medida de suas possibilidades, podendo, se necessário à continuidade de suas operações e, por fim, adquirir produtos de não cooperados nos mercados internos e externos.

A unidade industrial da Macuco em Quissamã foi instalada no ano de 2008 na Zona Especial de Negócios (ZEN) do município[12], estrategicamente próxima à BR-101, criada para a instalação de empreendimentos industriais e comerciais, visando o desenvolvimento econômico do município e, no caso da Cooperativa, o objetivo é a produção de soro de leite concentrado e leite em pó.

O quadro total de funcionários da cooperativa é de 231 pessoas, deste 37 trabalham na unidade de Quissamã e 194 em Macuco. A estrutura da cooperativa abarca a diretoria executiva, o conselho fiscal e as equipes técnicas e administrativas para apoiar a execução das atividades diárias, garantindo o cumprimento de suas metas e objetivos. As decisões estratégicas são tomadas de forma coletiva, respeitando os princípios do cooperativismo e visando o crescimento sustentável da cooperativa e o benefício dos cooperados.

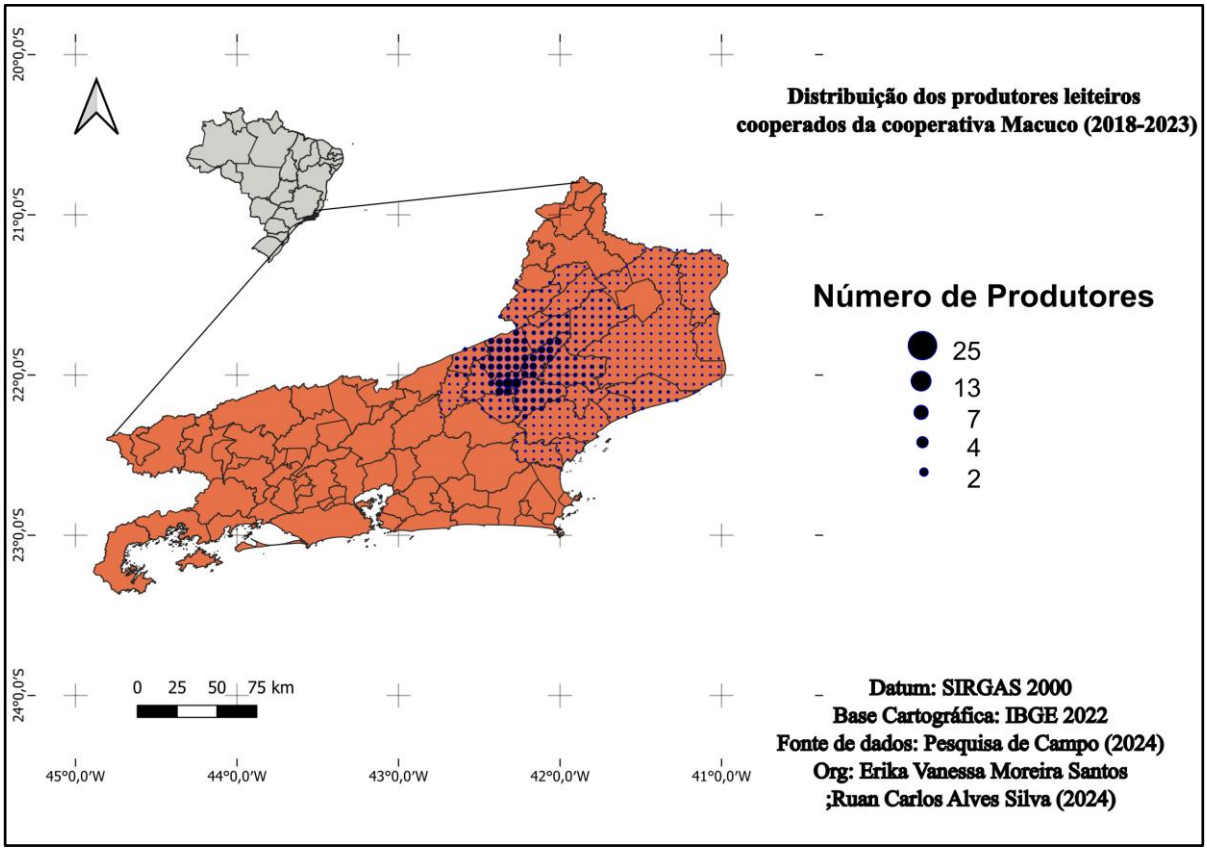
No ano de 2021 a OCB/RIO destacou a Cooperativa Macuco como sendo a cooperativa agropecuária mais rentável do ERJ, com um faturamento de aproximadamente 145 milhões de reais projetando o município de Macuco como a capital estadual do leite (Silva, 2024). A lei n. 7.410 de 2016 de autoria da deputada estadual à época Martha Rocha (PDT)[13] declarou Macuco como a capital do leite no Estado do Rio de Janeiro.

Atualmente (2025) são 1.072 cooperados oriundos de 27 municípios fluminenses (mapa 21) , quais sejam: Aperibé, Bom Jardim, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Cantagalo, Carapebus, Carmo, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Cordeiro, Duas Barras, Italva, Itaocara, Macaé, Macuco, Miracema, Quissamã, Rio das Ostras, Santa Maria Madalena, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra, São José de Ubá, São Sebastião do Alto, Sumidouro e Trajano de Moraes.

[12] https://quissama.rj.gov.br/prefeito-recebe-diretores-da-cooperativa-macuco-para-discutir-novos-investimentos-e-parcerias/

[13] https://jornaldaregiao.com/cooperativa-de-macuco-completa-85-anos/

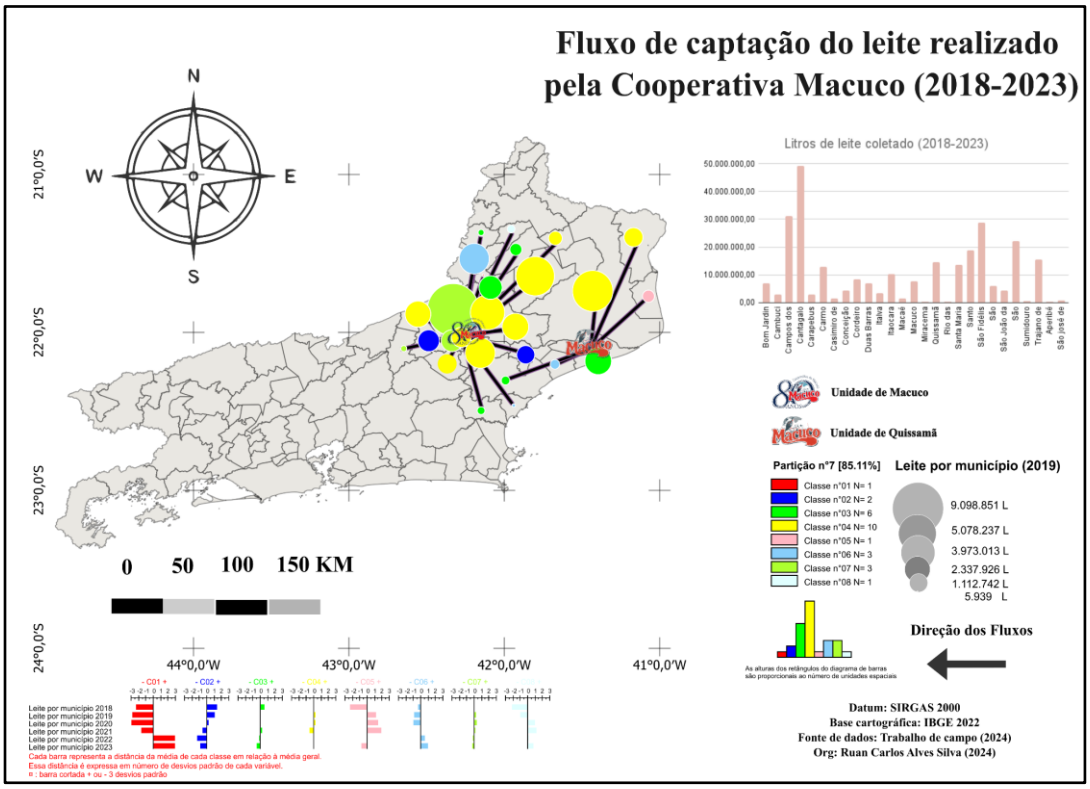
Mapa 21: Distribuição dos cooperados da Macuco (2018-2023).



Org: Silva (2025)

O transporte para a captação do leite *in natura* é feito pela própria cooperativa, à granel, com o planejamento de rotas diárias traçadas entre as unidades de processamento e os postos de recolhimento (Mapa 22), cujo gasto mensal é ao redor de R$ 350 mil reais. Foi relatado, na unidade de Quissamã, o uso de transporte próprio de um produtor do município de São Francisco de Itabapoana, pois na relação custo-benefício era mais custoso a cooperativa utilizar o caminhão próprio do que o cooperado transportar o leite para a unidade de Quissamã.

Mapa 22: Estratégia de captação do leite *in natura* junto aos cooperados da Macuco.



Org: Silva (2025)

No trabalho de Silva (2024) há um detalhamento das estratégias de captação do leite pela Cooperativa Macuco, em termos regionais, ao enfatizar que a unidade Quissamã localizada no Norte Fluminense faz a captação do leite nos municípios da própria região, já a matriz localizada em Macuco, região serrana, recebe o leite *in natur*a das demais regiões fluminenses.

Ao trazer o comparativo da produção total de leite por município (dados da PPM do IBGE, 2022-2023) e o montante destinado à Cooperativa Macuco, Silva; Moreira (2025) mostram que o percentual chegava a 97% (Quissamã). "O leite é coletado na forma 100% granel. A unidade de Quissamã processa 80% do leite que a mesma coleta, os 20% restantes são enviados para a matriz em Macuco. Tanto na Unidade de Macuco quanto em Quissamã o leite que chega à cooperativa é analisado diariamente nos laboratórios internos e, de maneira mensal, em Laboratório da Rede Brasileira de Laboratórios de Controle da Qualidade do Leite - RBQL e em laboratório credenciado pelo MAPA quando a coleta oficial pelo auditor federal (AFFA), além das análises físico-químicas e microbiológicas. Na Macuco a qualidade do leite é valorizada e o produtor recebe um adicional no valor do litro (atualmente cada litro de leite recebe R$ 2,60[14]) para incentivar a qualidade do produto e o aumento da produção em períodos de estiagem, ou seja, há o pagamento mensal por cota e extra

[14] Referência - Janeiro de 2025.

cota. Em 2014 a Cooperativa realizou o leilão de 250 animais destinados à produção de leite com prazo de 36 meses para pagamento[15].

Para se integrar como cooperado, é realizada uma análise na admissão, considerando o volume de leite produzido, a distância da propriedade em relação à linha de coleta e o acesso à propriedade. Não existe uma cota de participação fixa, pois os valores são definidos e aprovados, anualmente, nas assembleias. Além do leite captado junto aos cooperados, a instituição adquire produto i*n natura* de produtores não cooperados, sendo relatada a aquisição, de maneira pontual, de leite da Capil Itaocara e da empresa Quatá.

Assim como relatado pela Cavil, a Macuco também tem redução do ICMS com a aquisição de leite de produtores fluminenses do Programa Rio Leite. Desde 2020, a cooperativa integra o Programa do Governo Federal Mais Leite Saudável com a possibilidade de deduzir até 50% dos créditos presumidos do PIS/Pasep e da COFINS sobre a compra do leite *in natura* utilizado como insumo de derivados lácteos. A contrapartida envolve a obrigatoriedade da Cooperativa em investir, no mínimo, 5% do valor dos créditos fiscais em projetos que beneficiem os produtores de leite. Em ambas unidades, constatamos uma forte articulação das Cooperativas com as prefeituras municipais - Macuco e Quissamã-. Em Macuco, por exemplo, o concurso leiteiro é organizado, anualmente, junto à Festa Agropecuária Municipal, pela Cooperativa e a Prefeitura Municipal.

Ocorre mensalmente o processamento de 3.790.667 litros de leite nas duas unidades industriais - Macuco e Quissamã - e o portfólio é diversificado com a fabricação de 29 tipos de produtos: queijo minas frescal, queijo minas padrão comum e zero lactose, queijo prato, queijo coalho, queijo meia cura, queijo muçarela (Figura 19), muçarela aperitivo, provolone, requeijão cremoso comum e light, requeijão tablete, mistura de requeijão e amido culinário sabores tradicional e cheddar, creme de ricota comum e zero lactose, ricota, cottage comum e zero lactose, manteiga extra com sal comum e zero lactose, manteiga sem sal, doce de leite, leite UHT (integral, semidesnatado, desnatado e zero lactose), leite pasteurizado integral (saquinho), bebida láctea sabor chocolate UHT, bebida láctea fermentada (sabores morango, ameixa, pêssego, salada de fruta, coco), iogurte três zeros (sabores morango e tradicional).

[15] https://jornaldaregiao.com/cooperativa-de-macuco-entre-as-maiores-do-agronegocios-no-brasil/

Figura 19: Produção de queijo muçarela e prato na Cooperativa Macuco (unidade Quissamã)



Fonte: Pesquisa de Campo

Os resíduos gerados na agroindústria são tratados na estação própria, com o reuso da água tratada e a produção de matéria orgânica sólida como adubo na jardinagem das instalações da cooperativa.

Figura 20: Parte externa da Cooperativa Macuco na unidade Quissamã.



Fonte: Pesquisa de Campo

No decorrer dos anos 2000, a Macuco estabeleceu a estratégia de comercializar seus produtos com a instalação de pontos de vendas próprios denominados de leiterias nos seguintes municípios: Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena (Figura 21), Macuco, Quissamã e São Fidélis, com a finalidade de divulgar os produtos da cooperativa. Nas lojas próprias há a venda de produtos com a sua logo e de outras agroindústrias regionais, além de funcionar uma pequena cafeteria. Embora tenha aprovação do Serviço Inspeção Federal (SIF), os produtos são comercializados basicamente nas regiões fluminenses - Região Serrana, Região dos Lagos, Noroeste e Norte do Estado e Região Metropolitana, pois segundo a respondente, a produção da cooperativa ainda seria insuficiente para a

abrangência nacional. Diferentemente do transporte do leite *in natura* dos postos de coleta para as unidades processadoras, os produtos lácteos industrializados são transportados por empresas terceirizadas, não sendo possível verificar os motivos por esta estratégia e os custos.

As redes varejistas Pão de Açúcar, Rede Carone (capixaba) e Atacadão têm contratos firmados com a Cooperativa para a entrega semanal de produtos, também foi relatada a venda para a rede carioca Guanabara com supermercados na região metropolitana do Rio de Janeiro. Uma meta aventada pela respondente foi a criação de redes de comercialização e parcerias estratégicas para ampliar o mercado dos produtos, inicialmente, no território fluminense. Em uma reportagem de 2014[16], o presidente da Cooperativa, à época, mencionou que uma estratégia de comercialização era aumentar o número de promotores de venda e supervisores com o fito de alcançar mercados promissores, não detalhando quais e onde.

Figura 21: Loja de venda de produtos da Cooperativa Macuco em Santa Maria Madalena, RJ, instalada em 2019.



Fonte: Pesquisa de Campo

Como metas, forma mencionados, os investimentos na linha sem lactose e a ampliação da produção de soro do leite concentrado para escoar como matéria prima para outras indústrias de alimentos, como o laticínio Bela Vista, que fabrica a marca Piracanjuba, instalado no município fluminense de Três Rios.

Em termos de inovação, foram relatadas as ações voltadas à sustentabilidade com a implementação de práticas sustentáveis tanto na parte agroindustrial, como a instalação de uma

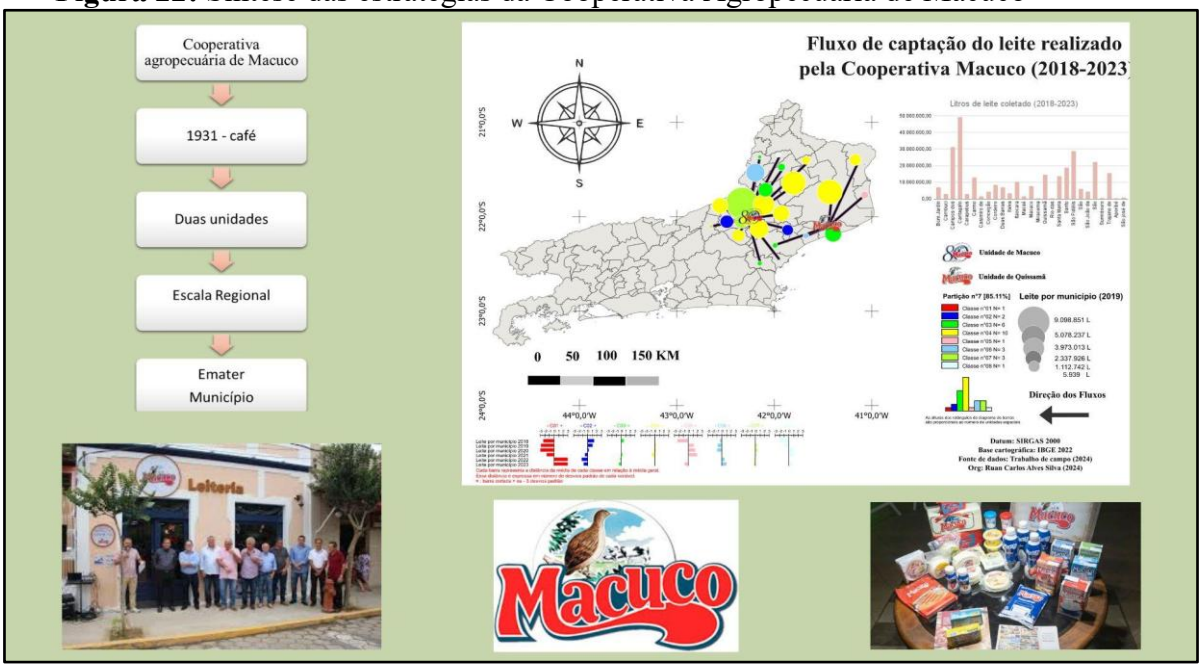
[16] https://jornaldaregiao.com/cooperativa-de-macuco-entre-as-maiores-do-agronegocios-no-brasil/

estação própria de tratamento de água e esgoto, investimentos em energia renovável (a cooperativa possui uma Usina Hidroelétrica), redução de desperdícios e reaproveitamento de subprodutos do leite, quanto na parte da produção de leite com vistas a capacitação dos cooperados em relação às práticas de manejo, nutrição e qualidade do leite. O uso de tecnologia para melhoramento genético do rebanho, a adoção de padrões de qualidade com o controle sanitário mais rigoroso e o desenvolvimento de produtos diferenciados e de maior valor agregado foram citados como estratégias de inovação.

A Cooperativa tem parceria com o Serviço Nacional Rural - SENAR - e instituições de Ensino Superior, não especificando quais unidades e tampouco os cursos. Foi mencionado como desafio a falta de política pública e a estratégia da cooperativa é a atuação junto a órgãos governamentais para defender os interesses do setor leiteiro fluminense.

Em síntese, a Figura 22 apresenta como a Macuco tem suas capilaridades regionais distribuídas nas diferentes regiões fluminenses e com o aumento não apenas do portfólio de produtos, mas do patrimônio.

Figura 22: Síntese das estratégias da Cooperativa Agropecuária de Macuco



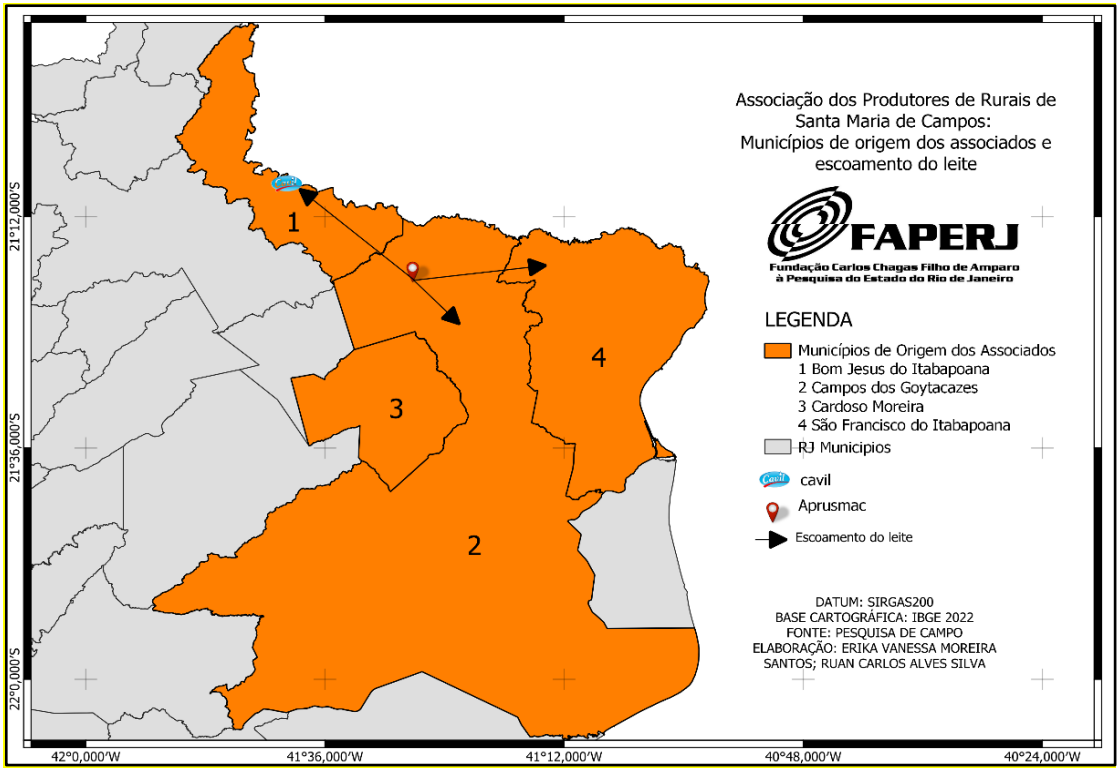
Org: Autora (2025)

6.5.APRUSMAC

Embora não estivesse no plano inicial da pesquisa, entrevistamos o presidente da Associação dos Produtores Rurais de Santa Maria de Campos, via formulário virtual, cuja principal atividade é a produção leiteira. A associação foi criada em 1999 com o objetivo de apoiar os produtores rurais tanto na capacitação técnica quanto no gerenciamento financeiro e abarca 345 produtores associados oriundos de Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Francisco do Itabapoana e Bom Jesus do

Itabapoana (mapa 23). Segundo o respondente da pesquisa, o ingresso na associação depende do preenchimento da ficha sanitária e a Inscrição Estadual de Produtor emitida pela Secretaria estadual da Fazenda (SEFAZ). A contribuição não envolve cota, mas não foi explicitado qual sistema é adotado na organização econômica da associação.

Mapa 23: Origem dos Associados da APRUSMAC



Org: Silva (2024)

A coleta do leite *in natura* é feita por meio de empresa terceirizada contratada. Camilo (2018) abordou em seu trabalho sobre a atividade econômica do leite na região sul do Brasil a presença do chamado freteiro[17], responsável pelo transporte do leite fluido para as agroindústrias processadoras. A Aprusmasc não processa derivados lácteos, todavia, uma das metas estabelecidas é a implementação de uma agroindústria, em parceria com uma das empresas compradoras do leite, visando a produção de queijo minas, iogurte, requeijão em barra e requeijão em copo.

Em relação às políticas públicas, foram realizados Termos de Cessão (CSS) de um trator, equipamentos agrícolas, tanque de resfriamento de leite, gerador de energia junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária de Campos dos Goytacazes (https://campos24horas.com.br/noticia/566855). A associação também fornece leite junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, não especificando para qual município.

[17] Expressão usada por Camilo (2018).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da pesquisa desenvolvida no âmbito do estágio de Pós Doutorado em Geografia, entre agosto de 2024 e agosto de 2025, apresentamos um panorama das estratégias territoriais das Cooperativas Agropecuárias de Leite instaladas ou que atuam na Região Noroeste Fluminense. A partir da sistematização das informações e dos dados, constatamos que estas organizações coletivas apresentam características particulares, sobretudo na relação espaço-tempo em que foram criadas, enquanto a Macuco, Capil e Cavil foram fundadas em tempos pretéritos para reforçar as negociações no escoamento do leite fluido para os laticínios e, consequentemente, angariar melhor retorno monetário aos produtores, a Copafi tem sua instalação recente com objetivo de não apenas captar, mas processar derivados lácteos. A origem do capital das cooperativas pesquisadas é oriunda dos aportes financeiros dos cooperados e sua atuação ocorre na escala regional.

As análises evidenciam a relevância do tema investigado, bem como as contradições e desafios que emergem do contexto estudado. Observamos que, embora os objetivos iniciais tenham orientado a coleta e a sistematização das informações, nem sempre foi possível estabelecer uma correspondência direta entre os objetivos e os resultados obtidos. Por exemplo, o quarto objetivo "Apreender as inter-relações existentes entre as cooperativas e os produtores cooperados e não cooperados e as estratégias adotadas do ponto de vista da logística de transporte, com a atuação dos freteiros e empresas especializadas na captação do leite", não foi plenamente atingido em virtude da ausência de entrevista junto aos responsáveis no transporte do leite e também junto aos cooperados, pois são mais de 2.300 produtores vinculados às cooperativas pesquisadas. Diante do tempo curto para a aplicação de questionários junto aos cooperados e a aprovação no CEP não alcançamos o objetivo, mas colocamos como meta para as próximas pesquisas.

Em relação aos aspectos comuns, constatamos, a exigência documental do produtor, o compromisso na entrega do leite, o acesso às políticas públicas, a articulação com as prefeituras municipais, o apoio da Emater-Rio e estratégias voltadas para a diversificação do portfólio de produtos processados. A escala de comercialização é distinta, enquanto a Copafi tem a aprovação do Serviço de Inspeção do CIDENNF (regional), as demais podem escoar sua produção em nível federal (SIF). Ao mesmo tempo, todas têm um elemento comum, é a meta de aumentar a produção dos derivados lácteos, mas dependem da captação cada vez mais de leite *in natura.*

Com a pesquisa evidenciamos que a baixa produção de leite *in natura* é o grande desafio para as cooperativas e decorre de dois fatores: 1) os produtores de leite não têm recursos monetários para investir na compra de semoventes (vacas), melhoramento genético, infraestrutura e melhores pastagens e 2) as políticas públicas são voltadas, majoritariamente, para o processamento e não para fomentar a produção.

As políticas públicas, tanto no nível federal quanto no estadual, são marcadas por falta de compatibilidade e pela seletividade dos recursos que excluem os pequenos produtores, pois exigem muitos trâmites burocráticos e inviabilizam o acesso aos recursos públicos. Outrossim, as facilidades impostas para a captação de leite de outros estados da federação também geram insatisfação dos produtores, sobretudo os familiares, cuja renda é relativamente baixa se comparada aos produtores capitalizados.

O programa de redução de ICMS para a produção de leite e agroindustrialização de lácteos no ERJ é direcionado, *grosso modo*, às cooperativas que processam derivados lácteos, agroindústrias e laticínios, sendo mencionado na pesquisa de campo. O Programa Mais Leite Saudável também foi citado pela Cooperativa Macuco como uma política fiscal importante ao reduzir a cobrança do ICMS. Na escala local, as estratégias políticas são voltadas à doação de áreas para instalação industrial, como a Macuco em Quissamã e a Cavil em Bom Jesus do Itabapoana.

Os resultados obtidos revelam avanços significativos em determinados aspectos, mas também apontam limites estruturais que precisam ser considerados. A análise ampla da atividade leiteira no território fluminense envolve um conjunto de agentes, públicos e privados, entretanto não tivemos fôlego para incorporar outras frentes, em especial a perspectiva a partir dos cooperados. Tal lacuna é uma expectativa para o desenvolvimento de novas e desafiadoras pesquisas.

Este relatório contribui para o debate acadêmico e para a formulação de políticas ao indicar tanto as conquistas quanto as fragilidades da atividade leiteira no território fluminense. Mais do que conclusões definitivas, os resultados e as discussões realizados devem ser compreendidos como subsídios para pesquisas futuras, capazes de aprofundar os aspectos não plenamente respondidos e de propor novos caminhos para a superação dos desafios identificados.

8. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Bruno; BINSZTOK, Jacob. Considerações sobre a tecnologia das embalagens cartonadas na cadeia produtiva de leite no Brasil: do local ao global. In. GOMES, Ingrid A. (org.). **A produção do conhecimento.** Ponta Grossa: Atenas, 2018, p. 107-122. [e-book].

ALFREDO, Anselmo. Modernização e reprodução crítica: agroindústria do leite e contradições do processo de acumulação. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 24, p. 63 - 108, 2008.

ARROYO, Monica. A economia invisível dos pequenos. In. DANTAS, Aldo; ARROYO, Monica; CATAIA, Marcio (org.). **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção:** um diálogo com a teoria de Milton Santos. Natal: Sebo Vermelho, 2017, p. 53-62.

ASSOCIAÇÃO BRASLEIRA DE INDÚSTRIA DE LEITE LONGA VIDA. **Relatórios anuais de administração.** São Paulo: ABILV, vários anos [publicações digitais]. Disponível em https://ablv.org.br/o-setor/relatorio-ablv/

AZEVEDO, Paulo Furquim; POLITI, Ricardo Batista. Concorrência e estratégias de precificação no sistema agroindustrial do leite. **RESR,** Piracicaba, SP, vol. 46, nº 03, p. 767-802, jul/set 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/X3f57KsDyCsxsv7PrBdvHcM/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 20 de ago de 2025.

BARRA MANSA. Cooperativa Barra Mansa. 2025. Disponível em http://leitebarramansa.coop.br/

BELIK, W. **Agroindústria processadora e política econômica.** 1992. Tese (Doutorado em Economia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

BELUZZO, Diane. **A cooperativa CVale e as perspectivas dos produtores integrados à agroindústria em Palotina PR**. 2007. 112f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá, 2007.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Economia e gestão de organizações cooperativas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRAGA, Rhalf Magalhães. **Interações espaciais:** o caso da empresa Glória/ Parmalat em Itaperuna (RJ). Dissertação (Mestrado em Geografia). 2006. 127f. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

BRAGA, Rhalf Magalhães. Gestão do território: o caso da empresa Glória em Itaperuna, RJ (1690-2003). MARAFON, Glaucio J.; RIBEIRO, Miguel A. (org.). **Revisitando o território fluminense II.** Rio de Janeiro: Gramma/Faperj, p. 287-304, 2008.

BRASIL. **Cadeia Agroindustrial do Leite -** Diagnóstico de fatores e limitantes à competitividade. 2018. 167f. Brasília: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

CAMILO, Jonas**. A dinâmica geoeconômica da comercialização, logística e transporte da cadeia produtiva do leite na região sul do Brasil**. 2018. 346 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em < https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_74845ffbca8bffcef98ce08068af661f > Acesso em: 20 de jul de 2024.

CAMPOS24HORAS. Agricultura e APRUMAC: cooperação técnica para beneficiar produtores rurais. 31 de out. 2024. Disponível em https://campos24horas.com.br/noticia/566855

CHAGAS, Samara Venina S. **O Programa Rio Rural no município de Italva-RJ**. Dissertação (Mestrado em Geografia), 2023. Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2023.

CLEMENTE, Evandro César; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Reestruturação da cadeia produtiva do leite: a especialização do produtor é a solução? **Campo-Território:** Revista de Geografia Agrária, v. 4, n. 8, p. 180-211, ago. de 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. I Workshop de Geociências da UFRJ. 1992, **Anuário UFRJ**. p. 35-41. Disponível em https://revistas.ufrj.br/index.php/aigeo/issue/view/504

CORRÊA, Roberto Lobato**.** Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007, p. 62-72.

CRUZ, José Luiz Vianna da. Os desafios do Norte e do Noroeste Fluminenses frente aos grandes projetos estratégicos. **Vértices**, v. 9, n. 1/3, jan./dez. 2007, p. 43-50.

DEUS, Fagner Oliveira de. **Governança corporativa, internacionalização e *off shore companies:*** o caso Parmalat. 2006. 152f. Dissertação (Mestrado em Administração), Programa de Pós-Graduação em Administração e Gestão de Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMATER-RIO. Relatório anual de atividade 2021. Disponível em: https://www.rj.gov.br/emater/node/188 Acesso em: 28 de jun. 2025.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMATER-RIO. Relatório anual de atividade 2022. Disponível em: https://www.rj.gov.br/emater/node/188 Acesso em: 28 de jun. 2025.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

GALAN, Valter Bertini. **Formas de governança e o cooperativismo de leite no Brasil:** uma análise de setor de caso e incentivos. Dissertação (Mestrado em Economia). 2000. 144f. Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GIRARDI, Eduardo. **Manual de utilização do programa Philcartor**. [s.l.]: [s.n.], 2007

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: Unicamp, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE-. Censo Agropecuário de 2006. Disponível em https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE-. Censo Agropecuário de 2017. Disponível em https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE-. Censo Demográfico. 2022. Disponível em https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE-. Pesquisa Trimestral do Leite. Vários anos. 2025. Disponível em https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/lt-pesquisa-trimestral-do-leite-leite

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE-. Pesquisa Pecuária Municipal. Vários anos. Disponível em https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE-. Pesquisa Agrícola Municipal. Vários anos. Disponível em https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas

MADANÊLO, Daniela Helena V de Lima; SILVA, Eduardo Sol Oliveira da; BRAGA, Ralph Magalhães. Considerações sobre a região noroeste fluminense. **Geouerj - Revista do Departamento de Geografia,** UERJ, RJ, n. 12, p. 105-114, 2º. semestre de 2002.

MADANÊLO, Daniela Helena. O complexo agroindustrial da pecuária leiteira no estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo (org.). **Revisitando o território fluminense II**. Rio de Janeiro: Gramma, 2008, p. 7-16.

MARAFON, Glaucio J. Industrialização da Agricultura e Formação do Complexo Agroindustrial no Brasil. **Geo UERJ - Revista do Departamento de Geografi**a, n. 3, p. 7-21, junho de 1998.

MARINHO, ISIS. Processo de regionalização do noroeste fluminense. **Revista Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 13, n. 2, págs. 78-93, jul-dez 2017.

MARTINS, Paulo do C *et al.* **O futuro do cooperativismo de leite**. Juiz de Fora: Embrapa Leite, 2004.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial:** do complexo à organização em rede**.** São Paulo; Edunesp, 2000.

MILKPOINT. Parmalat lança leite UHT com a marca Glória. 2004. Disponível em https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/parmalat-lanca-leite-uht-com-a-marca-gloria-21634/

MILKPOINT RJ: colegiado administrará unidade da Parmalat em Itaperuna. 2004.Disponível em https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/rj-colegiado-administrara-unidade-da-parmalat-em-itaperuna-17861/

MILKPOINT. RJ: fornecedores da Parmalat em Itaperuna recebem pagamento em produtos. 2004. Disponível em https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/rj-fornecedores-da-parmalat-em-itaperuna-recebem-pagamento-em-produtos-18181/

MILKPOINT. Rio de Janeiro quer produzir 1 bilhão de litros/ano até 2015. 2011. Disponível em https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/rio-de-janeiro-quer-produzir-1-bilhao-de-litrosano-ate-2015-71766/

MILKPOINT. RJ: Quatá deve faturar mais de R$ 400 milhões em 2012. 2012. Disponível em https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/rj-quata-deve-faturar-mais-de-r-400-milhoes-em-2012-80483/

MILKPOINT. Rio de Janeiro ganha mais uma indústria láctea em setembro. 2012. Disponível em https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/rio-de-janeiro-ganha-mais-uma-industria-lactea-em-setembro-80262/

MILKPOINT. Brasil leiteiro de Sul a Norte - Rio de Janeiro e Espírito Santo. 2014. Disponível em https://www.milkpoint.com.br/artigos/espaco-aberto/brasil-leiteiro-de-sul-a-norte-rio-de-janeiro-e-espirito-santo-90260/

MILKPOINT. Pasteurização e UHT: quais são as diferenças? 2021. Disponível em https://www.milkpoint.com.br/artigos/industria-de-laticinios/tratamentos-termicos-na-industria-de-laticinios-226430/

MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. Programa mais leite saudável. 2025. Disponível em https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/producao-animal/programa-mais-leite-saudavel

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. Selo Arte. 2025. Disponível em https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/producao-animal/selo-arte-selo-queijo-artesanal

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. Cadastro Nacional de Produtos Artesanais - CNPA. 2025. Disponível em https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/producao-animal/selo-arte-selo-queijo-artesanal/cadastro-nacional-de-produtos-artesanais-cnpa

MORAES, Bruna M. Machado; BRENDER FILHO, Reisoli. Mercado Brasileiro de Lácteos: análise do impacto de políticas de estimulo à produção. **RERS**, Piracicaba, v.55, n. 04, p. 783-800, out. a dez. de 2017.

MOREIRA SANTOS, Erika Vanessa; CHAGAS, Samara Venina Silva de A.; SILVA, Marco Túlio Morais Velasque. O Noroeste Fluminense e a atividade leiteira: desafios para a agricultura familiar. In: SILVA, Marcelo Werner da; RAMOS, Tatiana Tramotani; RIBEIRO, Daniel de Albuquerque (org.). **Pesquisas socioespaciais e ambientais**. São Carlos: Editora Cubo, 2021. p. 146-162. Disponível em: https://doi.editoracubo.com.br/10.4322/978-65-86819-10-6.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária.** São Paulo: Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura e indústria no Brasil. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 5, n. 10 Ago., p. 5–64, 2010.

OLIVEIRA, Floriano Godinho de. **Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Anuário do cooperativismo fluminense 2021.** Rio de Janeiro. Disponível em < https://rio.coop/cooperativismo/biblioteca/ > Acesso em: 17 dez 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Anuário do cooperativismo fluminense 2022**. Rio de Janeiro. Disponível em < https://rio.coop/cooperativismo/biblioteca/ > Acesso em: 19 nov 2023.

PALENCIA, Natália Polanco. Complexo Agroindustrial do Leite no Brasil: Indicadores socioeconômicos, adoção de tecnologias e transformações nas últimas décadas. **Revista de Economia do Centro-Oeste,** Goiânia, v.2, n.2, p. 55-72, 2016.

PANZUTTI, Ralph. O caráter da agroindústria cooperativa e suas especificidades. **Revista Pensamento e Realidade**, ano 2, nº 5/99, fev. 2012, p 54-78.

PAULON, Eduardo G. A construção de uma cartografia geográfica crítica. **Revista Geográfica de América Central**, 2011, 17p. Disponível em https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2019/1918

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

PORTAL FLUMINENSE. **Região do Alto Noroeste Fluminense entra no mapa dos cafés especiais.** 30 de julho de 2025 [online]. Disponível em https://portalfluminense.com.br/2025/07/30/regiao-do-alto-noroeste-fluminense-entra-no-mapa-dos-cafes-especiais/. Acesso em 01 de agosto de 2025.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 29.042 de 27 de agosto de 2001.** Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 15 set. 2001. Seção 1, p. 1. Disponível em https://legislacao.fazenda.rj.gov.br/wcc/?web_id=81731.

RIO DE JANEIRO. **Decreto n.º 44.480 de 21 de novembro de 2013.** Disponível em https://legislacao.fazenda.rj.gov.br/wcc/?web_id=WCC219456

RIO DE JANEIRO. **Parecer normativo n.° 001, de 03 de outubro de 2016.** Disponível em https://legislacao.fazenda.rj.gov.br/wcc/?web_id=WCC316912

RIO DE JANEIRO. Cadernos Regionais – **Desenvolvimento Socioeconômico 2007/2014 do Noroeste Fluminense, 2**017. Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico. Niterói: Imprensa Oficial do Rio de Janeiro.

ROCHA, Daniella Guedes. **Da favela ao conjunto: a trajetória da CCPL entre remoção e a urbanização.** 2016. 254 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais), Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Faculdade Getúlio Bargas, Rio de Janeiro, 2016.

SERRA, Elpídio. O cooperativismo híbrido e suas formas de atuação no Paraná. **Revista de Geografia Agrária**, São Paulo, n. 8, p.4-22, 2008.

SERRA, Elpídio. A participação do Estado na Formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil. **Revista de Geografia Agrária:** Campo e Território, Maringá/PR, v. 16, n. 8, p.6-37, ago.2013.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO RIO DO JANEIRO SEBRAE. **Painel regional – Noroeste Fluminense**, Rio de janeiro: SEBRAE, 2016.

SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da. Gestão e território: o caso da empresa Fleischmann & Royal no noroeste fluminense. **Revista Território,** ano II, n. 2 3, jul./dez. 1997, p. 53-75.

SILVA, Ruan Carlos Alves. **As estratégias territoriais da Cooperativa Agropecuária Macuco no estado do Rio de Janeiro (2018 - 2023).** 2024. Monografia (Bacharelado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2024.

SILVA, R. C. A.; MOREIRA, E. V. As capilaridades territoriais da cooperativa regional Agropecuária Macuco nas regiões fluminenses**. Petróleo, Royalties e Região. Edição Especial - Neoliberalismo, desenvolvimento e desigualdades regionais: desafios, resistência e formas de enfrentamento,** 2025, UCAM, 18p. Disponível em

SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE LATICINIOS – SINDLAT. Atualização do Diagnóstico da Cadeia Láctea no estado do Rio de Janeiro –2023/2024. Disponível em

SISTEMA FIRJAN, **Retratos regionais da região Noroeste,** 2015.

SORJ, Bernardo**. Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SOUZA, Joel José. **O complexo agroindustrial de laticínios no Brasil: o caso da Região Sul.** 2014. 289f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

VIEIRA, Alba de Souza. **Estratégias de reprodução social e econômica dos agricultores inseridos no Assentamento da Fazenda Experimental de Italva-RJ.** 2023. 110f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2023.

WILKINSON, John. O setor de lácteos no Brasil no contexto da globalização. In: LIMA, Eli n; DELGADO, Nelson Giordano; MOREIRA, Roberto José (org.). **Mundo rural:** configurações rural-urbanas – poderes e políticas. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 353-371.

WILKINSON, John. **O mundo dos alimentos em transformação.** Curitiba: Appris, 2023.

YOUNG, Carlos E. Frickmann; AGUIAR, Camilla; POSSAS, Elisa. Perdas Econômicas dos Desastres Climáticos no Estado do Rio de Janeiro, 2001-2010**. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense,** Rio de Janeiro, n. 5, p. 19–30, 2014. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/14228. Acesso em: 01 ago. 2025.

Sites consultados

https://cidennf.com.br/
https://firjan.com.br/
https://portal1.iff.edu.br/
https://rio.coop/

https://www.gov.br/agricultura/pt-br/
https://www.gov.br/mda/pt-br
https://www.rj.gov.br/agricultura/
www.abnt.org.br
www.econodata.com.br
www.emater.rj.gov.br
www.fazenda.rj.gov
www.firjan.com.br
www.microbacias.rj.gov.br/
www.ocb.org.br
www.senar-rio.rj.gov
www.sidra.ibge.gov.br
www.sistema.faerj.gov

9.RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. Atividade de Docência (PPGG)

Foi ministrada entre 01 a 04 de abril de 2025, na modalidade presencial, de maneira compartilhada com o supervisor Prof. Dr. Antônio Nivaldo Hespanhol, a disciplina T*ópico Especial: Geografia da Alimentação e Agriculturas* junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP Durante as aulas foram debatidos temas como relação entre o alimento e poder político, fome, Segurança e Soberania Alimentar, Agricultura urbana, periurbana e de base ecológica, os circuitos curtos de comercialização, os espaços de solidariedade da alimentação e, por fim, a relação entre o alimento e o consumo. Os Papers finais produzidos pelos discentes para fins de avaliação articularam os textos debatidos durante a disciplina com os temas de suas pesquisas, com ênfase na agroecologia, na agricultura urbana e nas políticas públicas.

2. Atividade de extensão e inovação social

No mês de outubro ocorreu a XVI Mostra de Extensão UENF, UFF, IFF e UFRRJ, nas dependências da Universidade Estadual do Norte Fluminense, entre 21 a 24 de outubro de 2024.

Além de compor a comissão organizadora representando a UFF houve a participação no sistema de avaliação dos resumos no sistema Even3 e das apresentações na modalidade banners.

Resumos simples

FERREIRA, L. M. ; RIBEIRO, J. H. A.; RODRIGUES, J. ; RODRIGUES, B. L. D. V.; MOREIRA, E. V. Horta e Agroecologia na Escola Municipal Pequeno Jornaleiro, Campos dos Goytacazes, RJ. **XVI Mostra de Extensão UENF, UFF, IFF e UFRRJ,** 2024, Campos dos Goytacazes. Brasil e suas diversidades. Campos dos Goytacazes: UENF, 2024.

SILVEIRA, V. R. V; KRISTOSCH, G. C.; MOREIRA, E. V. AGROECOLOGIA COMO INTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE LIVROS INFANTIS GRATUITOS. **XVI Mostra de Extensão UENF, UFF, IFF e UFRRJ**, 2024, Campos dos Goytacazes. Brasil e suas diversidades. Campos dos Goytacazes: UENF, 2024.

RIBEIRO, O. G. S. ; MOREIRA, E. V; KRISTOSCH, G. C. ; SANTOS, M. J. INVENTÁRIO E PLANEJAMENTOS NA BIO-HORTA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES RJ. **XVI Mostra de Extensão UENF, UFF, IFF e UFRRJ**, 2024, Campos dos Goytacazes. Brasil e suas diversidades. Campos dos Goytacazes: UENF, 2024.

Premiação

Orientadora do 1. lugar no eixo Educação do trabalho AGROECOLOGIA COMO INTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE LIVROS INFANTIS GRATUITOS apresentado pela aluna Vitória Rego Vollú Silveira na XVI Mostra de Extensão UENF, UFF, IFF e UFRRJ.

Orientadora do 2. lugar no eixo Trabalho do resumo INVENTÁRIO E PLANEJAMENTOS NA BIO-HORTA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES RJ apresentado pela aluna Olívia Gomes da Silva Ribeiro na XVI Mostra de Extensão UENF, UFF, IFF e UFRRJ.

Artigos Publicados

SOARES, Edmilson Campos; MOREIRA, Erika Vanessa . A cidade-empresa e a gestão das tensões espaciais. **REVISTA CERRADOS (UNIMONTES)**, v. 22, p. 270-293, 2024.

SILVA, R. C. A.; MOREIRA, E. V. As capilaridades territoriais da cooperativa regional Agropecuária Macuco nas regiões fluminenses**. Petróleo, Royalties e Região. Edição Especial - Neoliberalismo, desenvolvimento e desigualdades regionais: desafios, resistência e formas de enfrentamento,** 2025, UCAM, 18p. ISSN: 1980-6310

SILVA, Alinne Silva e; SANTOS, Erika Vanessa Moreira; SANTOS, Maria Carla Barreto. As sobreposições de ÁREAS nos Cadastros Ambientais Rurais do Município de São Fidélis, RJ. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 27, n. 1, p. 226–244, 2025. DOI: 10.70261/er.v27i1.74928. Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/74928.

Artigos aprovados para publicação

VIEIRA, Alba de Souza; MOREIRA SANTOS, Erika Vanessa. Estratégias de Reprodução Social e econômica dos agricultores familiares do Assentamento da Fazenda Experimental de Italva. **Revista Entrelugar,** UFGD, 2025.

GUTERMAN, G. C.; SANTOS, E. V. M.; MOREIRA, E. V. Resistência e resiliência: a importância da Feira da Agricultura Familiar de Armação dos Búzios, RJ**. REVISTA GEOGRAFARES**, 2025.

Foram submetidos artigos para avaliação nos seguintes periódicos nacionais

1. Revista Geografares, 2025.
2. Revista Okara, 2025.
3. Revista GeoAtos, 2024 (fase de revisão requerida)

4. Revista Interfaces, 2025.
5. Revista Tamoios, 2025.

Capítulos de livros aprovados para publicação

1. SILVA, M. T. M. V; MOREIRA, E. V. Mapeamento da dinâmica agropecuária no noroeste fluminense no século XXI. In: SANTOS, L. B.; OLIVEIRA, E. L.; SILVA, D. C. G. (org**). II WORKSHOP ATLAS SOCIOECONÔMICO DO NORTE FLUMINENSE,** 2025, Curitiba: Appris, [e-book], 26p.

2. SILVA, R. C. A.; MOREIRA, E. V. Políticas de incentivo do estado do Rio de Janeiro e seus desdobramentos no setor agroindustrial do noroeste fluminense (2005-2020) . In: SANTOS, L. B.; OLIVEIRA, E. L.; SILVA, D. C. G. (org). **II WORKSHOP ATLAS SOCIOECONÔMICO DO NORTE FLUMINENSE,** 2025, Curitiba: Appris, [e-book], 27p.

3. VALENTE, Helena Cristina Moreira; MOREIRA SANTOS, Erika Vanessa. Da Geografia Médica à Geografia da Saúde: do meio natural ao meio técnico - científico - informacional. In: SILVA, Camilla Soares; RIBEIRO, Daniel de Albuquerque; SILVA, Marcelo Werner; MARTINS, Maria Carla Santos; ABRATE JUNIOR, Ricardo Luigi (org.). **Os Desafios da Geografia Brasileira:** A dialética espaço-tempo e as relações sociedade-natureza. PPG/UFF/Campos, 2025. 16p.[e-book ainda em fase de editoração]

Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)

MOREIRA, E. V.. As cooperativas de leite no território fluminense: redes e estratégias no cenário atual. **VIII CBG Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 2024, São Paulo. AGB 90 anos: geo-grafando para construir o Brasil. São Paulo: AGB, 2024. v. 1. p. 1-12.

SILVA, R. C. A. ; MOREIRA, E. V. . As cooperativas agropecuárias fluminenses: Estudo das estratégias territoriais da Cooperativa Macuco (2000-2022). **VIII CBG Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 2024, São Paulo. AGB 90 anos: geo-grafando para construir o Brasil. São Paulo: AGB, 2024. v. 1. p. 1-12.

Resumos Simples

MOREIRA SANTOS, Erika Vanessa; HESPANHOL, Antonio Nivaldo; SILVA, Ruan Carlos Alves. A atividade leiteira e o papel do Estado: reflexos nas cooperativas agropecuárias fluminenses. **XX**

Encuentro de Geografías de América Latina y el Caribe, 2025, UNAM, Ciudad de México, México.

NOVAES, Ana Cristina Lima; MOREIRA SANTOS, Erika Vanessa. As Estratégias de reprodução econômica e social das agricultoras do Assentamento Rural Dandara dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ. **XVII CONFICT/CONPG**. Campos dos Goytacazes: UENF, 2025.

SILVEIRA, Vitoria Rego Vollu; MOREIRA SANTOS, Erika Vanessa. Materiais infantis, inovação e justiça social: divulgação de livros gratuitos sobre agroecologia, agricultura familiar e saberes tradicionais através das redes sociais**. XVII CONFICT/CONPG**. Campos dos Goytacazes: UENF, 2025.

SILVA, Marco Túlio Velasquez; MOREIRA SANTOS, Erika Vanessa. Cafeicultura e comércio justo no Sul do Espírito Santo no século XXI**. XVII CONFICT/CONPG**. Campos dos Goytacazes: UENF, 2025.

MOREIRA SANTOS, Erika Vanessa; SILVA, Ruan Carlos Alves. Estratégias Territoriais da Cooperativa CAVIL: Dinâmicas da Produção Leiteira no Noroeste Fluminense e no Sul Capixaba (2015-2024). **XVII CONFICT/CONPG**. Campos dos Goytacazes: UENF, 2025.

Artigos em revistas (Magazine)

SILVA, R. C. A.; MOREIRA, E. V.. As estratégias territoriais da Cooperativa Agropecuária Macuco no estado do Rio de Janeiro (2018 - 2023). **Revista PIBIC UFF Ciências Humanas,** UFF, p.200 - 202, 2025.

Produtos tecnológicos do Projeto de Inovação Social - PIBITI/AGIR/UFF (2024-2025)

Registro ISBN	Livros
978-65-01-49333-6	Gente da Terra: Uma homenagem aos agricultores e participantes
978-65-01-43834-4	Professora Lia e a agricultura familiar
978-65-01-43822-1	Nossa Natureza, Minhas Experiências
978-65-01-43501-5	Alfabeto da Agroecologia

Em processo de revisão	Onde moram os saberes: a resistência da menina Ayla

Link de acessohttps://drive.google.com/drive/folders/1fuHo4l54_qLhnV052sk2Ih_r-h5Fn2EA

FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Larissa Nunes Martins. **No chão da escola plantando saberes: hortas escolares como projetos pedagógicos em escolas municipais de Campos dos Goytacazes, RJ.** 2025. Dissertação (Geografia) - Universidade Federal Fluminense. financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Defesa ocorreu em 21/03/2025.

Monique Lima Carvalho. **O parque eólico de Gargaú em São Francisco de Itabapoana-RJ**. 2022. Dissertação (Geografia) - Universidade Federal Fluminense.

Ruan Carlos Alves Silva. **A reorganização da cooperativa Capil após a falência da Parmalat (2004-2023).** Início: 2025. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Bolsistas Capes.

Ana Cristina Lima Novaes. **As agricultoras dos assentamentos rurais Dandara dos Palmares e Josué de Castro, município de Campos dos Goytacazes, RJ**. Início: 2025. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Bolsista Capes.

Marco Túlio Velasque Morais Silva. **Cafeicultura, território e políticas públicas: a atuação da CAFESUL.** Início: 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia UFF Campos, Bolsista Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Prêmios e títulos

2024 Prêmio de Inovação para o Desenvolvimento Social da UFF.

2024 Premiação (Excelência Tecnológica e Inovação) - PIBITI / PIBINOVA, UFF.

2024 Orientadora do Primeiro Lugar Modalidade oral iniciação tecnológica- Vitória Vollú no XVI CONFICT, UENF.

2024 Orientadora do segundo Lugar no VI CONPG modalidade oral da aluna Larissa Nunes Martins, UENF.

2024 Orientadora do Primeiro Lugar Modalidade banner na XVI Mostra de Extensão UENF UFF IFF UFRRJ, UENF.

2024 Orientadora do segundo lugar em XIII Seminário de Iniciação à Inovação da bolsista Vitória Vollú, AGIR UFF.

2024 Orientadora do segundo lugar modalidade circuito na XVI Mostra de Extensão 2024, UENF.

2024 Orientadora do aluno Ruan Carlos Silva menção honrosa apresentação oral no XI CONEPE, IFF.

2025 Orientadora do Primeiro Lugar Modalidade oral iniciação tecnológica- Vitória Vollú no XVII CONFICT, UENF.

2025 Orientadora do segundo Lugar no VII CONPG modalidade banner da aluna Ana Cristina Lima Novaes, UENF.

2025 Orientadora do primeiro Lugar no VII CONPG modalidade banner do aluno Ruan Carlos Alves Silva, UENF.

Prêmio Inovação para o Desenvolvimento Social da UFF 2024.

Esse prêmio foi concedido pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação para pesquisadores da UFF Universidade Federal Fluminense que se destaca na excelência científica no ano. O Prêmio UFF de Inovação, instituído pela Agência de Inovação (AGIR), vinculada à PROPPI, cujo principal objetivo é premiar os melhores projetos de inovação elaborados por alunos, técnicos e/ou professores da Universidade Federal Fluminense. A premiação ocorreu na modalidade "Inovação para o Desenvolvimento Social" cujo objetivo principal é contribuir para a solução de problemas sociais, nesse caso, ganhamos com as estratégias inovadoras de divulgação das hortas urbanas de Campos dos Goytacazes.

Participação em Bancas

Bancas de Defesa de Mestrado

VALE, A. R.; MOREIRA, E. V.; AZEVEDO, S. C. Participação em banca de Wender da Silva Vitor. **A PERMANÊNCIA DAS ESCOLAS NOS BAIRROS RURAIS MANDASSAIA E BÁRBARAS NO MUNICÍPIO DE ALFENAS-MG, NO CONTEXTO DA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE**, 2025. (GEOGRAFIA) Universidade Federal de Alfenas, Alfenas.

SILVA, S. C.; PY, F.; MESQUITA, W.; MOREIRA, E. V. Participação em banca de Alan Reis. **EXPANSÃO EVANGÉLICA E TRABALHO SOCIAL DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES NA ERA DA NEOLIBERALIZAÇÃO (2023 - 2024)**, 2025. (Geografia) Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes.

MOREIRA, E. V.; LUIGI JUNIOR, R. A.; DUTRA, F. A. Participação em banca de Larissa Nunes Martins. **Política Pública e território: Uma análise do Programa de Hortas Pedagógicas em campos dos Goytacazes, RJ, de 2023 a 2024.** 2025. (Geografia) Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes.

Exame de Qualificação de Mestrado

SILVA, S. C.; PY, F.; MESQUITA, W.; MOREIRA, ERIKA VANESSA. Participação em banca de Alan Reis. **Um estudo geográfico das ações sociais das igrejas assembleias de Deus na cidade de Campos dos Goytacazes, de 2018-2023**. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes.

MOREIRA, E. V.; DUTRA, F. A.; LUIGI JUNIOR, R. A. Participação em banca de Larissa Nunes Martins. **As intencionalidades das políticas públicas a partir do foco no território: uma análise do Programa de Hortas Pedagógicas em campos dos Goytacazes, RJ, 2023-2024.** 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes.

VALE, A. R.; MOREIRA, E. V.; AZEVEDO, S. C.. Participação em banca de Wender da Silva Vitor. **A permanência das escolas rurais nos bairros rurais Mandassaia e Bárbaras no Município de Alfenas, MG: no contexto da relação campo-cidade.** 2024. Exame de qualificação (Mestrando em GEOGRAFIA) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas.

FLORIANO, N.; ROSAS, C. A. F.; MARIN, M. Z.; MOREIRA, E. V. Participação em banca de Juliana Percilia de Oliveira Pereira. **Território da Agroecologia no Centro-sul paranaense: formações discursivas, redes e ciberespaço..** 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.

NABARRO, S. A.; MOREIRA, E. V.; ANTONELLO, I. T.. Participação em banca de NICOLAS VINICIUS CESARIO DE AGUIAR. **Indicações Geográficas (IGS) e o fortalecimento da produção de goiabas em Carlópolis, PR.** 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

Doutorado

BERNARDES, J. A.; SILVA, C. A.; ROBAINA, I.; BERNARDES, A. H.; MOREIRA, ERIKA VANESSA. Participação em banca de Amaral Morais Raimundo. **Geografias da pesca artesanal no**

curso inferior do rio paraíba do sul (RJ): contextos e desafios, 2024. (Geografia) Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Graduação

LIMA, M. S. B.; SILVA, S. C.; MOREIRA, E. V.. Participação em banca de Vitória Fernandes de Oliveira. **De Antonina do Norte ao Rio de Janeiro: Migrações Internas no Brasil e a Cultura do Crediário como Estratégia de Sobrevivência dos Migrantes Nordestinos**, 2025. (Geografia) Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes.

BARROSO, M.; SANTOS, E. V. M.; MOREIRA, E. V.; MARTINS, M. C. B. S. Participação em banca de Ester de Oliveira França Caetano. **O mercado de modas e os impactos ambientais dos resíduos têxteis**, 2025. (Geografia) Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes.

Participação em banca de comissões julgadoras

Comissão da seleção de bolsistas PROEX UFF do Departamento de Geografia de Campos, 2025. Universidade Federal Fluminense.

Parecerista *ad hoc* de projetos de Extensão da Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2024 [demanda especial].

Parecerista *ad hoc* de projetos do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal Fluminense, 2025.

Parecerista *ad hoc* de projetos do Programa de Licenciaturas (Prolicen) da Universidade Federal Fluminense, 2025.

Parecerista *ad hoc* EDUR - Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2024.

Avaliadora de resumos da XVI Mostra de Extensão UENF-UFF-IFF-UFRRJ, 2024.

Avaliadora de resumos do V ELAUP , 2025.

Banca para escolha do monitor de Metodologia e Pesquisas, 2025. Universidade Federal Fluminense.

Participação em eventos

I Mostra Educação, Pesquisa, Inovação da Prefeitura de Campos dos Goytacazes. Diagnóstico socioeconômico, produtivo e tecnológico dos agricultores urbanos de Campos dos Goytacazes, RJ, no contexto do planejamento estratégico de produção de alimentos. 2024. (Seminário).

VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos. As cooperativas de leite no território fluminense: redes e estratégias no cenário atual. 2024. (Congresso).

XVI Mostra de Extensão UENF, UFF, IFF e UFRRJ. Hortas urbanas e ações estratégicas para a produção de alimentos na cidade de Campos dos Goytacazes, RJ. 2024. (Simpósio).

XX Encuentro de Geografías de América Latina y el Caribe. Atividade leiteira e o papel do Estado: reflexos nas cooperativas agropecuárias fluminenses. UNAM, Ciudad de México, México, 2025.

Palestra

Realização da Palestra intitulada Olhares e desafios da Ruralidade no dia 20 de maio de 2025 no Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ruralidade, Universidade Federal de Santa Maria, Campus Palmeiras das Missões.

10. ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO 1: Roteiro de entrevista Cooperativas (MACUCO, CAVIL, CAPIL E COPAFI)

1. Nome do entrevistado/a:
2. Nome da Cooperativa:
3. Data:
4. Local:
5. Cargo:
6. Comente sobre a criação da COPAFI. Quando foi constituída e quais os objetivos para a cooperativa existir?
7. Quantos cooperados existem atualmente?
8. Como é realizada a incorporação de novos cooperados? Quais os requisitos?
9. Quais os produtos são processados?
10. Como é realizada a inspeção do leite coletado?
11. Como é feita a gestão da cooperativa?
12. Como é feito o rateio dos gastos e da sobra?
13. Teve ou tem alguma assistência técnica? Se sim, qual e como?
14. Teve ou tem acesso à alguma política pública? Se sim, qual e quando?
15. Todas as áreas de processamento pertencem à Cooperativa?
16. Todas as lojas são próprias ou alugadas?
17. Há alguma dificuldade na organização? Se sim, qual (is)?
18. Como é feita a eleição?
19. Os produtos são comercializados para quais municípios?
20. Como é realizada a entrega dos produtos?
21. Existe algum contrato com supermercados ou empresas? Se sim, qual?
22. O transporte é próprio? Se sim, como é feita a periodicidade das entregas?
23. Se o transporte não for próprio, como é feito o pagamento para empresas ou freteiros individuais?
24. Há perspectiva de ampliar o número de cooperados? Se sim, qual a estimativa?
25. Há perspectiva de ampliar a produção? Se sim, quais produtos?
26. Há compra de leite de produtores não cooperados? Se sim, como é realizada a inspeção e a também o pagamento?
27. Qual o valor do leite pago aos cooperados?
28. Como o recurso é pago, mensal, quinzenal ou semanal?
29. Há algum incentivo para a manutenção da qualidade do leite? Se sim, como?
30. Há algum treinamento com os cooperados em relação às normas sanitárias? Se sim, como?
31. Quais outras atividades a cooperativa realizam para atender os cooperados?

Anexo 2: Roteiro de entrevista EMATER

Entrevistado:

Cargo:

1. Qual a atuação da EMATER no noroeste?
2. Quais são as frentes de trabalho em execução?
3. Quais municípios são cobertos pela atuação da EMATER?
4. Qual o quadro de funcionários? Como funciona a organização das atividades?
5. Há algum programa voltado para a pecuária leiteira? Se sim, qual (is)?
6. Há algum programa voltado para agroprocessamento de leite e derivados? Se sim, qual (is)?
7. Os agricultores enfrentam alguma dificuldade em relação à atividade leiteira? Se sim, qual (is)?
8. Como a EMATER atua para diminuir essa dificuldade?
9. Como são estabelecidas as propriedades rurais que vocês atuam?
10. Há mudanças na produtividade do leite no noroeste? Se sim, quais?
11. Qual a relação da EMATER com o SENAR e SEBRAE?
12. Qual a relação da EMATER e as associações rurais?
13. Há alguma capacitação dos produtores no que tange a normatização das regras sanitárias? Se sim, como?
14. Como a EMATER vê o crescimento da atividade leiteira do noroeste.

Disciplina: Geografia da Alimentação e Agriculturas

Professores responsáveis: Antonio Nivaldo Hespanhol/ Erika Moreira Santos

Período: De 01 a 04 de Abril de 2025 – das 08h às 12h

Créditos: 02/30

Ementa: Alimento e poder político. Alimento, sociedade e distinção social. Fome. Segurança e Soberania Alimentar. Agriculturas. Agricultura urbana, periurbana e de base ecológica. Circuitos curtos de comercialização. Comida e espaços de solidariedade. Comida e Consumo.

Objetivos:

1- Debater o papel do alimento no tempo e no espaço à luz da discussão sobre os regimes alimentares e a territorialização dos grandes grupos no campo da produção agrícola.

2- Discutir os conceitos de segurança/soberania alimentar e as diferentes agriculturas –urbana, periurbana e de base ecológica -.

3- Apreender os diferentes circuitos de comercialização dos alimentos e as redes de solidariedade.

Programa da disciplina

Data	**01 de abril de 2025**
Textos indicados	SORRE, Maximilien. Geografia dos regimes alimentares *(Géographie des Régimes Alimentaires*). **Geografares**, Vitória, n. 25, p.21-59, 2018. [Tradução e notas feitas por Ana Letícia Espolador Leitão e José Carlos Braz Machado]. LEITÃO, Ana Letícia Espolador. **O lugar do alimento no pensamento geográfico:** uma análise a partir de Max Sorre e Josué de Castro. Tese (Doutorado em Geografia), 2021. 300f. Universidade Federal do Espirito Santos, Vitória, 2021. [p. 205-235]
Dinâmica	Apresentação da disciplina e da turma. Debate dos textos.
Objetivo	Debater como os alimentos e/ou regimes alimentares são trabalhados na geografia na visão dos clássicos.

	Questão: Como eles podem contribuir para os estudos geográficos atuais?
Data	02 de abril de 2025
Textos indicados	POULAIN, Jean-Pierre. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. **Revista de Nutrição.** 2013, 16(3), p.245-256. POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. Florianópolis: UFSC, 2004. [capítulo 3].
Dinâmica	Debate dos textos. Pequeno vídeo do coordenador do curso de gastronomia do IFF Cabo Frio, Gustavo Guterman, sobre a cultura alimentar e a relação gastronomia e geografia.
Objetivo	Discutir a relação alimento, política e cultura a partir de uma visão interdisciplinar. *Questão:* Qual é o papel político dos alimentos?
Data	03 de abril de 2025
Textos indicados	WILKINSON, John. **O mundo dos alimentos em transformação.** Curitiba: Appris, 2023. [Capítulos 1 e 2].
Dinâmica	Debate dos textos.
Objetivo	Trazer para o debate o sistema agroalimentar: escala, atores e projetos. *Questão:* Como a indústria influencia a agricultura e os hábitos alimentares?
Data	04 de abril de 2025
Textos indicados	MALUF, Renato; REIS, Marcio Carneiro. Segurança alimentar e nutricional na perspectiva sistêmica. In. ROCHA, Cecilia; BURLANDY, Luciene; MAGALHÃES, Rosana (org.). **Segurança Alimentar e Nutricional:** perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013, p. 43-68. AQUINO, Adriana Maria; ASSIS, Renato Linhares. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na Agroecologia. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. X, n. 1, p. 137-150, jan-jun 2007.

	COSTA, Heloisa Soares de Moura; ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira. Agricultura Urbana: possibilidade de uma praxis espacial? **Caderno de estudos culturais,** v.4, n. 8, 21p., 2012.
Dinâmica	Debate dos textos. Pequeno vídeo da nutricionista e agricultora urbana da BioHorta, Giane Kristosch, sobre a agricultura urbana e a CSA. Encerramento da disciplina.
Objetivo	Apreender sobre a segurança/soberania alimentar e agricultura urbana. *Questão:* Qual o papel da Universidade e das Políticas Públicas para valorizar canais/circuitos curtos de comercialização de alimentos?

Dinâmica das aulas – Cada aula teremos um/uma responsável e a turma para debater. Os apresentadores podem montar *slides,* caso queiram, para facilitar a dinâmica, contendo as ideias centrais.

Trabalho avaliativo – Construção de um *paper* de 6 a 7 páginas com base em um tema e que possa dialogar com os autores debatidos na disciplina. É opcional estabelecer uma vinculação com seu tema de pesquisa. Não é uma revisão bibliográfica e sim um diálogo a partir de reflexões, inquietações ou problemática.

Formatação padrão: Word, A4, margens 2,0, Times 12, 1,5 de espaçamento e sem recuo de espaço entre parágrafos.

Prêmio de Excelência uff 2024

Certificado

PRÊMIO UFF DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL **2024**

A Universidade Federal Fluminense concede o Prêmio UFF de Desenvolvimento Social a Profa. Dra. ERIKA VANESSA MOREIRA SANTOS, com o trabalho "Comunicação e Informação: estratégias de divulgação das hortas urbanas em Campos dos Goytacazes, RJ". A Universidade agradece sua participação, a qual foi essencial para o reconhecimento do mérito científico nessa Instituição.

Profª Draª Joanna Maria Gonçalves de Souza Fabjan
Coordenadora de Pesquisa
Universidade Federal Fluminense

Prof.ª Drª. Mônica Maria Guimarães Savedra
Pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Antônio Claudio Lucas da Nóbrega
Reitor
Universidade Federal Fluminense